



ROMANÍSTICA UM



IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

JOÃO CORRÊA-CARDOSO
MARIA DO CÉU FIALHO

Coordenadores

ROMANÍSTICA UM

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

JOÃO CORRÊA-CARDOSO
MARIA DO CÉU FIALHO

Coordenadores

TODOS OS VOLUMES DESTA SÉRIE SÃO SUJEITOS A ARBITRAGEM CIENTÍFICA INDEPENDENTE.

TÍTULO • ROMANÍSTICA - UM.

COORDENADORES • JOÃO CORRÊA-CARDOSO & MARIA DO CÉU FIALHO

SÉRIE TEXTOS

COORDENADOR CIENTÍFICO DO PLANO DE EDIÇÃO: Maria do Céu Fialho

CONSELHO EDITORIAL

José Ribeiro Ferreira

Maria de Fátima Silva

Francisco de Oliveira

Nair Castro Soares

DIRETOR TÉCNICO DA COLEÇÃO:

Delfim Leão

OBRA REALIZADA NO ÂMBITO DAS ACTIVIDADES DA UI&D
CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

E-mail: imprensauc@ci.uc.pt

Vendas online:

<http://livrariadaimprensa.uc.pt>

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

SIMÕES E LINHARES

ISBN

978-989-721-054-9

ISBN DIGITAL

978-989-721-055-6

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-721-055-6>

CONCEPÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO

Rodolfo Lopes, Nelson Ferreira

INFOGRAFIA

Mickael Silva

DEPÓSITO LEGAL

368793/13

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

1ª EDIÇÃO: IUC • 2014

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

© JANEIRO 2014.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CLASSICA DIGITALIA VNIVERSITATIS CONIMBRIGENSIS (<http://classicadigitalia.uc.pt>)

CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Reservados todos os direitos. Nos termos legais fica expressamente proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio, em papel ou em edição electrónica, sem autorização expressa dos titulares dos direitos. É desde já excepcionada a utilização em circuitos académicos fechados para apoio a leccionação ou extensão cultural por via de *e-learning*.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	7
João Corrêa-Cardoso	
IMPÉRIO, CULTURA E ROMANIDADE	9
Vasco Gil Mantas	
DO ORADOR AO MESTRE. CONCEPÇÕES ROMANAS DA LINGUAGEM	39
Diogo Ferrer	
EL <i>TESTAMENTUM PORCELLI</i> , UNA FUENTE DE LATÍN VULGAR SIEMPRE SUGERENTE	53
Jairo Javier García Sanchez	
O LATIM DOS TEXTOS MONÁSTICOS FRUTUOSIANOS	
OBSERVAÇÕES SOBRE A MUDANÇA NA LÍNGUA DA HISPÂNIA VISIGÓTICA DO SÉC. VII	71
Paula Barata Dias	
ROMANÍSTICA SEM LATIM?	89
Luís M. G. Cerqueira	
CONSIDÉRER L'ENSEMBLE DES LANGUES ROMANES A-T-IL UN SENS AUJOURD'HUI ?	101
Jean-Marie Klinkenberg	

PRÓLOGO

O estudo das línguas românicas e das culturas que verbalizam suscitou o fascínio intelectual e o trabalho dedicado de inúmeras gerações de pensadores desde a Idade Média, mas seria preciso esperar pelo século XIX para que o conhecimento acumulado começasse a ser cientificamente sistematizado.

Com a linguística românica contemporânea, herdeira directa e aglutinadora de contributos fundacionais tão variados como os oriundos da gramática comparada, da pesquisa dialectológica e das reflexões etimológicas ou ainda das propostas inovadoras das teses dos neo-gramáticos – para nomear apenas alguns – temos assistido à implementação decisiva de um diálogo pluridisciplinar. Por outro lado, e apesar de continuar a manter profundas cumplicidades com a actividade filológica e com o discurso histórico, recusa-se, também hoje, a concentrar-se, só e iterativamente, nos momentos antigos da génese das denominadas línguas neolatinas. Assim, e igualmente inspirada, por exemplo, pela capacidade explicativa revelada pelas análises sociolinguísticas e da pragmática textual, mostra-nos como a complexidade linguística românica permanece um domínio de inquirição fecunda.

Correspondendo a tais desafios constantes, a colecção dos seis trabalhos que o leitor tem agora em mãos equaciona a relação entre temas de inspiração clássica com as exigências da actualidade: numa perspectiva histórica, com Vasco Mantas; no âmbito da filosofia da linguagem, com Diogo Ferrer; no exame linguístico-textual, com Jairo Javier García Sánchez e Paula Barata Dias, e na didáctica do latim, com Luís Cerqueira. O livro encerra com a projecção, no futuro, do património linguístico-cultural de matriz românica, através do texto de Jean-Marie Klinkenberg.

As reflexões aqui deixadas (e o debate que salutarmente se deseja lhe seja consecutivo) não revestem um interesse estritamente epistemológico. Constituem também um vector de importância susceptível de propiciar a afirmação prática de políticas linguísticas destinadas a estabelecer os adequados equilíbrios neste domínio. Não será outro, em nosso entender, o sentido que decorre do texto “constitucional” que, neste particular (mas igualmente para além dele), rege a intersubjectividade dos cidadãos da União Europeia: *A União respeita a riqueza da sua diversidade cultural e linguística e vela pela salvaguarda e pelo desenvolvimento do património cultural europeu* (Artigo 3º., n.º 3, do *Tratado da União Europeia*).

Esperemos que o volume cumpra outro propósito elevado, isto é, o de motivar a atenção de jovens estudantes e investigadores para o diálogo intemporal, estabelecido entre as variedades geolinguísticas dos idiomas românicos que tem assegurado, à escala planetária, a vitalidade das diversas culturas que expressam.

João Corrêa-Cardoso

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada

IMPÉRIO, CULTURA E ROMANIDADE

VASCO GIL MANTAS
Universidade de Coimbra

As discussões em torno de conceitos como os que surgem no título desta comunicação ganharam desde há alguns anos uma nova importância no contexto da História da Antiguidade Clássica e do seu legado universal. É evidente que este renovar de atenção por parte de historiadores, politólogos e sociólogos resulta, mais uma vez, da evolução da sociedade contemporânea, confrontada com problemas que não deixam de evocar situações já vividas no passado, das quais resultaram consequências que os dirigentes do mundo globalizado ignoram ou, simplesmente, temem reconhecer publicamente. É neste cenário confuso e dramático que o Império Romano é frequentemente invocado como paradigma dos novos tempos, globalizados e multiculturalistas, de uma forma que não podemos deixar de considerar anacrónica e incorrecta.

Ao longo desta comunicação tentaremos mostrar que tais tentativas de associar passado e presente são falaciosas e pouco devem à verdade histórica, truncada de factores fundamentais para a sua correcta interpretação. Julgamos mesmo que alguns dos aspectos mais correntemente citados para estabelecer essa associação se contam entre as causas da queda de Roma. É verdade, sem dúvida, que desse acontecimento fulcral da História resultou um mundo novo. Mas estaremos, hoje, dispostos a viver uma experiência idêntica? Não quer isto dizer que os Idealtypen da antiguidade imperial romana, nomeadamente os seus valores centrais, não continuem, sob muitos aspectos, presentes na cultura ocidental.¹ Por tudo isto, a actualidade desta questão é evidente e relaciona-se de forma muito directa com questões políticas e culturais que condicionam o quotidiano e o futuro, e não apenas na Europa.

Não faltam semelhanças entre a globalização, entendida como extensão de uma determinada forma civilizacional, com uma forte componente económica, e o Império, identificando-se correntemente os Estados Unidos da América como a nova Roma,² enquanto o multiculturalismo se assume como um valor absoluto dos tempos actuais, pretensamente idêntico ao do mundo romano. Nesta visão deturpada da Antiguidade esquece-se o que foi a Romanidade, confundida por vezes com conceitos pejorativos em torno da dialéctica

¹ M. H. Rocha Pereira, *Raízes clássicas da União Europeia*, Boletim da Faculdade de Direito, 84, 2008, pp.11-24. Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras da nossa comunicação.

² A. Bancalari Molina, *Orbe romano e imperio global. La romanización de Augusto a Caracalla*, Santiago do Chile, 2007; Cullen Murphy, *Are we Rome? The Fall of an Empire and the Fate of America*, Boston, 2008.

império-imperialismo, estimulada pelas vicissitudes que marcaram o fim dos impérios coloniais europeus e por uma linha historiográfica pós-colonial pouco condescendente e não poucas vezes hiper-crítica.³ Como tantas vezes sucede, o passado romano foi frequentemente transformado em objecto de um imaginário positivo ou negativo, descobrindo uma das grandes fraquezas das ciências históricas que é a sua inevitável submissão aos valores de um determinado período histórico, quando não simplesmente constituída suporte de uma corrente ideológica.

Interessa-nos em especial a identificação entre o Império Romano e a União Europeia, da qual se tem usado e abusado, desvalorizando a existência de um centro de poder único e a ausência de uma constituição imperial, uma vez que as relações entre Roma e as cidades e povos do Império eram determinadas caso a caso, unilateralmente. Embora a sua matriz seja europeia, a verdade é que o Império Romano não pode ser considerado exclusivamente europeu, no sentido restrito do termo, constituído, como foi, por vastos territórios repartidos por três continentes (Fig.1).

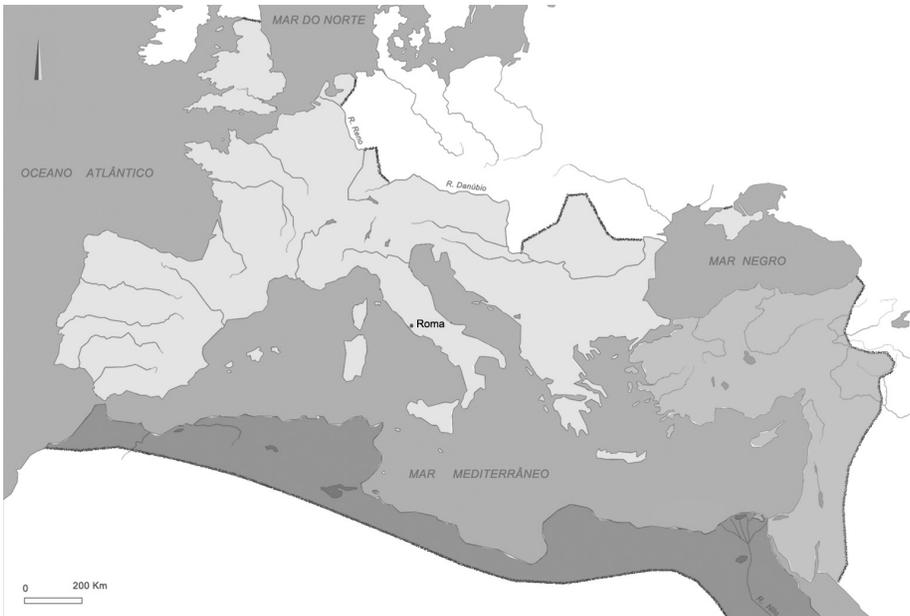


Fig.1 - O Império Romano no século II com as suas regiões europeias, africanas e asiáticas.

³ D. J. Mattingly (ed.), *Dialogues in Roman Imperialism. Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*, Portsmouth (RI), 1997.

Na verdade, a Europa, como hoje entendemos o conceito, surge gradualmente durante a Idade Média, pelo que, se considerarmos apenas o Império do Ocidente e o seu pretenso continuador, o Império Carolíngio, talvez estejamos mais próximos dessa pretendida identificação. Por outro lado, a complexidade da Roma imperial não deixa de se aproximar, nalguns aspectos, da que se vive actualmente, parecendo muito moderna, caracterizada por uma grande diversidade cultural e étnica. É certo que a diversidade foi, desde o início da civilização romana, um factor marcante da mesma, presente desde logo nos relatos mais ou menos lendários da fundação da Urbe, caso da aliança entre Latinos e Sabinos, até ao cosmopolitismo da enorme confederação de cidades que constituía a essência do Império.

Uma inscrição gravada numa rocha do Djebel Um Sahm (Fig.2), na extremidade ocidental do impressionante Wadi Rum, nos confins arábicos do Império,⁴ ilustra perfeitamente esta variedade organizada por uma hegemonia indiscutida e indiscutível: *Os Romanos ganham sempre. Eu, Lauricius, o escrevi. Salve Zeno!*⁵



Fig.2 - Inscrição de Djebel Um Sahm, na Jordânia (foto Bill Jobling).

⁴ O *Wadi Rum*, a que os Romanos chamavam *Aramwa*, situa-se no sul da Jordânia e tornou-se famoso nos anos sessenta do século passado depois de nele terem sido rodadas algumas espectaculares cenas do filme *Lawrence da Arábia*. A influência romana na zona começou cedo, acabando o reino nabateu por ser anexado na sua maior parte no século II.

⁵ Bill Jobling (rel.), *Chronique Archéologique. Jordanie, Syria*, LXX (1-2), 1993, pp. 244-246.

A epígrafe remonta ao século II, período em que a política externa romana nesta área ganhou particular agressividade, denunciando uma inabalável confiança na superioridade de Roma, considerada com evidente naturalidade. Mas esta circunstância revela todo o seu valor se atendermos ao facto do texto ter sido redigido em língua grega e de nele encontrarmos um antropónimo latino e um antropónimo grego. Com efeito, este triunfalismo romano nos confins orientais do Império é também, e antes de mais, uma afirmação de identidade colectiva, aquilo que podemos e devemos designar como Romanidade.

Resulta evidente que a Romanidade não é um fenómeno exclusivamente romano, no sentido restrito do termo, nem lhe pode ser atribuído um significado étnico ou cultural exclusivista, antes devendo ser considerado como o resultado de uma política de integração centrada em padrões de comportamento e valores oficiais em que as diferenças se esbatem, sem que deixem de existir. Neste processo complicado e desenvolvido ao longo de séculos, o Oriente helenizado e o Ocidente latinizado ocuparam espaços bem definidos, com consequências históricas recorrentes, determinadas por fronteiras linguístico-culturais quase imutáveis. Recordemos apenas as fronteiras que hoje dividem os Balcãs, menos étnicas que culturais, quase coincidentes com a linha de separação entre os falantes gregos e latinos do Império, em grande parte correspondente à linha divisória entre o Império do Ocidente e o Império do Oriente.

Como dissemos, os conceitos de Império e de Romanização têm sofrido ataques devastadores nos últimos anos, e a todos os níveis, produzindo interpretações extremamente negativas, quase sempre inspiradas por realidades alheias à Antiguidade, atingindo por vezes os limites do absurdo. É verdade que este processo condenatório se iniciou muito antes, bastando recordar o conhecido discurso do rebelde britânico *Galgacus* criticando a urbanização como uma forma de impor tranquilamente a tirania, discurso imaginado por Tácito, por razões bem conhecidas.⁶ O que sucede, infelizmente, é que muitos investigadores, e não dos menos inteligentes, confundem com frequência as experiências coloniais dos séculos XIX e XX, aliás bastante diferentes entre si, com as realidades do mundo romano, criticando os critérios utilizados para elogiar o Império e a chamada Romanização herdados da tese positiva do grande Theodor Mommsen.⁷

Vejamus duas opiniões absolutamente divergentes em relação a esta questão fundamental que é a de determinar se a expansão romana teve ou não consequências negativas para os conquistados, nos quais Élio Aristides queria

⁶ Tácito, *Agr.*, 30-34.

⁷ A. Demandt, *Theodor Mommsen*, Classical Scholarship. A Biographical Encyclopaedia, Nova Iorque, 1990, pp. 285-307; Stefan Rebenich, *Theodor Mommsen: eine Biographie*, Munique, 2002.

ver, retoricamente, povos associados.⁸ A primeira é do historiador britânico Alistair Moffat, a segunda do arqueólogo romeno Nicolae Branga. Eis o que Moffat escreveu recentemente:

The reality is that Romans came to what is now Scotland, they saw, they burned, killed, stole and occasionally conquered, and then they left a tremendous mess behind them, clearing away native settlements and covering good farmland with the remains of ditches, banks, roads and other sorts of ancient military debris. Like most imperialists they arrived to make money, to gain political advantage and to exploit the resources of their colonies at virtually any price to the conquered and remarkably, in Britain, in Scotland, we continue to admire them for it.⁹

O segundo texto, redigido na era Ceaucescu, o que o torna particularmente significativo, exprime uma opinião bem diferente, sem ignorar o binómio dominador-dominado:

Lucrările de urbanistică din Dacia romană sînt impresionante. Impresionante prin cantitatea, diversitatea și calitatea lor, dar și prin timpul scurt în care au fost realizate. Se poate spune că cei 165 ani de prezență efectivă a Romei în Dacia alcătuiesc o perioadă historică dominată de febra construcțiilor. Din acest punct de vedere, oficialitatea romană continuase, la scară largă și nivel superior, politica de construcții inaugurată de regii daci. Datorită acestei continuități, dar mai ales datorită imensului efort constructiv, caracterul spoliator al dominației romane în Dacia este esențialmente atenuat. În același sens pledează și destinația prin excelență publică, edilitară, culturală și politică, de interes strict intern a majorității construcțiilor din orașele daco-romane.¹⁰

As opiniões destes dois especialistas são tão divergentes entre si que só podem explicar-se por razões de ordem ideológica, ainda que ambos reconheçam a capacidade romana de transformar a paisagem, rural e urbana. Mas enquanto o primeiro a considera absolutamente execrável, simples expressão de brutalidade imperialista, o segundo admite que os efeitos da romanização foram muito positivos para a maioria da população dácia. O problema, no fundo, talvez resida nas identificações que se estabelecem entre os contemporâneos e este ou aquele povo do passado, limitando-se o que se apresenta como uma análise realista da história a repetir, afinal, os desvios românticos e os aproveitamentos políticos que se encontram nos escritos de algumas das grandes figuras da historiografia romana dos séculos XIX e XX.

⁸ Élio Aristides, *Or. Rom.*, XXXVI, 94-96.

⁹ Alistair Moffat, *Before Scotland: the Story of Scotland Before History*, Londres, 2005, p. 226.

¹⁰ Nicolae Branga, *Urbanismul Daciei Romane*, Timisoara, 1980, p. 79.

A célebre referência contida nos manuais escolares franceses – *nos ancêtres les Gaulois* – ilustra perfeitamente o que pretendemos dizer, sem necessidade de mais explicações, certos de que continuaremos a deparar com *topoi* semelhantes ao longo deste já muito conturbado século XXI, ainda que quase sempre com diferente intenção.¹¹

Apesar de um tanto marginalmente, mas sem esquecer que grande parte da discussão assenta em dados arqueológicos, como os textos de Moffat e de Branga reflectem, não podemos deixar de perspectivar a forma como os arqueólogos do futuro interpretarão a presença de garrafas de vodca e de cola no Afeganistão, sobretudo considerando a sua presença em muitas outras regiões do globo. Para além do reconhecimento de padrões civilizacionais exóticos será seguramente muito difícil atribuir-lhes significados ideológicos precisos. Este exemplo, que talvez não seja o melhor, parece-nos suficiente para sublinhar as reais dificuldades que existem subjacentes a este tipo de discussões. Na verdade, acabamos por adoptar esta ou aquela interpretação de acordo com a nossa própria sensibilidade social, de uma ou de outra forma quase sempre indissociável dos padrões culturais que nos são próximos.

Embora a definição de império não seja difícil, a sua interpretação não escapa a certas dificuldades. Nos dicionários o império é descrito simplesmente como o Estado governado por um soberano com o título de imperador, o que sendo verdade é manifestamente impreciso e pouco explícito. Se aceitarmos esta definição seremos obrigados a reconhecer que o Império Romano só começa depois da batalha de Accio, ou mesmo um pouco mais tarde, em 23 ou 22 a.C., o que é correcto em termos constitucionais internos embora anacrónico considerando o cenário geopolítico há muito existente no Mediterrâneo. Se intentarmos comparar os impérios modernos com o Império Romano as dificuldades aumentam, pois as diferenças são muitas, desde logo porque os impérios mais recentes não correspondem a um modelo único, mesmo sem considerarmos as situações *de facto*.

Vejam os alguns exemplos. O II Reich alemão, entre 1871 e 1919, criado por força da Prússia depois da vitória sobre a França de Napoleão III, era um império nacional, no sentido em que a esmagadora maioria da população era de língua e cultura germânicas, ainda que preservando a identidade formal dos anteriores espaços políticos. Situação muito diferente era a do dualista Império Austro-Húngaro, enorme extensão territorial controlada por uma minoria de língua alemã. O Império Austro-Húngaro contava com numerosas nacionalidades, difíceis de governar e de impossível assimilação, mas constituiu um factor de estabilidade na Europa central até à sua destruição definitiva em

¹¹ Paul Graves-Brown / Siân Jones / Clive Gamble (ed.), *Cultural Identity and Archaeology. The Construction of European Communities*, Londres / Nova Iorque, 1996.

1920 pelo famigerado Tratado de Trianon, cujas sequelas ainda se fazem sentir. Para termos uma ideia do que era este império em termos de diversidade basta referir que na sua Marinha era necessária recorrer a seis línguas diferentes, o que nunca sucedeu no Império Romano e no Império Bizantino, até Justiniano, onde a língua de comando era o Latim.¹²

A forma como o império é sentido ou vivido também varia, como é evidente. Para Rudyard Kipling, admirador incondicional do Império Romano, como se verifica através de algumas das suas obras, caso do ciclo de histórias de *Puck of Pook's Hill*¹³, o império é um dever civilizador, lapidarmente definido como *white man's burden* pressupondo, desde logo, diferenças marcadas entre os seus diferentes componentes, questão sobre a qual não nos alargaremos aqui. Kipling pertenceu a uma geração que viu o Império Britânico como uma terra de esforço viril, esperança e glória, servido por figuras míticas, como o general Charles Gordon, e traduzido em música por Edward Elgar, algo que encontrava inspiração na missão civilizadora romana (Fig.3).



Fig.3 - A menina inglesa e o soldado romano. Ilustração do livro *Puck of Pook's Hill*, de Kipling (desenho de H. R. Millar).

¹² Paul Chack, *Como marinheiros se batem. 1914-1918*, Porto, 1930, p.305.

¹³ Rudyard Kipling, *Puck of Pook's Hill*, Toronto, 1906, pp. 137-226.

Não deixa de ser curioso, e inquietante, a forma como tais figuras são hoje criticadas, projectando no passado conceitos ideológicos que eram então pouco ou nada valorizados, ainda que com inequívocas excepções, como a do escritor Joseph Conrad,¹⁴ circunstância que reflecte, sobretudo, as alterações sofridas pelos centros do poder mundial. Desta forma podemos compreender perfeitamente que a Força Aérea dos Estados Unidos da América tenha adoptado o princípio *Global Reach, Global Power for America*, conceito estratégico recentemente alargado para *Global Engagement*, espécie de modernização da tese defendida por Mommsen a propósito das razões do expansionismo romano.

Aqui chegados, voltamos a encontrar a tendência actual para comparar os EUA, a que alguns chamam a República imperial, com uma espécie de versão moderna do Império Romano. Uma análise mais profunda mostra que, para além de algumas semelhanças circunstanciais, esta identificação é difícil de sustentar, ainda que deva ser meditada. O exercício do império pode fazer-se, realmente, de várias formas, umas mais directas que outras, como todos sabemos, mas é bom manter as perspectivas cronológicas próprias a cada situação, evitando derivas capazes de perturbar o exercício de análises históricas imparciais. O estudo da civilização romana já suscita questões suficientemente complicadas, sobretudo do ponto de vista das culturas envolvidas, para que o tornemos ainda mais difícil através de atitudes comparativistas pouco ajustadas. Não quer isto dizer que no passado romano não tenha havido, e neste momento isso é mais do que claro, sucessos cujo conhecimento deve obrigar a reflectir muito seriamente sobre situações próximas existentes no presente.¹⁵

Que nem todos os impérios são iguais parece ser um dado adquirido, mesmo salvaguardando a questão permanente das relações entre dominador e dominado, largamente relacionada com o grau de cultura e desenvolvimento histórico do segundo. Como é claro, cremos que só por distração ou com segundo sentido se poderá comparar o domínio romano em províncias como a Lusitânia ou a Acaia, razão que nunca nos levaria a sustentar um pedido de desculpas por parte da Itália motivado pelas Guerras Lusitanas. Ao contrário da tese defendida por Moffat, aceitamos sem dificuldade que a presença

¹⁴ Joseph Conrad, *O coração das trevas*, Lisboa, 2004, pp. 8-11. A atitude crítica de Conrad pode explicar-se quer pela sua experiência negativa do mundo colonial, como oficial da marinha mercante, quer pela sua origem polaca. Como é sabido, na época a Polónia pertencia ao Império Russo. Sobre as relações entre a educação e o Império Britânico: Frances H. Jones, *Tirocinium Imperii: Public School Education in the Victorian Era, the Classical Curriculum and the British Imperial Ethos*, Middleton, 2008, pp.26-49.

¹⁵ Bryan Ward-Perkins, *A queda de Roma e o fim da civilização*, Lisboa, 2006, p. 244. Aconselhamos vivamente a leitura desta obra a todos os interessados pelas consequências da queda de Roma e pelas ambíguas interpretações da chamada Antiguidade Tardia.

romana foi francamente positiva, independentemente do respeito que nos merece a figura de Viriato assim como a de todos que com ele se possam comparar.¹⁶ Que nos movemos no campo do imaginário e do simbólico identitário, quantas vezes escorregadio, provam-no, por exemplo, os versos em louvor do Império Britânico que se podem ler no pedestal do monumento à rainha rebelde Boudica, em Londres: *Regions Caesar never knew / Thy posterity shall sway*.¹⁷

Para voltarmos à realidade mais prosaica, recordamos que o império é, antes de mais, um exército presente no terreno de forma visível e eficiente e uma administração regular e respeitada. Como nem todos os impérios são iguais, acontece por vezes que se verifiquem condições que permitem fenómenos sociais impensáveis noutros contextos imperiais ou coloniais (Fig.4), diferença que talvez seja mais digna de atenção do que aquela que normalmente se lhe atribui.



Fig.4 - Uma visão do Império: Quinzau, Angola (1966).

Seja como for, o império, enquanto sistema político complexo, admite, pelo menos em teoria, mais caminhos de integração aos súbditos não pertencentes

¹⁶ O interesse por esta figura recrudescceu significativamente nos últimos anos: M. Pastor Muñoz, *Viriato. A luta pela liberdade*, Lisboa, 2003³.

¹⁷ Paul Sealey, *The Boudican Revolt against Rome*, Princes Risborough, 1997. Os versos no pedestal do belo e fantasista monumento à rainha são da autoria de William Cowper, notável poeta inglês do século XVIII. O monumento é da autoria de Thomas Thornycroft.

ao grupo dominante, do que o sistema colonial, naturalmente bastante mais fechado. Veremos como no Império Romano funcionou o processo de integração de povos e culturas diferentes, não sem efeitos perversos a longo prazo, sempre de esperar quando as inovações culturais ferem a essência do sistema.

A fabulosa história de Roma é caracterizada por um longo processo de integração e de fusão de elementos estranhos, a partir de um inicialmente muito reduzido núcleo constituído por itálicos, etruscos e gregos, os quais determinaram durante séculos os princípios a que obedeceu o desenvolvimento da Urbe, centrados na frugalidade, na disciplina e numa direcção política coerente. A estes factores, tão raros nos tempos actuais, devemos acrescentar o pragmatismo esclarecido – *outros medirão melhor o curso dos astros* – e o respeito pela divindade, garante da existência da comunidade humana organizada enquanto *civitas*. É também evidente que estes valores sofreram alterações à medida que Roma se transformou numa cidade dominante, num poder hegemónico italiano, numa República imperial e, finalmente, num Império universal. Aqui defrontamo-nos com a velha questão, dispersa entre os escritos dos humanistas e a cinematografia de Hollywood,¹⁸ que é a das razões da decadência e queda do Império Romano, sempre controversa e cuja interpretação depende largamente do contexto sócio-político do qual emerge. Todavia, não deixa de ser pouco compreensível, em termos historiográficos, atribuir a queda do Império Romano à escravatura, como ainda o fez recentemente Joel Kotkin,¹⁹ deixando-nos um tanto perplexos a recuperação por este célebre urbanista de uma obsoleta tese marxista.

No caso romano devemos atender à capacidade de manutenção de determinados princípios, que podem persistir para além da diversidade étnica do Império, porque constituem o ponto de encontro e de reconhecimento mútuo de sensibilidades e de tradições diferentes, próprias deste ou daquele povo, mais ou menos civilizado. Encontramos aqui uma espécie de conflito domesticado entre o centro e a periferia, entendida como qualquer coisa que girava na órbita de Roma, considerada sempre secundária do ponto de vista político e com frequência também do ponto de vista cultural,²⁰ mas a cujos naturais era permitido, sob determinadas condições até ao Édito de Caracala e de forma muito mais simples a partir de então, aceder ao núcleo representado pelo centro, o qual, na época de Augusto, por exemplo, se limitava a uns 9% da população total do Império, os cidadãos.

A expansão territorial conduziu a um enriquecimento cultural desse centro organizado em torno de valores comuns ao velho fundo indo-europeu, no qual

¹⁸ Maria Wike, *Projecting the Past. Ancient Rome, Cinema and History*, Nova Iorque / Londres, 1997; Jon Solomon, *The Ancient World in the Cinema*, New Haven (CT), 2000².

¹⁹ Joel Kotkin, *A cidade. Uma história global*, Lisboa, 2011, pp. 63-64.

²⁰ J. S. Richardson, *Neque elegatem, ut arbitror, neque urbanum: reflections on Iberian urbanism, Social Complexity and the Development of Towns in Iberia*, Oxford, 1997, pp. 348-352.

outros eram chamados a participar, alimentando assim curiosos fenómenos de aculturação nos quais a escravatura, tal como noutros tempos e noutros locais, não deixou de desempenhar um importante papel. A partir de determinado momento pretender caracterizar a cultura romana torna-se relativamente difícil, se abandonarmos os conceitos estritamente greco-latinos, e repare-se que já estamos a referir uma cultura mista, para abrangermos a diversidade de situações no conjunto do mundo romano. Um bom exemplo dos fenómenos de aculturação que referimos, por envolver uma figura defensora irreduzível do *mos maiorum*, Catão-o-Antigo, o qual preferia limitar a expansão romana à Itália, considerando que uma política de conquistas no exterior faria perigar o cerne do que ele considerava a identidade romana e a própria República, como acabou por suceder, e por se referir a um elemento do quotidiano vulgar, é a inclusão por este declarado inimigo de Cartago da receita da sopa cartaginesa no seu tratado de agricultura.²¹

Parece nítido que o mundo romano desde muito cedo respeitou ou tolerou formas culturais à margem do modelo oficial, mas que não devem ser interpretadas à luz do nosso conceito de marginalização. No fundo trata-se, como sempre, da dualidade entre cultura oficial e cultura popular, das suas influências e da sua interacção. Em termos artísticos, tão importantes na civilização romana, podemos admitir que à primeira corresponde a *Hofkunst* e à segunda a *Soldatenkunst*, dois bons conceitos germânicos que permitiram a Bianchi Bandinelli páginas muito interessantes e elucidativas sobre as realidades da arte romana, nas suas vertentes oficial, privada e popular.²²

Esta flexibilidade romana em relação ao que não corresponde ou não pode ser integrado no modelo oficial ganha particular visibilidade em relação a determinadas áreas do seu mundo cosmopolita. Recordamos, a título de exemplo, o caso do Egipto, território com um estatuto especial que constituía o imperador como sucessor dos reis lágidas e onde, por razões políticas e também culturais, os candidatos à plena cidadania romana deviam adquirir primeiro o estatuto de cidadão de Alexandria, com o qual poderiam receber a título pessoal o direito latino ou ganhá-lo através do serviço militar na frota. Chegaram-nos diversas cartas de recrutas em vias de romanização, inclusive onomástica, após o início do seu longo período militar, cartas particularmente interessantes para a reconstituição deste processo de integração de elementos que não eram, de maneira geral, dos mais considerados no Império,²³ ao contrário de algumas das suas divindades que, nas versões helenísticas, se espalharam, como a deusa Ísis, por todas as províncias do Império, incluindo a Lusitânia.²⁴

²¹ Catão, *De Agr.*, 85.

²² Paul Petit, *La paix romaine*, Paris, 1967, pp.356-362 (=Petit, *Paix*); R. Bianchi Bandinelli, *Rome. Le centre du pouvoir*, Paris, 1969, 51-106.

²³ Petit, *Paix*, p.277-279; Chester G. Starr, *The Roman Imperial Navy 31 B.C.-A.D. 324*, Chicago, 1993³, pp. 77-81.

²⁴ Vasco Mantas, *O mundo religioso dos viajantes e comerciantes*, Religiões da Lusitânia.

É exactamente o principal santuário desta divindade situado na ilha de *Philae*, hoje desaparecida sob as águas da albufeira da polémica grande barragem de Assuan, santuário cujas ruínas foram desmontadas e deslocadas para outra ilhota próxima, a de Agilkia, que encontramos uma demonstração exemplar da capacidade de abertura do mundo romano. Neste santuário de *Philae* o pragmatismo romano ganha particular visibilidade, na verdadeira acepção da palavra, uma vez que o chamado Quiosque de Trajano, espécie de pórtico monumental construído por este imperador, obedeceu plenamente à estética e aos princípios da arquitectura egípcia e não aos cânones clássicos grego-romanos (Fig.5).



Fig.5 - O Quiosque de Trajano, na ilha santuário de Philae, nos finais do século XIX (foto Antonio Beato).

Este tipo de edifícios suscita uma questão de difícil resposta, que consiste, fundamentalmente, em discernir entre arte romana ou arte do império,²⁵ questão complicada pois neste caso de *Philae* estamos perante uma situação evidente de arte oficial que não segue os valores do centro, respeitando a periferia, uma vez que as próprias inscrições com a titulatura do imperador,

Loquuntur Saxa, Lisboa, 2002, pp. 157-164.

²⁵ Michael Grant, *Art in the Roman Empire*, Londres, 1996 (=Grant, *Art*).

conhecido pela sua posição defensora dos valores tradicionais romanos, são em escrita hieroglífica. Este exemplo limite faculta um excelente testemunho da integração pragmática do que, aparentemente, não é assimilável. Ou seja, como se verifica com a inscrição do Wadi Rum, a Romanidade não é, no Império, um conceito étnico ou mesmo estritamente cultural. Aceitando a diferença onde esta se justificava, o Império fortaleceu-se, fenómeno que não deixou de se chocar com inelutáveis realidades, mesmo depois de 212, ou talvez mesmo com maiores dificuldades após esta data.

Os problemas religiosos surgiram muito cedo no mundo romano, não obstante a inegável abertura sempre demonstrada em relação a todas as religiões, problemas motivados por incompatibilidades de ordem política. O enorme santuário do deus Sol, Bel ou Baal, em Balbek (*Heliopolis*), oficialmente consagrado a Júpiter Heliopolitano, é um excelente exemplo da *interpretatio* romana. As ruínas que dele sobreviveram em Balbek, no Líbano (Fig.6), constituem ainda um dos mais imponentes conjuntos monumentais de todo o Império, quer pelas colossais dimensões dos edifícios, quer pela qualidade e riqueza da decoração.

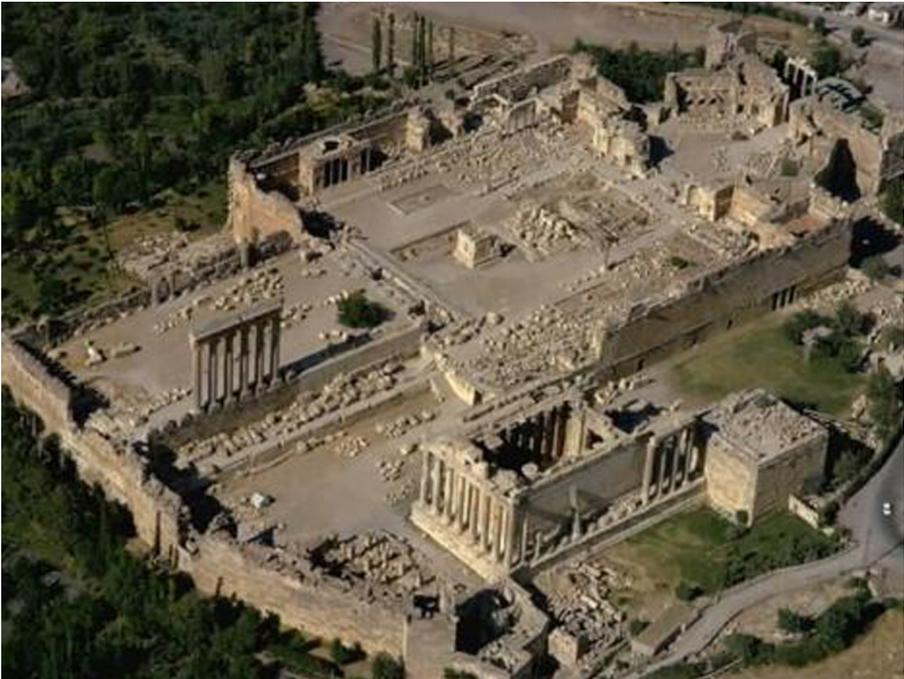


Fig.6 - O grande santuário de Júpiter, em Balbek. As colunas do templo principal ascendem a 20 metros.

O santuário desenvolveu-se sobretudo entre o século I e III, com grandes intervenções de Nero, Trajano e Caracala, até à sua cristianização no final do século IV, por iniciativa do imperador Teodósio. Este caso de *Heliopolis* demonstra facilmente, num cenário espectacular,²⁶ que as divindades orientais, semitas, não ofereciam dificuldades particulares de *interpretatio*, como se comprova, a todos os níveis, por exemplo, com as divindades fenício-púnicas, entre as quais não podemos deixar de recordar o Baal-Melkart gaditano, associado a Hércules pelos bons romanos, como Trajano.²⁷

Qual era, então, a razão das dificuldades? Se no caso dos Druídas havia uma clara razão de estímulo à resistência céltica, complicada pela prática de sacrifícios humanos, tal como sucedeu com o sacrifício de crianças em certos rituais púnicos no Norte de África, impossíveis de aceitar pela administração romana, a grande questão é a do embate, inevitável, entre politeísmo e monoteísmo. O paganismo, durante séculos dominante em praticamente todo o mundo romano, permitia entendimentos e sincretismos nos quais os monoteísmo judaico e cristão não tinha parte, excluído pela sua essência da grande comunidade politeísta na qual se integrava o poder dominante. Desta forma, o paganismo funcionou também como um factor de união entre povos e culturas muito diversas, mesmo quando alguns dos cultos recebidos no Império se referiam a divindades nacionais de povos em conflito aberto com o Império Romano, como foi o caso do deus iraniano Mitra.²⁸

Os relevos do Arco de Tito, em Roma, invocam uma dessas grandes questões político-religiosas, como foi a do conflito quase permanente entre Romanos e Judeus (Fig.7), apesar de períodos de acalmia onde reinava um certo *modus vivendi* aceite por ambos e que não deixou de contribuir para uma profunda aculturação, pelo menos formal, dos últimos.

²⁶ Vasco Mantas, *As cidades do Sol*, O Sol Greco-Romano, Coimbra, 2008, 173-177; Grant, *Art*, pp. 33-35.

²⁷ Petit, *Paix*, p. 190.

²⁸ Robert Turcan, *Mithra et le Mithriacisme*, Paris, 1981.



Fig.7 - Relevo do Arco de Tito, em Roma, mostrando a *Menorah* do Templo de Jerusalém no cortejo triunfal do imperador.

A destruição do Segundo Templo em 70, aliás não ordenada por Tito, resultou não de uma guerra religiosa, mas da irredutibilidade judaica, a qual levou a frequentes revoltas às quais Roma respondeu com notória brutalidade. Como é evidente, a lógica do império não permitiria uma oposição triunfante, tanto mais que neste caso se tratava de um povo considerado diferente e insubmisso, instalado numa área que interessava ao Império Romano como charneira entre o Egito e a Síria e testa de ponte das comunicações em direcção ao Oriente dominado pelo único grande Estado em contacto directo com Roma, o belicoso Império Persa. Se assim não fosse, talvez Roma tivesse simplesmente abandonado a Judeia, como sucedeu na Caledónia e na Germânia, neste último caso cometendo um terrível erro geoestratégico, como

veremos a seu tempo. É quase certo que, se Roma partisse, quem dominasse a Mesopotâmia atingiria as praias do Mediterrâneo, como já acontecera no passado.

Que a convivência era possível entre Romanos e Judeus no contexto imperial comprova-o a presença da colônia judaica na Urbe, nomeadamente antes da Primeira Revolta.²⁹ Se quisermos recorrer a um exemplo clássico podemos recordar a cidadania romana de Paulo de Tarso que é um testemunho claro da forma como funcionava o sistema jurídico romano, sobretudo no tocante ao respeito pelo estatuto de cidadão, independentemente da religião, cultura ou etnia do indivíduo.³⁰ Mas as possibilidades da participação colectiva judaica tornaram-se cada vez mais limitadas devido à permanente turbulência na zona, que acabou por transformar a Judeia numa província militarizada e rigorosamente controlada. A situação, naturalmente complicada, agravou-se com a expansão do Cristianismo, confundindo-se com frequência os dois credos religiosos, do que em parte resultou a imagem anti-social vulgarmente atribuída aos cristãos.

Considerando que a religião era o pilar fundamental da cidade antiga, mantida sobre um pacto entre a comunidade humana e as divindades, pacto garantido através do culto e da *Pietas*³¹, torna-se fácil compreender o conflito que vai opôr o Estado romano e o Cristianismo durante séculos, devido à introdução de um factor religioso que se opunha ao culto cívico exigido pelo Estado. Este culto cívico, como o culto das divindades oficiais ou o culto imperial, não constituía nenhum problema para os pagãos do Império. Trata-se, portanto, de um violento choque de ordem cultural, para o qual não foi encontrada solução equilibrada, na verdade impossível sempre que se pusesse em causa o monoteísmo ou o conceito religioso de que dependia a concepção da *civitas*.

Na cidade residia a essência da civilização romana, não obstante determinados aspectos da ruralidade, herdados dos tempos longínquos da Monarquia e da República arcaica, terem sobrevivido longamente como elementos culturais, inclusive na religião, mesmo depois da helenização progressiva da mesma. Assim, a cidade, contrariamente ao que sucedeu noutras civilizações, tornou-se no espaço ideal para a integração do estrangeiro, para

²⁹ Nuno Simões Rodrigues, *Iudaei in Vrbe. Os Judeus em Roma de Pompeio aos Flávios*, Lisboa, 2007. Sobre as revoltas: J. James Bloom, *The Jewish Revolts against Rome, A.D. 66-135. A military analysis*, Jefferson (NC) / Londres, 2010.

³⁰ Michael Grant, *O mundo de Roma*, Lisboa, 1967, pp. 101-102; Ronald Hock, *The problem of Paul's social class. Further reflections*, Pauline Studies, 4, Paul's World, Leida / Boston, 2008, 7-18; *Actos*, XXV, 9-12.

³¹ M. H. Rocha Pereira, *História da Cultura Clássica*, 2, *Cultura Romana*, Lisboa, 2008⁴, pp. 338-342.

transformar o peregrino em cidadão ou, pelo menos, em alguém que vivia à romana. Como reflexo da ordem e da harmonia, a cidade ideal correspondia a um modelo que os Romanos disseminaram por todo o Império, assente na existência de dois eixos ortogonais, o *Kardo* e o *Decumanus*, pelo que não consideramos totalmente correcto classificá-lo como hipodâmico. A austera regularidade deste tipo de planta, sancionada religiosamente,³² não deixava com frequência de sofrer alterações quando a cidade se ampliava, como se verifica em tantos casos bem conhecidos.

Embora este modelo tivesse conhecido êxito assinalável noutras situações de tipo colonial, por razões práticas, a verdade é que a cidade representava muito mais do que um centro físico de actividades necessárias, constituindo um centro moral, núcleo das actividades políticas de um território entendidas no sentido mais completo. Expressão visível da sociedade romana e da sua estrutura hierarquizada, as cidades dividiam-se elas próprias por diversos escalões, desde a cidade peregrina, não integrada juridicamente na ordem romana mas dotada de uma estrutura administrativa por ela inspirada e com um cenário urbano romanizado, continuando pelas cidades latinas, municípios e colónias até ao topo da organização, Roma. O que representou a urbanização romana, sobretudo no Ocidente, não é difícil de apreender, constituindo um dos motores da Romanidade através da vulgarização de práticas culturais de diversa inspiração, naturalmente com particular destaque para os modelos oficiais. Como a cidade e os campos viviam uma espécie de simbiose, projectando-se sobre estes a influência dos modelos urbanos, é necessário considerar que o fenómeno urbano ultrapassou os limites da cidade, difundindo, particularmente através da *villae*,³³ estéticas e práticas alheias ao mundo indígena local. São incontáveis os testemunhos deste fenómeno, patente, por exemplo no território do município olisiponense na variedade clássica dos monumentos funerários reunidos no Museu de São Miguel de Odrinhas (Fig.8).

³² Léon Homo, *Rome impériale et l'urbanisme dans l'antiquité*, Paris, 1971, pp. 24-28.

³³ Jean-Gérard Gorges, *Villes et villas de Lusitanie*, Les Villes de Lusitanie Romaine, Paris, 1990, pp. 91-114.



Fig.8 - O antigo Museu de S. Miguel de Odrinhas (Sintra): cupas, aras, cipos e placas.

A cidade, nomeadamente a cidade de tipo colonial, de planta regular e equipamento urbano estereotipado tem sido julgada de formas diferentes, por vezes com severidade. Albert Camus considerou-a produto de uma civilização de agrimensores e de oficiais subalternos,³⁴ sem grande imaginação. Talvez seja curioso recordar o que sobre as ruínas líbias de Cirene, escreveu o tenente aviador Humberto da Cruz, em 1935:

Atravessámos as florestas de Barce, capital do Djebel e passámos sôbre Cirene que, ainda hoje, nas suas ruínas, nos quer mostrar a sua magestade de outros tempos. Roma, atesta naquelas colunas que teimam em resistir ao tempo, a grandeza que lhe deu fôros de maior Império do Mundo. O geométrico talho da antiga cidade torna-se notável do Ar. Muros baixos, de pedras que ficaram, dizem-nos o desenho e tamanho das construções romanas. O que resta daquela arquitetura que marcou as suas linhas no robustecer de uma civilização é para nós, viajantes do Ar, um amontoado regular de materiais mas para visitantes que correm mundo, um mostruário de recordações.³⁵

³⁴ Albert Camus, *Nozes*, Paris, 1950, p. 39.

³⁵ Humberto da Cruz, *A viagem do Dilly*, Lisboa, 1935, p. 38. Esta ilustre figura da aviação portuguesa bem merecia que a sua terra natal, Coimbra, o honrasse publicamente.

Recordações que fazem parte, para sempre, da nossa memória e identidade, esta em larga medida herdeira da cultura que permitiu, em cidades como as que Camus deprecia, fazer a aprendizagem da Romanidade, pois essa era uma das suas funções principais, quer se tratasse de aspectos políticos, religiosos ou simplesmente, da língua latina, como se verifica, por exemplo, na ara consagrada *Genio Amaici* (Fig.9), achada perto das ruínas da cidade de *Ammaia* (São Salvador de Aramenha, Marvão), na qual o conhecimento do latim era ainda rudimentar e a onomástica peregrina, mas onde os conceitos religiosos presentes, as fórmulas epigráficas e o tipo do suporte se revelam já perfeitamente clássicos.³⁶



Fig.9 - Ara consagrada ao *Genio Amaici* por um indígena, notando-se diversos lapsos na escrita das palavras (Museu de Ammaia).

³⁶ Vasco Mantas, *Novidades epigráficas de Ammaia (S. Salvador de Aramenha, Marvão)*, Au Jardin des Hespérides. Mélanges Offerés à Alain Tranoy, Rennes, 2004, pp. 89-92. A ara foi achada nos Alvarrões, na periferia da cidade.

Não podemos, pois, limitar as cidades a um simples local de exercício do poder político, que o foram, naturalmente, e menos ainda reduzi-las a bastiões da ordem romana, espécie de ilhas vigilantes cercadas por um mar de inimigos, quase a exemplo das primeiras colónias militares na Itália e cuja função militar seria primordial. Esta ideia do cerco foi largamente desenvolvida pela conhecida tese de Michael Rostovtzeff, que considerava como causa da queda do Império a oposição, por razões económicas, entre as cidades e os meios rurais. Por paradoxal que tal facto possa parecer, este conflito sugere, da forma como é apresentado, que a romanização se alargara de tal forma pelos finais do Alto Império, e a ubiquidade dos materiais arqueológicos não deixa dúvidas a esse respeito, que se tornara campo de oposições económicas, onde os que não tinham simplesmente lutavam por que queriam ter.

Neste contexto complexo da romanização cultural do Império não podemos esquecer que, nas zonas fronteiriças onde não existiam cidades ou onde o urbanismo era incipiente, foram os campos militares permanentes que dinamizaram o processo romanizador, criando uma Romanidade de fronteira, com algumas peculiaridades, uma das quais, e não das menos importantes, foi a sua influência para além do *Limes*. Talvez seja conveniente recordar que nos grandes centros militares se concentrava grande número de cidadãos romanos, em muitos casos muito superior ao que se podia contar, antes do Édito de Caracala, nas cidades médias do Império. Por outro lado, para além dos efectivos propriamente romanos, de onde os italianos foram desaparecendo gradualmente ao longo do Alto Império, devemos atender à presença de numerosas tropas auxiliares, que foram contribuindo para sincretismos variados, um dos elementos básicos do desenvolvimento da Romanidade, na qual os processos de aculturação, bivalentes, foram fundamentais.

Uma das características dos grandes campos militares situados na fronteira ou na sua rectaguarda imediata foi o de terem dado origem, na sua vizinhança ou imediatamente no exterior da muralha, a povoados civis, *canabae*, por vezes nomeados como *vici*, os quais, em não poucos casos, deram origem a cidades da Europa ocidental e central. A população destes povoados, que podia ser relativamente numerosa, era constituída quase sempre por gente humilde, cuja sustentabilidade dependia da guarnição local e que muitas vezes a acompanhava quando o campo era abandonado. Em Saalburg, na Germânia, o forte romano aí existente, cuidadosamente restaurado, tinha junto a ele um povoado onde viveriam cerca de 1500 civis.³⁷ Uma parte destes habitantes era constituída pelas famílias não oficiais dos soldados, impedidos de contrair casamento legal até

³⁷ Rudolf Pörtner, *Mit dem Fahrstuhl in die Römerzeit. Städte und Stätten deutscher Frühgeschichte*, Dusseldorf, 1977, pp. 175-180; Cecilia Moneta, *Der Vicus des römischen Kastells Saalburg*, 1-3, Mogúncia, 2010.

finais do século II. Os restantes incluíam pequenos comerciantes, taberneiros, prostitutas e escravos, ou seja, o heterogéneo grupo que é habitual encontrar nas frentes de colonização ou onde se verificam grandes concentrações militares. Estes povoados ganharam importância regional à medida que as guarnições fronteiriças passaram a ser constituídas quase exclusivamente por tropas auxiliares de recrutamento local, por vezes semi-bárbaras, os *Limitanei*.

O termo Romano alargou-se progressivamente aos que viviam no Império ou com ele se relacionavam de alguma maneira, limitando a acção do centro em detrimento da periferia, uma periferia de onde cada vez mais fluem homens e ideias que, inevitavelmente, transformam a essência do Império, inclinándolo ideologicamente para modelos autoritários fortemente marcados por soluções orientalizantes. É ilustrativo verificar na lista de imperadores a sua origem geográfica, ou pelo menos a das suas famílias, o que de imediato mostra que o predomínio da Itália termina com Domiciano, assassinado em 96, ou, se quisermos, com Nerva, que governou apenas para facilitar o advento do hispânico Trajano em 98. A partir daqui os imperadores podem, naturalmente, ser oriundos de qualquer das províncias mais romanizadas do Império, numa primeira fase, para depois surgirem da África, da Ásia ou dos Balcãs.

O Édito de Caracala, em 212, alargando a cidadania a todos os homens livres do Império,³⁸ veio clarificar uma situação ambígua na qual cidadão e romano não significavam forçosamente a mesma coisa, uma vez que o segundo respondia a conceitos de ordem político-civilizacional mais do que étnico-cultural. Com a *Constitutio Antoniniana* esta complicada equação, sem abandonar certas práticas oficiais que afirmavam a identidade romana do Império, passa a igualar os dois termos, conferindo supremacia ao factor político e civilizacional. Nesta situação e em confronto com as realidades do século III e IV, a Itália e Roma já não estavam em situação de inverter o curso da História e foi preciso o totalitarismo asfixiante do sistema tetrárquico e a adopção de uma religião que contrariava a essência do mundo antigo para salvar o Império Romano, ou antes, aquilo em que ele se transformava inexoravelmente e que uma elite de saudosistas na Itália não conseguiu evitar, desprovidos do apoio de uma população decaída e submissa.

A frase *Roma já não está em Roma*, título de capítulo assinado por Jean Cousin numa história de Roma muito divulgada,³⁹ enuncia simultaneamente o triunfo da Romanidade, presente da Escócia ao Iraque, e o enfraquecimento na Itália das forças que criaram o Império. Esta Roma exterior, que muitas vezes salvaguardou brilhantemente o melhor desta civilização, não deixou de contribuir para as alterações culturais que muitos contam entre as causas

³⁸ Paul Petit, *Histoire générale de l'Empire romain*, 2, *La crise de l'Empire*, Paris, 1974, pp. 70-72 (=Petit, *Histoire*).

³⁹ Jean Cousin / Raymond Bloch, *Roma e o seu destino*, Lisboa, 1964, pp. 414-452.

da queda de Roma. Este fenómeno histórico revela-se um lento processo de aculturação em que os valores que permitiram, associados a uma série de circunstâncias pontuais felizes, que Roma sobrevivesse aos seus primeiros tempos difíceis para ascender depois como superpotência mediterrânica. O custo do triunfo foi a transformação e o surgimento de dinâmicas de que perdeu o controlo no cenário múltiplo da Romanidade. Depois de 212 o mundo de Roma é um mundo de homens livres, cidadãos. Mas interrogamo-nos sobre a validade do estatuto a partir do momento em que o abominável termo *Dominus* surge na titulatura imperial sistematicamente.

Que esta Romanidade é, todavia, muito diferente, enquanto espaço imperial, de outros impérios, comprova-se facilmente, sem necessidade de recorrer a mais exemplos, atendendo à figura do imperador que celebrou o milenário da Cidade Eterna, em 247, Filipe, o Árabe (Fig.10).



Fig.10 - Antoniniano de Filipe, o Árabe, comemorativo dos festejos do milenário de Roma (RIC 24c).

Este imperador, nascido nos confins arábicos do Império e membro de uma família mais ou menos obscura da pequena nobreza local,⁴⁰ é o produto simbólico do sucesso da romanização das províncias, mesmo no Oriente, demonstração clara de que a evolução interna do Império não foi prejudicada por preconceitos étnicos e que mesmo as diferenças culturais, quando existiam, podiam ser sublimadas. Seria isto possível noutros impérios? No fundo, a partir de determinado momento, a Romanidade caracteriza-se pela emergência de núcleos regionais, mais ou menos inovadores ou conservadores segundo as tradições locais, existindo um mecanismo que permitia, por vezes de forma violenta, controlar aquilo que ultrapassava o aceitável, como

⁴⁰ Petit, *Histoire*, pp. 170-172.

aconteceu com o final melodramático dos últimos imperadores da dinastia síria. Seja como for, comparar este Império com o que foi estabelecido por Octaviano não teria sentido, tão diferentes estes se tornaram. Muito curiosamente, ou talvez não, uma vez que Roma persiste como o símbolo maior da ideia imperial, muitas das inovações ideológicas que vão perturbar os séculos III e IV fazem o seu caminho por Roma, para a partir daí, e do prestígio ou força que aí ganham, se afirmarem noutras regiões do império. Não sucedeu assim com o Cristianismo?

Chegados ao século V, consumada uma divisão política que a inscrição do *Wadi Rum* sugeria no campo cultural, minada a força integradora de Roma, o Império adia no Ocidente uma morte anunciada, enquanto o Oriente retoma os caminhos anteriores à conquista romana, tornando-se gradualmente bizantino. Escrevemos atrás que o abandono da política germânica foi um erro grave, o que levanta algumas dúvidas quanto à existência de uma grande estratégia romana.⁴¹ Na verdade a permanente tentativa de abrir caminho para o Golfo Pérsico através da Mesopotâmia, perseguida por imperadores preocupados não tanto com a repetição das proezas de Alexandre mas sobretudo em empurrar o mais possível para o interior a fronteira do Império, facilitando a sua defesa e controlando simultaneamente postos comerciais importantes, obrigou a uma permanente tensão militar e económica na região.

Se o Império tivesse optado por retomar os planos germânicos de Augusto ou de Marco Aurélio é bem possível que o desenvolvimento de uma significativa massa continental no Ocidente e a inclusão no Império de povos capazes de fornecerem os soldados que lhe iam faltando e que acabaram, mais tarde, por surgir em condições muito negativas para os interesses romanos, ora como inimigos, ora como aliados impostos. A política oriental romana faz lembrar, em determinadas situações, a anacrónica tentativa bizantina de retomar o controlo do Ocidente, desastrosa sob muitos aspectos. Não vale a pena recorrer a cenários alternativos para o passado, mas, sem esquecer o inegável êxito da Romanidade no que é hoje a Roménia, apesar de séculos de influências magiares, otomanas, eslavas e germânicas,⁴² não podemos deixar de imaginar que efeitos teria no futuro da futura Europa a conquista e manutenção das terras até à linha Oder / Boémia, considerando, inclusivamente, o que se passou depois com o Império Carolíngio, no qual, mais do que no Império Romano, parece a assentar a verdadeira inspiração para a União Europeia, como se vai verificando progressivamente neste ano de 2011.

⁴¹ Sobre esta debatida questão: Edward Luttwak, *The grand strategy of the Roman Empire from the First century A.D. to the Third*, Baltimore, 1976; Charles R. Whittaker, *Les frontières de l'Empire Romain*, Besançon, 1989.

⁴² George I. Brătianu, *Une énigme et un miracle historique: le peuple Roumain*, Bucareste, 1988.

Não devemos prolongar este sinuoso percurso, mas não podemos terminar sem abordar a questão da Romanidade no mundo contemporâneo. É impressionante observar, um pouco à margem, se possível, as multidões que nesta época de turismo de massa se precipitam em Roma sobre as ruínas mais simbólicas, como as do Coliseu ou do *Forum Romanum* (Fig.11).



Fig.11 - Multidão de turistas na *Sacra Via* junto ao templo de Rómulo, Roma.

Como todos sabemos, a quantidade não implica obrigatoriamente qualidade e isso leva-nos a questionar os motivos que fazem mover tanta gente. Será a vontade de estar num espaço por onde correu tanta história, fazendo parte dele por um momento, um pouco à imagem do célebre grafite da Segunda Guerra Mundial *Kilroy was here*, ou apenas uma moda facilitada pela mobilidade actual, tão diferente da praticada pelos viajantes do *grand tour*? Muito provavelmente a maior parte procurará apenas os traços de um passado aprendido nos manuais escolares, no cinema ou na literatura, apenas como passado, onde se misturam figuras heróicas, mártires, rebeldes, imperadores loucos e ali, ao toque da mão, os vestígios de uma arquitectura que não permite dúvidas sobre o que é um poder imperial. Que assim parece ser pode deduzir-se da quietude quase sempre reinante no *Antiquarium* do Forum, onde os raros visitantes podem observar parte do pouco que ficou das origens mais longínquas, e menos espectaculares, de Roma.

Na verdade, para muitos destes turistas que conferem um aspecto babilónico aos locais mais prestigiosos da velha Urbe, a Romanidade não tem um sentido verdadeiramente actual, tanto mais que alguns dos valores que lhe poderiam ser atribuídos no mundo actual são remetidos para o cenário grego, caso da Democracia, reservando para Roma ditadores e gladiadores. Errada interpretação, perigosa interpretação numa época em que se torna urgente encontrar soluções justas para o governo de grandes áreas políticas e para o problema de multiculturalismos delirantes! Embora a Romanidade tenha permanecido sempre como uma inspiração para os pensadores políticos ocidentais de todas as épocas, sobretudo enquanto as Humanidades se mantiveram no centro da formação desses mesmos pensadores, as interpretações que lhe têm sido atribuídas variaram ao longo do tempo.

Estas interpretações, quase sempre de tipo intelectual, tiveram também expressões nacionalistas, como na Roménia durante o domínio de Ceaucescu ou, sobretudo, na Itália de Mussolini. Neste último caso a afirmação de continuidade e de uma *Renovatio Imperii* é perfeitamente compreensível e não pode ser condenada só por isso, se tivermos em conta, por exemplo, que a França se assumiu, em oposição à Alemanha, como a representante do mundo latino por excelência, sem deixar, naturalmente, de considerar Vercingetórix ou Clóvis como heróis nacionais. Trata-se de fenómenos marcadamente políticos, de identificação, que conferiram à Romanidade, ou à sua expressão, um carácter nacional evidente, ainda que positivo, de uma maneira geral, para a preservação do passado romano e para o seu estudo. Os grandes trabalhos efectuados em Roma pelas autoridades fascistas, apesar de criticáveis sob muitos aspectos,⁴³ não deixaram de contribuir quer para a valorização do legado romano (Fig.12), quer para o seu estudo e divulgação, como se pode verificar visitando o *Museo della Civiltà Romana*, onde se encontram muitos dos materiais da célebre exposição *Mostra Augustea della Romanità*, organizada em 1937 para comemorar o nascimento de Augusto.

⁴³ Daniele Manacorda / Renato Tamassia, *Il picone del regime*, Roma, 1985.

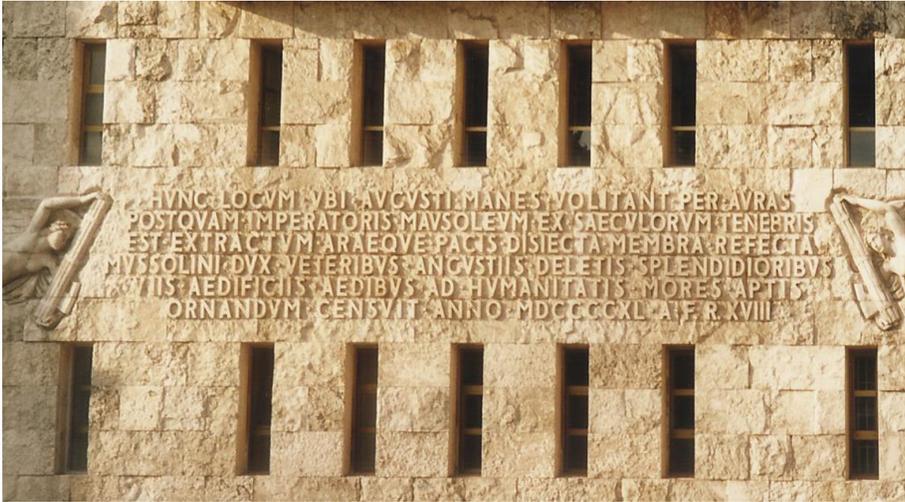


Fig.12 - Inscrição de 1940, em Roma, comemorando a reabilitação da *Ara Pacis* e do Mausoléu de Augusto.

O indesmentível interesse que a civilização romana ainda desperta, apesar dos ataques sistemáticos a que a História Antiga tem sido sujeita, não poucas vezes por razões tão políticas como aquelas que levaram a exageradas e por vezes anacrónicas manifestações de admiração, erradas à partida por se pretenderem especificamente nacionais, tanto como agora se limitam, frequentemente, a jogos de palavras. Ora a Romanidade moderna deve realçar uma ideia identitária que, sem esquecer as suas raízes itálicas e latinas, possa sugerir um modelo respeitável e inspirador para a Europa e para todos os que nela querem viver de acordo com os irrevogáveis valores culturais que lhe são próprios, no que deve ser intransigente. Recordamos uma passagem de Apuleio que nos parece clara quanto ao que defendemos: «Não é ao lugar do nascimento, mas sim ao carácter de cada um que é preciso olhar; não é sobre que região, mas sim sobre que princípios se fundou a sua existência que é preciso reparar.»⁴⁴ Cremos que os europeus nada têm a aprender com outros, neste campo, e a Romanidade pode ser o ponto de encontro onde os diferentes se sentirão iguais, não pela força ilusória de um padrão económico, mas à sombra tutelar do legado intemporal da Cidade Eterna (Fig.13), como tão bem o exprimiu no seu epitáfio um norte-africano da antiga *Rusicade*, hoje Skikda, na Argélia: «Paz para ele! Antonius levantou esta ara em vida. Mercador, nascido neste local, tem mulher e filhos.

⁴⁴ Apuleio, *Met.*, II, 8.

Navegando e exercendo a sua profissão, foi a Roma, sua mãe , e pisou a Via Sagrada».⁴⁵



Fig.13 - Estátua da deusa Roma entronizada no Capitólio de Miguel Ângelo, Roma.

⁴⁵ H.-G. Pflaum, *Inscriptions Latines de l'Algérie*, II, 2, Paris, 1957, n.º 73.

BIBLIOGRAFIA

Edições e traduções

- Apuleio, *Le Metamorfosi o l'Asino d'Oro / Apuleio* (Introduzione, traduzione e note de Lara Nicolini), Milão, 2005: Biblioteca Universale Rizzoli.
- A Bíblia Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento*. Traduzida em portuguez segundo a vulgata latina por Antonio Pereira de Figueiredo, Lisboa, 1909: Deposito das Escripturas Sagradas.
- Catão, *De l'Agriculture* (Texte établi, traduit et commenté par R. Goujar), Paris, 1975: Les Belles Lettres.
- Élio Aristides, *A Roma* (Traduzione e comento a cura di Francesca Fontanela), Pisa, 2007: Edizione della Normale.
- Tácito, *Agricola and Germania* (Translated by H. Mattingly. Revised with an Introduction and Notes by J. B. Rives), Londres, 2009: Penguin Books.

Estudos

- Bandinelli, R. Bianchi (1969), *Rome. Le centre du pouvoir*, Paris.
- Bloom, J. James (2010), *The Jewish Revolts against Rome, A.D. 66-135. A military analysis*, Jefferson (NC) / Londres.
- Branca, Nicolae (1980), *Urbanismul Daciei Romane*, Timisoara.
- Brătianu, George I. (1988²), *Une énigme et un miracle historique: le peuple Roumain*, Bucarest.
- Camus, Albert (1950), *Noces*, Paris.
- Chack, Paul (1930), *Como marinheiros se batem. 1914-1918*, Porto.
- Conrad, Joseph (2004), *O coração das trevas*, Lisboa.
- Cousin, Jean / Bloch, Raymond (1964), *Roma e o seu destino*, Lisboa.
- Cruz, Humberto da (1935), *A viagem do Dilly*, Lisboa.
- Demandt, Alexander (1990), *Theodor Mommsen*, Classical Scholarship. A Biographical Encyclopaedia, Nova Iorque, pp.285-307.
- Gorges, Jean-Gérard (1990), *Villes et villas de Lusitanie*, Les Villes de Lusitanie Romaine, Paris, pp.91-114.
- Grant, Michael (1967), *O mundo de Roma*, Lisboa.

- Grant, Michael (1996), *Art in the Roman Empire*, Londres.
- Graves-Brown, Paul / Jones, Siân / Gamble, Clive (ed.) (1996), *Cultural Identity and Archaeology. The Construction of European Communities*, Londres / Nova Iorque.
- Hock, Ronald (2008), *The problem of Paul's social class. Further reflections*, *Pauline Studies*, 4, Paul's World, Leida / Boston, pp.7-18.
- Homo, Léon (1971), *Rome impériale et l'urbanisme dans l'antiquité*, Paris.
- Jobling, Bill (rel.) (1993), *Chronique Archéologique. Jordanie, Syria*, LXX (1-2), pp.244-246.
- Jones, Frances Hope (2008), *Tirocinium Imperii: Public School Education in the Victorian Era, the Classical Curriculum and the British Imperial Ethos*, Middleton (Conn.).
- Kipling, Rudyard (1906), *Puck of Pook's Hill*, Toronto.
- Kotkin, Joel (2011), *A cidade. Uma história global*, Lisboa.
- Luttwak, Edward (1976), *The grand strategy of the Roman Empire from the First Century A.D. to the Third*, Baltimore.
- Manacorda, Daniele / Tamassia, Renato (1985), *Il piccone del regime*, Roma.
- Mantas, Vasco (2002), *O mundo religioso dos viajantes e comerciantes*, *Religiões da Lusitânia*. Loquuntur Saxa, Lisboa, pp.157-164.
- Mantas, Vasco (2004), *Novidades epigráficas de Ammaia (S. Salvador de Aramenha, Marvão)*, Au Jardin des Hespérides. Mélanges Offeres à Alain Tranoy, Rennes, pp.87-101.
- Mantas, Vasco (2008), *As cidades do Sol*, O Sol Greco-Romano, Coimbra, pp.161-192.
- Mattingly, David J. (ed.) (1997), *Dialogues in Roman Imperialism. Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*, Portsmouth (RI).
- Moffat, Alistair (2005), *Before Scotland: the Story of Scotland Before History*, Londres.
- Molina, A. Bancalari (2007), *Orbe romano e imperio global. La romanización de Augusto a Caracalla*, Santiago do Chile.
- Moneta, Cecilia (2010), *Der Vicus des römischen Kastells Saalburg*, 1-3, Mogúncia.
- Murphy, Cullen (2008), *Are we Rome? The Fall of an Empire and the Fate of America*, Boston.

- Pastor Muñoz, Mauricio (2003³), *Viriato. A luta pela liberdade*, Lisboa.
- Petit, Paul, *La paix romaine*, Paris, 1967.
- Petit, Paul (1974), *Histoire générale de l'Empire romain*, 2, *La crise de l'Empire*, Paris.
- Pflaum, Hans-Georg (1957), *Inscriptions Latines de l'Algérie*, II, 2, Paris.
- Pörtner, Rudolf (1977), *Mit dem Fahrstuhlf in die Römerzeit. Städte und Stätten deutscher Frühgeschichte*, Dusseldorf.
- Rebenich, Stefan (2002), *Theodor Mommsen: eine Biographie*, Munique.
- Richardson, J. S. (1997), *Neque elegatem, ut arbitror, neque urbanum: reflections on Iberian urbanism*, Social Complexity and the Development of Towns in Iberia, Oxford, pp.339-354.
- Rocha Pereira, M. H. (2008⁴), *História da Cultura Clássica*, 2, *Cultura Romana*, Lisboa.
- Rocha Pereira, M. H. (2008), *Raízes clássicas da União Europeia*, Boletim da Faculdade de Direito, 84, pp.11-24.
- Rodrigues, Nuno Simões (2007), *Iudaei in Vrbe. Os Judeus em Roma de Pompeio aos Flávios*, Lisboa.
- Sealey, Paul (1997), *The Boudican Revolt against Rome*, Princes Risborough.
- Solomon, Jon (2000²), *The Ancient World in the Cinema*, New Haven (CT).
- Starr, Chester G. (1993³), *The Roman Imperial Navy 31 B.C.-A.D. 324*, Chicago.
- Turcan, Robert (1981), *Mithra et le Mithriacisme*, Paris.
- Ward-Perkins, Bryan (2006), *A queda de Roma e o fim da civilização*, Lisboa.
- Wike, Maria (1997), *Projecting the Past. Ancient Rome, Cinema and History*, Nova Iorque / Londres.
- Whittaker, Charles R. (1989), *Les frontières de l'Empire Romain*, Besançon.

DO ORADOR AO MESTRE CONCEPÇÕES ROMANAS DA LINGUAGEM

DIOGO FERRER
Universidade de Coimbra

O tema «Do Orador ao Mestre» refere-se a dois momentos filosóficos que, embora separados por vários séculos e situados em dois períodos históricos muito distintos, são provavelmente os mais representativos da filosofia da linguagem da Antiguidade especificamente latina. «Do Orador» e «O Mestre»¹ são os títulos de duas obras normalmente incluídas em tradições ou linhas filosóficas diferentes, a primeira na retórica, a segunda na história da filosofia da linguagem no seu sentido lato. A tradição estoica dispõe de uma literatura assinalável, mas a sua tradição e expressão dominantes são gregas e o seu registo histórico é, principalmente, o mundo helenístico, e não propriamente romano.² A reflexão filosófica que se pode considerar distintiva da matriz romana pode dividir-se então nestes dois momentos principais, cujos traços centrais o presente estudo procura apreender e comparar nas obras referidas de Cícero e de Santo Agostinho. Nestas obras, e nestas épocas, encontramos dois paradigmas fortemente divergentes de pensamento acerca da linguagem, com supostos e consequências diversas.

Na tradição filosófica posterior, encontramos muito mais a presença de Santo Agostinho do que de Cícero, muito mais a problemática do «Mestre» do que a do «Orador». As questões de Santo Agostinho, a saber, em traços muito gerais, o que são os signos, como os signos representam coisas, qual a relação entre as palavras e as coisas, como se apreende a significação das palavras, qual a relação entre as palavras e o pensamento ou como chega a mente a conhecer as coisas fora dela, predominaram e continuam presentes em boa parte da filosofia da linguagem. As questões de Cícero, pelo contrário, nomeadamente,, como falar de modo convincente ou como organizar o discurso em vista à sua expressão e aceitação públicas, ou seja, em geral a questão da linguagem como uma prática social, foram por muito tempo relegadas para fora da filosofia, para

¹ Santo Agostinho, *De magistro*, [=De mag.] in *Obras de San Agustín*, vol. III, versión, introducción y notas de P. M. Martínez, et al., Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1947, pp. 667-757 [=BAC]. As citações seguem a seguinte versão: S. Agostinho, *O Mestre*, in AA.VV., *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*, tradução de A. S. Pinheiro, Braga, 1982, pp. 25-76 [=OSFM]. Cícero, *De oratore*, texte établi et traduit par E. Courbaud, Paris, 1950 (Livros I e II); texte établi et traduit par F. Richard, Paris, 1932 (Livro III). [=De or.] As traduções para o português do texto de Cícero são baseadas nestas versões.

² Cf. E. Coseriu, *Geschichte der Sprachphilosophie. Von den Anfängen bis Rousseau*, Tübingen - Basel, 2003, pp. 109-120.

o domínio da teoria literária ou da ornamentação do discurso, nomeadamente até à segunda filosofia de Wittgenstein, aos contributos de Searle, ou a algumas das preocupações de K.-O. Apel, entre outros.³ Principalmente a partir do *Do Orador* de Cícero pode evidenciar-se uma compreensão tipicamente romana da linguagem em que as dimensões semântica e pragmática se encontram expostas de uma perspectiva unificada. *O Mestre* de Santo Agostinho servirá, em segundo plano, como contraste, como uma compreensão onde a descoberta de novas questões conduziu à perda desta unidade teórica encontrada em Cícero.⁴

1. O inconfessado da retórica

A retórica de Cícero é bem mais do que uma questão de ornamentação e dos meios de influenciar o ouvinte.⁵ A definição fundamental é que o fim da retórica é «provar, comover e agradar» ou, nas palavras de *Do Orador* de Cícero, a persuasão é movida por três factores: «provar a verdade do que se afirma, captar a benevolência dos ouvintes, despertar neles todas as emoções que são úteis à causa.»⁶ A questão de provar a verdade do que se afirma não é específica da retórica, mas é antes uma questão derivada da lógica ou, caso se suponha, conforme Cícero defende, uma unidade fundamental entre as duas, a questão de provar a verdade é um problema comum à retórica e à lógica. Específicos da retórica são, por outro lado, as finalidades de persuadir por meio de captar a benevolência do ouvinte, agradando e, assim, movendo-o ou comovendo-o. Trata-se, por isso, certamente, não de provar simplesmente em termos ideais, mas de ‘influenciar o ouvinte’ ou ‘ornamentar o discurso’.

Mas como se disse, a ideia da retórica de Cícero é bem mais vasta do que permitem capturar as expressões ‘influenciar’ ou ‘ornamentar’. Aliás, observa-se que há toda uma pré-compreensão destas palavras e de outras similares, pré-compreensão sedimentada numa concepção de fundo que impede de aceder ao sentido filosófico e dificulta a interpretação da exposição de Cícero. De acordo com esta pré-concepção de fundo, *provar* é incompatível com *influenciar*, *mover*, ou *captar a benevolência* pelo ornamento. E, se assim

³ Wittgenstein, *Philosophische Untersuchungen*, in *Schriften* 1, Frankfurt a.M., 1980; J. Searle, *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*, London, 1969; K.-O. Apel, *Transformation der Philosophie*, Frankfurt a.M., 1994.

⁴ A este respeito deve-se observar que quando Santo Agostinho, no Livro IV (Caps. 5-6) do *De doctrina christiana* recupera a retórica para o ensino cristão, defende a unidade entre a eloquência e a sabedoria como um resultado, ou acompanhante, da sabedoria, a qual se mantém, contudo, superior à eloquência e à retórica.

⁵ Cf. M. Fuhrmann, *Die antike Rhetorik. Eine Einführung*, München - Zürich, 1987, pp. 52-64; G. Mainberger, *Rhetorica I. Reden mit Vernunft. Aristoteles. Cicero. Augustinus*, Stuttgart - Bad Cannstatt, 1987, pp. 47-68.

⁶ “...ut probemus uera esse quae defendimus, ut conciliemus eos nobis qui audiunt, ut animos eorum ad quemquomque causa postulabit motum uocemus” (*De or.* II, pp. 27, 115)

é, embora a oratória seja um facto, a retórica conforme definida nos termos ciceronianos referidos, de simultaneamente «provar» e «captar a benevolência» é um oxímoro, uma não-ciência definida por termos que são incompatíveis entre si. O desafio interpretativo de *Do Orador* de Cícero está depositado nesta aparente incompatibilidade entre os termos definitórios da retórica.

A incompatibilidade deriva de que provar é entendido como um acto lógico, que se dá ao nível do puro pensamento, e não tem qualquer relação com a influência que um falante possa ter sobre um ouvinte, com o estado emotivo deste, ou com a sua benevolência em relação ao falante. Segundo a exposição de Santo Agostinho no *De magistro*, compreender um significado é um acto particular e silencioso da mente interior, ao passo que a comunicação por meio de signos nada instrui acerca de significados, a menos que tanto o falante quanto o ouvinte já conheçam previamente o seu significado por meio de um acto intelectual.⁷ A função da linguagem é somente a de ocasionar, actualizar, por «rememoração», um significado já conhecido ou a conhecer por «admonição» à sua busca.⁸ Ou, num exemplo bem mais recente, do Séc. XX, nos termos fenomenológicos de Husserl, a diferença é que enquanto numa demonstração lógica podemos entender porque e como o pensamento se move de uma ideia para outra, na comunicação não podemos entender porque e como o signo se relaciona com a significação ou com a coisa significada. A ligação é inteiramente arbitrária, não tem razões reconhecíveis e, por isso, o mundo da comunicação é um mundo opaco de ambiguidade, engano e mera conjectura. Nestes modelos, influenciar ou mover o ouvinte é um resultado totalmente distinto e, normalmente, oposto, à acção de captar pela inteligência um significado. A transmissão do significado é acessória, porquanto, no que respeita ao ouvinte, segundo Santo Agostinho,

«aprender, de modo nenhum [o ouvinte] aprende, a não ser que também veja o que se lhe diz. Se assim for, aprende pelas coisas mesmas e pelos sentidos e não já pelas palavras que ressoaram. [...] Quando, porém, se trata de coisas que vemos por meio da mente, isto é, por meio do intelecto e da razão, falamos realmente de coisas que contemplamos presentes nessa luz interior de que é iluminado [...] aquele que se chama o homem interior.»⁹

⁷ Cf. T. Borsche, “Macht und Ohnmacht der Wörter. Bemerkungen zu Augustins *De magistro*” in B. Mojsisch (ed.), *Sprachphilosophie in Antike und Mittelalter*, Amsterdam, 1986, pp. 121-161, 147.

⁸ Cf. ib.

⁹ Santo Agostinho, *De mag.*, XII, 39-40 (BAC, 746; OSFM, p. 70): “discit autem nullo modo, nisi et ipse quod dicitur videat; ubi iam non verbis quae sonuerunt, sed rebus ipsis et sensibus discit. [...] Cum vero de iis agitur quae mente conspicimus, id est intellectu atque ratione, ea quidem loquimur quae praesentia contuemur in illa interiore luce veritatis qua ipse qui dicitur homo interior, illustratur [...]”

Santo Agostinho defende mesmo que só um Mestre interior pode permitir ao espírito a inteligência directa de um significado, visto que as palavras, como conjunto articulado de sons – diríamos hoje, eventualmente, uma articulação somente fonética, ou mesmo sintáctica – não podem ser mais do que sons articulados ou formas lógicas captadas interiormente pela mente.¹⁰ A palavra encontra-se, por assim dizer, dividida entre dois termos interiormente associados e sem outra mediação pragmática: é, por um lado, mero som sem significado a que se associa, por outro, um significado, ou o ser sinal de uma outra coisa.¹¹

Agir sobre alguém, em contrapartida, é um acto físico, que se passa num domínio totalmente diverso¹² e exclui que se demonstre o que quer que seja. Do mesmo modo, o tratamento da ornamentação é, segundo esta pré-compreensão de fundo, relegado para a parte não-proposicional do discurso e, por isso, insignificativa. O ornamento releva de acrescentos não-significativos da linguagem e por isso incompatíveis, ou, no mínimo, totalmente irrelevantes para as necessidades da prova. Assim, «persuadir» é um termo equívoco, posto que persuadir por meio de prova absolutamente nada tem que ver com persuadir por meio de influência, emoção ou ornamento. A retórica é, nestes termos, não mais que um equívoco. Cícero está consciente desta questão, e procura conceber quais os meios de unir os diferentes sentidos da persuasão. Esta unidade é justamente a retórica, enquanto unificação da expressão linguística com os seus pressupostos necessários e, em última instância, como inseparável das instituições humanas em que se insere.

Aquele modelo, que se poderia denominar o modelo do Mestre, defendido por Santo Agostinho, é bastante natural a partir do momento em que se reflecte acerca do significado das palavras e do modo como este se apreende na mente.¹³ O essencial para se compreender Cícero é observar se esta diferença

¹⁰ Com uma conclusão “matizada” sobre a questão do modelo “mentalista” do *De magistro*, cf. F. Nef, “La sémantique de S. Augustin est-elle vraiment mentaliste?” in *Philosophie du langage et grammaire dans l’Antiquité (Cahiers de Philosophie Ancienne N° 5)*, Bruxelles - Grenoble, 1986, pp. 377-400.

¹¹ Cf. *De mag.*, X 34 (BAC, 741; OSFM, p. 67): “In quo tamen signum, cum duo sint, sonus et significatio, sonum certe non per signum percipimus, sed eo ipso aure pulsata; significationem autem re, quae significatur, aspecta.”

¹² Cf. Habermas, „Zur Kritik der Bedeutungstheorie“ in *Racionalidade e Comunicação*, tradução de P. Rodrigues, Lisboa, 2002, pp. 149-182, 175 e 179.

¹³ V. a doutrina do «verbo mental», como linguagem anterior aos signos: «É portanto necessário chegar àquele verbo do homem, ao verbo do ser vivo racional, ao verbo da imagem de Deus [...] verbo que não é proferido num som nem pensado na semelhança de um som, que inevitavelmente é de qualquer língua, mas que é anterior a todos os sinais pelos quais é significado, e que é gerado na ciência que permanece no espírito quando a mesma ciência é dita interiormente como é» (“perueniendu est ergo ad illud uerbum hominis, ad uerbum rationalis

entre as duas grandes classes de móbiles da persuasão, i.e., por meio de prova e por meio de influência, é inteiramente ignorada e, se é atendida, de que modo. A teoria retórica do Orador, não interessa minimamente a teoria ou o modelo falante-código-ouvinte, ou a diferença entre captação intelectual do significado e comunicação linguística. A linguagem não é instrumento de comunicação de ideias, mas a sua sedimentação institucional. No entanto, o *Do Orador* não ignora simplesmente todo o registo interpretativo da comunicação, que é aquele que se tornará justamente explícito no *De magistro* de Santo Agostinho. A diferença entre a prova e os outros móbiles da persuasão, diferença que no modelo do Mestre torna a retórica um composto em última instância contraditório, não é simplesmente ignorada no *Do Orador*.

Esta diferença não é ignorada, mas aparece reconhecida de um modo que paradoxalmente parece somente fornecer argumentos decisivos – morais e intelectuais – contra a tese da retórica e em favor do modelo do Mestre interior agostiniano como único veículo da verdade e do significado. Assim, lê-se numa passagem do Livro II do *Do Orador* uma observação fundamental para a questão, apresentada como que de passagem, e que não se reencontrará na obra: «disse várias vezes que há três meios de conduzir os homens à nossa opinião: instruí-los, agradar-lhes, tocá-los. Destes três meios, um só deve ser confessado: é preciso parecer que só visamos instruí-los.»¹⁴ Ora, tinha sido justamente reconhecido antes no texto que «os homens, nas suas decisões, obedecem ao ódio ou ao amor, ao desejo ou à cólera, à esperança ou ao medo, ao erro, em poucas palavras, à agitação da mente, mais frequentemente do que à verdade, à jurisprudência, às regras do direito [...]»¹⁵ A retórica depende, assim, de que o instrumento preponderante da persuasão permaneça oculto. A unidade da retórica parece depender da ocultação pública dos principais meios de atingir os seus fins e da criação de uma ilusão no público, i.e., da sua manipulação estratégica. Mas, se é preciso ocultar na prática e dissimular o essencial do efeito retórico na comunicação, o Orador deve pagar então tributo ao Mestre. Ou, em termos mais actuais, o modelo retórico comunicativo parece ser parasitário do modelo lógico mentalista, e a retórica auto-anula-se como

animantis, ad uerbum [...] a deo factae imaginis dei, quod neque prolatium est in sono neque cogitatum in similitudine soni quod alicuius linguae esse necesse sit, se quod ominia quibus significatur signa praecedit et gignitur de scientia quae manet in animo quando eadem scientia intus dicitur sicutti est” (Santo Agostinho, *Trindade. De Trinitate*, coordenação e tradução A. E. Santo *et al.*, Coimbra, 2007, p. 1074, XV-11.20.)

¹⁴ “Et quoniam, quod saepe iam dixit, tribus rebus homines ad nostram sententiam perducimus, aut docendo aut conciliando aut permouendo, una ex tribus his rebus res prae nobis est ferenda, ut nihil aliud nisi docere uelle uideamur” (*De or. II*, pp. 77, 310).

¹⁵ “Plura enim multo homines iudicant odio aut amore aut cupiditate aut iracundia aut dolore aut laetitia aut spe aut timore aut errore aut aliqua permotione mentis quam ueritate aut praescriptio aut iuris norma aliqua aut iudici formula” (*De or. II*, pp. 42 e 178).

ciência. Se o ouvinte compreendesse as verdadeiras causas e meios da actuação do falante, a retórica não seria viável. Só a ocultação das intenções privadas do orador permite a existência da retórica e o seu êxito, sempre tributário de que se resguarde a intenção estratégica do orador.

A virtude pública do Orador parece posta em causa por este inconfessado em que a retórica assenta. Mas esta passagem singular do *Do orador* parece indicar antes uma aplicação, ao que é específico da retórica, do modo de compreensão próprio do modelo agostiniano do Mestre. A passagem confirma a consciência de Cícero da dificuldade essencial da retórica, e da relevância do modelo que virá a ser o do Mestre. Trata-se, aqui, de uma incursão, no texto retórico, de um modelo que lhe é estranho. Apesar de relevante, de ter um papel a desempenhar, e de emergir por isso neste passo, não é, contudo, o modelo adequado ao orador, nem ao entendimento da sua virtude própria. Na verdade, esta passagem, que implica aparentemente a auto-anulação da retórica, faz ressaltar o sentido filosófico mais geral do *Do orador*. A unidade da retórica depende do modo como esta dificuldade for ultrapassada e o modelo do Orador estabelecido de modo não parasitário.

2. A recondução retórica do saber

Não obstante as aparências, não se trata, na nossa questão, de uma ocultação de um inconfessado como dissimulação, mas de uma tematização – a qual, é certo, no passo citado de Cícero é feita segundo um modelo inadequado – daquilo a que poderíamos hoje chamar pressuposições pragmáticas normativas da comunicação. Que *movere* e *conciliare* não estão presentes, na comunicação, ao nível do enunciado, como o *probare* ou *discere*, não é por falta de sinceridade ou verdade do orador, mas porque representam níveis distintos da comunicação. *Movere* e *conciliare* actuam num plano que não é o mesmo da prova, mas um plano de pressupostos. Este plano é o que está em causa no *Do Orador*, não o da captação mental de significados. Cícero apresenta algo como um catálogo de pressupostos pragmáticos da linguagem, que são em geral performativos, de correcção normativa ou ética, mas que engloba também outros não necessariamente pragmáticos, que poderiam classificar-se como um saber de plano de fundo, como se verá.

A ausência de reflexão específica romana especialmente digna de nota sobre os problemas do signo, da significação ou da referência – conforme atesta a generalidade das histórias da filosofia da linguagem, cujas estações são Aristóteles, Estóicos e Santo Agostinho¹⁶ – não são resultado de uma falta

¹⁶ Assim acontece em E. Coseriu, op.cit. (pp. 65, 109 e 121) ou em M. Dascal *et al* (ed.), *Sprachphilosophie. Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung I* (Berlin - New York, 1992, pp. 17, 244 e 260).

de interesse pelas questões da filosofia da linguagem, mas sinal de uma *forma mentis* específica. As questões da filosofia da linguagem que não se prendem com a retórica e os pressupostos da comunicação não são tomadas em linha de conta pela filosofia romana, aqui representada por Cícero. O que nesta se encontra é uma redução, ou recondução retórica não só dos problemas filosóficos da linguagem em particular, mas também, em geral, de qualquer questão filosófica.

Cícero esboça uma sistematização desta recondução retórica ao considerar o exórdio de um discurso, onde, segundo adverte, «as ideias poderão ser retiradas quer da pessoa do interessado, ou do adversário, quer da causa, quer, por fim, dos juízes perante os quais se irá pleitear.»¹⁷ Isto permite sistematizar esta recondução retórica aproximando-a do quadro das três funções gerais do signo, que podemos tomar segundo o modelo de K. Bühler, acrescentando-se a consideração do estatuto pragmático do próprio signo. As três funções gerais do signo, nesse modelo, são as de *representar*, *expressir* e *apelar*.¹⁸ De certo modo, o modelo do signo apresentado no Mestre de Santo Agostinho depende de uma restrição da investigação à função representativa, ignorando as funções de expressão e apelo e, ainda, acrescente-se a constituição do próprio signo. De acordo com a sistematização esboçada no *Do Orador*, encontramos teorizados os pressupostos pragmáticos envolvidos, em primeiro lugar, na *representação*, ou seja, no tema, na questão ou coisa tratada; em segundo lugar na *expressão*, ou seja, no sujeito ou falante que se exprime; em terceiro lugar, no *apelo*, isto é, naquele ou naqueles a que se dirige o discurso. No excerto citado, trata-se, em primeiro lugar, da causa ou questão, em seguida, da pessoa do interessado e, finalmente, dos juízes. Por fim, poderemos encontrar ainda a análise aprofundada da pragmática envolvida no próprio signo, ou seja como se configura internamente no sentido de poder conter a «virtus» da palavra, a que hoje chamaríamos a sua força ilocutória.¹⁹

A primeira forma desta recondução retórica diz respeito então à representação, o que se traduz pela apresentação dos problemas gerais da filosofia como «questões» de argumentação. O lugar destes problemas é nas «questões indefinidas» ou «teses» enquanto distintas das causas, ou «questões definidas» de argumentação.²⁰ Alguns dos exemplos dados por Cícero para estas questões gerais e indefinidas são: «se se deve cultivar a virtude pela sua própria dignidade ou pela vantagem que disso se pode retirar», «se o homem pode chegar à sabedoria» ou «porque os homens mais instruídos não estão

¹⁷ «... aut ex reo aut ex aduersario aut ex re aut ex eis, apud quo agitur, sententias duci licebit» (*De or.* II, 79, 321).

¹⁸ V. K. Bühler, *Sprachtheorie*, Stuttgart, 1999, pp. 28-33.

¹⁹ *De or.* III, p. 43. V. Searle, op. cit., p. 30.

²⁰ *De or.* I, pp. 31 e 138; II, 19, 78; III, p. 28.

de acordo sobre as coisas mais importantes?»²¹ O seu âmbito parece ser quase ilimitado, podendo cobrir a totalidade dos enunciados teóricos. São chamadas indefinidas porque não determinam tempo e lugar concretos, e a sua importância deriva de que são o mediador que permite aplicar os «topoi», «lugares» ou «sedes» de argumento, de generalidade máxima e em número definido, às causas particulares, que são obviamente variáveis ao infinito.²² Os «loci» são tratados por Cícero nos *Topica*, que consiste numa ordenação de tipo enciclopédico de categorias segundo as finalidades do argumento. No que diz respeito ao conteúdo teórico, por assim dizer, as questões definidas podem em geral ser remetidas às indefinidas, estas aos «loci» da argumentação, os quais representam, por fim, uma transformação argumentativa das categorias de tipo teórico e metafísico. Teríamos, assim, em grau decrescente de concretude, puras categorias, tópoi de argumentação, questões indefinidas e questões definidas. As categorias mais gerais do pensamento só se aplicam aos casos particulares por meio dos topoi da argumentação, e a retórica assume por isso a função de ciência universal que faz essa mediação entre a argumentação e as categorias gerais do pensamento.

A segunda forma da redução retórica diz respeito à expressão, ou seja aos pressupostos pragmáticos próprios do falante. Aqui podemos mesmo surpreender alguma inflexão de uma descrição teórica do orador para a tradução prática das suas qualidades. Assim, o Livro I apresenta a tese de que o orador deve conhecer teoricamente a filosofia moral, as virtudes e os vícios para poder saber como persuadir.²³ Mas, em seguida observa-se que o orador tem, não propriamente de conhecer, mas de possuir essas características, para que as palavras obtenham a força persuasiva. «O que atrai para nós a benevolência é a dignidade do nosso carácter, as nossas acções louváveis» etc. «É da maior utilidade mostrar um humor fácil, uma alma generosa, sensível, [...] livre de desejos cúpidos, [...] isenta de amargura» etc.²⁴ É um dado básico da consideração das condições performativas do enunciado o estatuto de *quem* fala. No domínio performativo – mas somente neste domínio – a posição do falante, ou quem ele é, onde está, qual o seu estatuto, entre outros aspectos, é uma condição essencial, não com certeza da verdade, mas sem dúvida do êxito do enunciado.

Cícero atende, nesta inflexão, ao que se poderia hoje referir como «contradição performativa». Esta contradição é, aliás, indicada com alguma

²¹ «Cur doctissimi homines de maximis rebus dissentiant?» (*De or.* III, p. 29)

²² *De or.* II, pp. 31 e 133ss; III, p. 29.

²³ *De or.* I, pp. 19 e 87.

²⁴ «...conciliantur autem animi dignitate hominis, rebus gestis, existumatione uitae [...]. Facilitatis, liberalitatis, mansuetudinis, pietatis [...] non appetentis, non auidi signa proferre perutile est» (*De or.* II, pp. 43 e 182).

frequência na obra, como por exemplo quando o retórico Fórmio, ao pretender perorar durante horas perante Aníbal sobre a arte militar e do governo, incorre na «pior das impudências.» Pois como pode «um Grego qualquer, que jamais viu um inimigo no campo de batalha, que jamais exerceu a menor porção duma actividade de governo, pretender dar preceitos a um tal general?»²⁵ A este nível do discurso, não se trata do que se sabe, mas de como e de quem se é. A prova retórica tem de envolver também estes pressupostos, e não somente a verdade dos enunciados ou a correcção da forma silogística.

Em terceiro lugar, a redução retórica passa pela consideração do destinatário do discurso, ou dos efeitos que se pretende obter, aquilo que se designa, em sentido estrito, a componente performativa do discurso. Aqui se concentram todas as finalidades da retórica, o instruir – ou provar –, o deleitar e o mover. Todas estas três finalidades se traduzem por efeitos a produzir no ouvinte. Trata-se, numa consideração ainda teórica dos objectivos do discurso, de considerar que «nada é mais importante para o orador [...] do que conquistar o favor de quem escuta e, principalmente, de excitar nele emoções tais que em lugar de seguir o juízo e a razão, ele cede ao impulso da paixão e à perturbação da sua alma.»²⁶ Mas também aqui tem de intervir a componente dos pressupostos pragmáticos inerentes ao discurso, que estão envolvidos no seu sentido, mas que não podem estar representados no enunciado, por pertencerem ao nível somente de pressupostos. Trata-se de uma pressuposição não da verdade do enunciado mas, antes, de veracidade do orador na sua acção. O discurso só é considerado retoricamente válido e só alcança a sua finalidade se, a este nível, nele estiver pressuposto que o movimento da alma é autêntico, i.e., veraz. Justamente por isso, questiona-se: «como quereis conseguir que o juiz se irrite contra o vosso adversário, se vós próprios vos mantendes frios e insensíveis?»²⁷ É que, lê-se algumas páginas mais abaixo, «se todas as palavras que pronunciei então não tivessem estado preenchidas com uma verdadeira emoção, longe de tocar os juizes, o meu pleito seria risível.»²⁸

²⁵ «Graecum hominem, qui numquam hostem, numquam castra uidisset, numquam denique partem ullus publici muneris attigisset, praecepta de re militari dare?» (*De or.* II 18, 76).

²⁶ «nihil est enim in dicendo, Catule, maius quam ut faueat oratori is quis audiet, utique ipse sic moueator, ut impetu quodam animi et perturbatione magis quam iudicio aut consilio regatur» (*De or.* II 42, 178).

²⁷ «Neque est enim facile perficere, ut irascatur ei quoi tu uelis iudex, si tu ipse id lente ferre uideare [...]?» (*De or.* II 45, 190)

²⁸ «Quibus omnibus uerbis, quae a me tum sunt habita, si dolor afuisset meus, non modo non miserabilis, sed etiam inrienda fuisset oratio mea» (*De or.* II, pp. 47 e 196).

3. A pragmática do sinal

Antes de passar à consideração da pragmática envolvida no próprio signo linguístico, deverá retirar-se uma conclusão acerca da questão acima levantada sobre a unidade e a possibilidade da retórica. Esta consideração dos pressupostos do uso da linguagem, pressupostos que se tornam patentes especialmente nas contradições ou incoerências pragmáticas indicadas, vem responder à dificuldade própria da retórica acima enunciada, a dificuldade que se manifestou pela incompatibilidade entre o provar, por um lado, e o agradar e o mover, por outro. Se retornarmos à questão onde a dificuldade se levantou, e compararmos com a explicitação dos pressupostos que esboçámos, encontramos uma caracterização mais válida da retórica e uma compreensão mais completa do modelo do Orador suposto na obra de Cícero, mas de difícil acesso, dada a preponderância histórico-conceptual do modelo do Mestre. A questão era que as finalidades de agradar e mover não podiam ser declaradas e entram em conflito com a prova propriamente dita. O texto, entretanto, apresenta, como se tem vindo a ver, uma verdadeira superabundância da teoria performativa, onde fontes teóricas e práticas alternam e misturam-se quase sempre entre si, a que acresce uma proliferação da reflexão sobre os seus pressupostos, nem sempre apresentados como uma teoria propriamente dita, mas como observações e exigências constatadas na experiência prática e pela opinião comum. Tomar em consideração esses pressupostos não pode ser entendido, senão ocasional e acidentalmente, como referir algo de inconfessado no discurso, mas antes como um levantamento de condições de possibilidade do uso da linguagem como acção dotada de efeitos ilocucionários e performativos. A capacidade de mover e influenciar pelo discurso tem as suas condições, e só recebe sentido quando inserida nas instituições éticas e políticas de que faz parte. De certo modo, o modelo do Mestre irá representar como que um refúgio interior perante a erosão histórica das instituições éticas e políticas.

Mas para completar o quadro deste modelo do Orador, algo deverá ainda ser dito a propósito do quarto domínio pragmático referido, o que refere as condições inerentes ao próprio signo, abordadas sobretudo no Livro III de *Do Orador*. Aqui cabem alguns dos preceitos e regras do que chamámos de ornamentação do discurso. É questão não do enunciado ou das condições do orador ou do ouvinte, mas, em primeiro lugar, daquilo que denominaríamos estilo, que inclui a escolha das palavras, o uso das metáforas²⁹ e das figuras, o tamanho, o ritmo ou a forma das frases. Daqui se passa para os aspectos físicos, ou fonológicos, a respiração, a pronúncia,³⁰ o timbre da voz,³¹ a cadência, o

²⁹ *De or.* III, pp. 37-38.

³⁰ *De or.* III, p. 11.

³¹ *De or.* III, p. 61.

ritmo, os *crescendos* e *diminuendos* ou o tom geral,³² adaptado, como tudo na retórica, à ocasião e ao tema. E chega-se assim ao último elemento, onde o signo está já na transição para a concretude física e para a acção sobre o ouvinte, a *actio*, a acção propriamente dita, que é o todo – diríamos nós, concreto – que rege e conclui tudo o resto.³³ A acção envolve a fisionomia,³⁴ o gesto, a entoação e toda a disposição corporal. Todos estes elementos da linguagem devem ser incluídos num modelo pragmático, na medida em que culminam, segundo Cícero, justamente na *acção*. Não comportam, ao contrário dos anteriores, propriamente pressupostos mas, por um lado, um saber eminentemente prático, que envolve o exercício físico e o gesto, e, por outro, um saber de plano de fundo, onde podemos incluir dados culturais, antropológicos, sociológicos, que se estendem até à teoria da literatura, como a teoria das figuras de estilo e da metáfora, que apenas ficará aqui indicado.

A ornamentação levanta desde sempre, na oratória e na arte em geral, um problema da relação entre forma e conteúdo. A tese geral é a de que a separação, para fins de explicação, entre a chamada ornamentação e o discurso só pode ser feita para efeitos de análise. Ao fazê-lo, «separou[-se] o que não pode ser separado. Um discurso comporta a coisa e as palavras. Estas não têm lugar, se se subtrai a coisa, esta, sem as palavras não são iluminadas.»³⁵ «Nenhuma ideia pode ser iluminada senão pela luz da palavra.»³⁶ Aqui a retórica é tomada como a arte da palavra na sua oposição tradicional em relação à filosofia, cisão «inútil e criticável» que, segundo Cícero se deve a Sócrates. Este, pelo uso da dialéctica, provocou o divórcio dentro de uma unidade original entre a ciência e a sua expressão.³⁷ E é desta unidade, que Cícero considera originária, e cuja cisão se deve à especialização filosófica. Disto se trata no Livro I, no debate entre António e Crasso, onde o primeiro defende que a retórica é uma arte prática e de experiência, e o segundo, que é a mais difícil e completa das artes, que exige um conhecimento completo de todas as ciências, de todas as práticas sociais, para além do domínio de todos os pressupostos inerentes à persuasão. No Livro II, depois de realizado o percurso da retórica, reemerge a mesma questão, e a defesa final de que se trata de uma ciência de tudo, que «abarca todas as coisas, virtudes, deveres, leis naturais que regem o carácter, a alma, a vida humana, estuda a sua origem, natureza e modificações, fixa os costumes,

³² *De or.* III, p. 55.

³³ *De or.* III, p. 56.

³⁴ *De or.* III, p. 59.

³⁵ "...ea divisit quae se juncta esse non possunt. Nam cum omnis ex re atque uerbis constet oration, neque uerba sedem habere possunt si rem subtraxeris, neque res lumen, si uerba semoueris" (*De or.* III, p. 5).

³⁶ "neque esse ullam sententiam illustrem sine luce uerborum" (*De or.* III 6).

³⁷ *De or.* III, p. 16.

as leis, o direito e governa o estado.»³⁸ A retórica exprime então a *forma mentis* do Orador, como a realização da virtude política específica do cidadão da antiguidade, forma que, ao se desfazer, faz emergir o modelo do Mestre e da mente interior.

4. Conclusão

O movimento da história dos conceitos que conduziu as concepções romanas da linguagem, do Orador de Cícero no seu contraste com o Mestre de Santo Agostinho corresponde a uma perda de possibilidades do pensar durante dois milénios – é verdade que em favor de outras possibilidades, que privilegiaram outro tipo de validade, igualmente indispensáveis para a compreensão do humano. Mas não se trata somente, e em primeiro lugar, da perda da retórica como ciência do discurso, mas da perda das possibilidades filosóficas de acesso ao mundo por ela pressupostas, possibilidades que, no *De Oratore*, se podem surpreender com uma vitalidade ainda intocada, como na verdadeira ciência humana.³⁹ As possibilidades da retórica remetem para um tipo de validade do discurso que corresponde a determinados aspectos do mundo actual – nomeadamente uma revalorização do espaço público como espaço comunicativo e uma ontologia que se poderia considerar própria da democracia – que já não caberia aqui explorar.⁴⁰

Como conclusão, retórica e alusiva, finalmente, ao significado existencial e humano da eloquência, remeta-se a um excerto da obra de Marco Túlio, onde se lê que as escolas da filosofia e da oratória,

«vindas todas do mesmo cume da ciência [...] desceram por caminhos diferentes, os filósofos para o mar superior [...] grego, [...] os oradores para o mar inferior, esse mar da Toscana de costas bárbaras, recifes perigosos, que não permitiu nem mesmo a Ulisses navegar com segurança.»⁴¹

Esta divisão existencial, que faz da retórica a ciência, propriamente humana, é reportada por Santo Agostinho, que transmite um fragmento do *Hortêncio* de Cícero, onde se defende que a eloquência só seria dispensável lá

³⁸ “[...] omnium rerum, uirtutum, officiorum omnisque naturae, quae mores hominum, quae animos, quae uitam continent, originem, uim, mutationesque teneat, eadem mores, leges, iura describat, rem publicam regat [...]” (*De or.* III 20).

³⁹ G. Mainberger, op.cit., pp. 57, 60 e 278.

⁴⁰ Cf. Lyotard, *La condition post-moderne*, Paris, 1979, pp. 34, 75 e 100.

⁴¹ “Haec autem [...] sic ex communi sapientium iugo sunt doctrinatum facta diuortia, ut philosophi tamquam in Superum mare Ionium defluerent, Graecum quoddam [...] oratores autem in Inferum hoc Tuscum et barbarum, scopulosum atque infestum laberentur, in quo etiam ipse Ulyxes errasset” (*De or.* III 19).

«nas ilhas dos bem-aventurados, [onde] não existiriam acções judiciais [...] [e] seríamos, pois, felizes unicamente com o conhecimento da natureza e com a ciência, pela qual unicamente deve ser louvada a vida, mesmo a dos deuses.»⁴²

⁴² In beatorum insulis [...] cum iudicia nulla fierent [;...] una igitur essemus beati cognitione naturae et scientia, qua sola etiam deorum est uita laudanda” (Santo Agostinho, *Trindade. De Trinitate*, coordenação e tradução A. E. Santo *et al.*, Coimbra, 2007, p. 963, XIV-9.12).

BIBLIOGRAFIA

- Apel, Karl-Otto (1994), *Transformation der Philosophie*, Frankfurt a.M., Suhrkamp.
- Borsche, Tilman (1986), "Macht und Ohnmacht der Wörter. Bemerkungen zu Augustins *De magistro*" in B. Mojsisch (ed.), *Sprachphilosophie in Antike und Mittelalter*, Amsterdam, Grüner.
- Bühler, Karl (1999), *Sprachtheorie*, Stuttgart, Lucius und Lucius.
- Cícero, (1950), *De oratore*, Paris, (Livros I e II texte établi et traduit par E. Courbaud,);, Paris, 1932 (Livro III texte établi et traduit par F. Richard). [=De or.] As traduções para o português do texto de Cícero são baseadas nestas versões.
- Coseriu, Eugenio (2003), *Geschichte der Sprachphilosophie. Von den Anfängen bis Rousseau*, Tübingen - Basel, Francke.
- Dascal, Marcelo, et al (ed.) (1992), *Sprachphilosophie. Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung I*. Berlin - New York, de Gruyter.
- Fuhrmann, Manfred (1987), *Die antike Rhetorik. Eine Einführung*, München - Zürich, Artemis.
- Habermas, Jürgen (2002), *Zur Kritik der Bedeutungstheorie*. In: *Racionalidade e Comunicação*, trad. de Paulo Rodrigues, Lisboa.
- Liotard, Jean-François (1979), *La condition post-moderne*, Paris, Éd. de Minuit.
- Mainberger, Gonsalv K. (1987), *Rhetorica I. Reden mit Vernunft. Aristoteles. Cicero. Augustinus*, problemata 116, Stuttgart - Bad Cannstatt
- Nef, Frédéric (1986), *La sémantique de S. Augustin est-elle vraiment mentaliste?*. In: *Philosophie du langage et grammaire dans l'Antiquité (Cahiers de Philosophie Ancienne N° 5)*, Bruxelles, Éd. Ousia.
- Santo Agostinho (2007), *Trindade. De Trinitate*, coord. e trad. A. E. Santo et al., Coimbra, Paulinas Editora.
- Santo Agostinho (1947), *De magistro*, [=De mag.] in *Obras de San Agustín*, vol. III, versión, introducción y notas de P. M. Martinez, et al., Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, [=BAC]. (As citações feitas ao longo do texto foram retiradas da seguinte versão: Santo Agostinho (1982), *O Mestre*, in AA.VV., *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*, trad. de A. S. Pinheiro, Braga, [=ÖSFM]).
- Searle, John (1969), *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Wittgenstein, Ludwig (1980), *Philosophische Untersuchungen*. In: *Schriften 1*, Frankfurt a.M., Suhrkamp.

EL *TESTAMENTUM PORCELLI* UNA FUENTE DE LATÍN VULGAR SIEMPRE SUGERENTE¹

JAIRO JAVIER GARCÍA SÁNCHEZ
Universidad de Alcalá

1. El latín vulgar, como sistema en el diasistema latino de la lengua

Con frecuencia, incluso todavía hoy, se tiene la idea de que el latín es una lengua inmutable, fijada de una vez para siempre por los autores clásicos. A esta extendida imagen ha contribuido en gran medida el hecho de que el latín literario, que ha sido y sigue siendo el más estudiado, parece haber mantenido una misma estructura y un mismo aspecto durante casi ocho siglos consecutivos. Sin embargo, esa relativa estabilidad que mantenía el latín escrito y literario no hacía sino ocultar los cambios y las transformaciones que efectivamente tenían lugar en la lengua hablada y de los que son directas herederas las lenguas románicas.

Las lenguas románicas son, por tanto, continuación del latín, pero no propiamente del latín escrito, literario, clásico, sino de un latín evolucionado más acorde con el de la lengua hablada de época tardía e incluso de la arcaica. Buena y conocida muestra de ello son palabras como esp. *hablar*, port. *falar*, fr. *parler*, it. *parlare*, que, frente al lat. clás. *loqui*, han de proceder de voces latinas de uso frecuente en la lengua hablada o popular (*fabulari*, de *fabula* ‘habla, cuento’, ya en Plauto, y *parabolare*, de *parabola* ‘comparación’, voz de origen griego adoptada por el latín cristiano); lo mismo se puede decir del fr. *tête* e it. *testa* (a partir de *testa* ‘olla’, ‘cráneo’, surgida por metáfora), frente al lat. clás. *caput* ‘cabeza’; o del fr. *manger*, it. *mangiare* (de *manducare* ‘mascar, masticar’), frente al lat. clás. *esse* ‘comer’.

Con el término de *latín vulgar* se suele designar precisamente el conjunto de los diversos fenómenos lingüísticos latinos que no se atienen a las normas clásicas y que, por lo general, responden a manifestaciones propias de la lengua hablada, que luego, en muchos casos, han llegado a las lenguas romances.

Como es sabido, la expresión y el concepto mismo no están exentos de problemas, y han sido largamente discutidos, rechazados y defendidos. El calificativo “vulgar” –tomado a partir de la expresión ciceroniana de *uulgaris sermo*– es seguramente inapropiado y puede conducir a equívoco, pues parece referirse únicamente al latín que hablaría la gente vulgar e inculta. Se ha

¹ Este trabajo se inserta en el marco del proyecto de investigación Semántica latino-románica: unidades de significado procedimental. Diferencias conservadoras e innovadoras del latín al español y afinidades con otras lenguas (Ref. FFI2012-34826).

propuesto sustituirlo por otros términos, como “popular” o “cotidiano”, pero tampoco esos adjetivos son del todo precisos; así, la expresión “latín vulgar” se mantiene consagrada por el uso.

El *latín vulgar*, por otro lado, se ha venido definiendo en oposición al *latín clásico*, y por ese motivo ha llegado a resultar también un concepto ambiguo, pues ha ido asumiendo diferentes valores en función de la variedad de criterios que se iban aplicando en esa contraposición (criterios cronológico, estético, gramatical, sociológico o estilístico).

El *latín vulgar*, sin embargo, no se opone al *latín clásico* ni como una variante diacrónica, ni diatópica, ni diastrática, ni siquiera como una variante diafásica, aunque participa de todas ellas, y en particular de las dos últimas².

Lo más razonable es considerar el *latín vulgar* como una variedad –o mejor, como un sistema lingüístico, si se contempla la lengua como diasistema– de carácter popular, acorde con la variedad hablada de la lengua. Eso es precisamente a lo que Cicerón llamó *uulgaris sermo*. *Latín clásico* y *latín vulgar* constituyen dos niveles de un mismo *continuum*.

El latín era una lengua como todas las demás, una lengua que cambia, que evoluciona, y, aunque sea conocida sobre todo por su versión canónica, escrita, literaria, ha de concebirse como un diasistema, con norma y habla, en el que la vertiente hablada se integraba en él y, pese a las diferencias, no era por sí misma una lengua distinta del latín normativo, escrito y literario. Otra cosa será ya el *protorromance*, con el que el latín vulgar tampoco debe identificarse.

No es adecuado, por ello, considerar un latín particular y paralelo al *clásico* como la fuente de las lenguas romances. La metamorfosis del latín en romance es un fenómeno progresivo y complejo, debido a la interacción de múltiples factores, y la copresencia e interacción de variedades y registros diversos estaría en la base de ese proceso.

El mejor estudio y análisis de algunos textos latinos y de otros que no habían sido bastante valorados o no se conocían, donde se han ido encontrando formas latinas que se correspondían mejor con las románicas, ha permitido comprender mucho mejor esa evolución. Aquí es donde entran en juego las llamadas “fuentes del *latín vulgar*”, y aquí es donde asimismo se ha de insertar un texto, muy representativo de lo que estamos diciendo, como el *Testamentum Porcelli*.

2. Las fuentes del latín vulgar

Por su misma naturaleza el latín vulgar, que se viene a corresponder con el latín coloquial, acorde con el latín hablado y popular, no se puede conocer

² Cf. García Sánchez (2007a).

sino parcialmente a través de los vulgarismos y tendencias del habla hallados en determinados textos y a partir de otras fuentes indirectas, como pueda ser la reconstrucción retrospectiva desde las lenguas románicas.

La enumeración de esos textos o fuentes ha seguido diversos órdenes o clasificaciones. Nosotros podemos establecer aquí una breve relación que los resume³:

1. El latín vulgar en los textos
 - 1.1. El latín vulgar en grandes obras de la literatura latina
 - 1.1.1. La novela
(*Satiricón*, de Petronio; *Metamorfosis* de Apuleyo)
 - 1.1.2. El teatro
(comedias de Plauto y Terencio, fragmentos de *fabula togata*, etc.)
 - 1.1.3. La literatura satírica: la sátira y el epigrama
(sátiras de Lucilio, Horacio; epigramas de Marcial)
 - 1.2. El latín vulgar en autores o géneros menores
 - 1.2.1. Obras históricas
(*Bellum africanum*, *Bellum hispaniense*, *Bellum alexandrinum*, de subalternos de Julio César)
 - 1.2.2. El género epistolar
(epístolas familiares de Cicerón)
 - 1.3. El latín vulgar en obras de carácter técnico
(*De Architectura*, de Vitrubio; *Mulomedicina Chironis*; *De medicina*, de Celso; *De re rustica*, Columela; *De re coquinaria*, de Apicio, etc.)
 - 1.4. El latín de los cristianos
 - 1.4.1. Las traducciones de la Biblia
(*Vetus Latina*, *Vulgata*)
 - 1.4.2. Los itinerarios
(*Itinerarium Egeriae*, etc.)
 - 1.5. Las inscripciones
 - 1.5.1. Las inscripciones de Pompeya
 - 1.5.2. Las *tabellae defixionum*
 - 1.5.3. Inscripciones funerarias cristianas
 - 1.6. El latín vulgar en los textos gramaticales
(Tratados gramaticales; tratados *de differentiis*; *Appendix Probi*; *Etymologiae*, de San Isidoro)
2. Fuentes indirectas del latín vulgar
 - 2.1. Los datos de las lenguas románicas

³ En García Sánchez (2007b) se explican y se desarrollan las características de todas estas fuentes latinovulgares.

2.2. El latín medieval

2.3. La métrica

3. El *Testamentum Porcelli*

Uno de esos textos, incluido en antologías del latín vulgar⁴, es el *Testamentum Porcelli*. De él nos vamos a ocupar a partir de este momento. Dada su relativa brevedad, no está de más que lo reproduzcamos aquí:

1. Incipit testamentum porcelli:

2. M. Grunnius Corocotta porcellus testamentum fecit. Quoniam manu mea scribere non potui, scribendum dictavi.

3. *Magirus cocus dixit* “veni huc, eversor domi, solivertiator, fugitive porcelle, et hodie tibi dirimo vitam”.

4. *Corocotta porcellus dixit*: “si qua feci, si qua peccavi, si qua vascella pedibus meis confregi, rogo, domine coce, vitam peto, concede roganti”.

5. *Magirus cocus dixit*: “transi, puer, affer mihi de cocina cultrum, ut hunc porcellum faciam cruentum”.

6. *Porcellus comprehenditur a famulis, ductus sub die XVI kal(endas) Lucerninas, ubi abundant cymae, Clibanato et Piperato consulibus. Et ut vidit se moriturum esse, horae spatium petiit et cocum rogavit, ut testamentum facere posset. Clamavit ad se suos parentes, ut de cibariis suis aliquid dimitteret eis. Qui ait:*

7. “Patri meo Verrino Lardino do lego dari glandis modios XXX, et matri meae Veturinae Scrofae do lego dari Laconicae siliginis modios XL, et sorori meae Quirinae, in cuius votum interesse non potui, do lego dari hordei modios XXX. Et de meis visceribus dabo donabo sutoribus saetas, rixoribus capitinas, surdis aurículas, caudicis et verbosis linguam, buculariis intestina, esciariis femora, mulieribus lumbulos, pueris vesicam, puellis caudam, cinaedis musculos, cursoribus et venatoribus talos, latronibus ungulas. Et nec nominando coco legato dimitto popiam et pistillum, quae mecum attuleram; de Theveste usque ad Tergeste liget sibi collum de reste”.

8. “Et volo mihi fieri monumentum ex litteris aureis scriptum: M. Grunnius Corocotta porcellus vixit annis DCCCC . XC . VIII . S . quodsi semis vixisset, mille annos implesset.”

9. “Optimi amatores mei vel consules vitae, rogo vos ut cum corpore meo bene faciatis, bene condiatís de bonis condimentis nuclei, piperis et mellis, ut nomen meum in sempiternum nominetur. Mei domini vel consobrini mei, qui testamento meo interfuistis, iubete signari.”

⁴ Cf. Díaz y Díaz (1962: 54), para quien es “una pequeña muestra de inclusión de vulgarismos en una obra de más alcance”.

10. *Lardio signavit. Ofellicus signavit. Cyminatus signavit. Lucanicus signavit. Tergillus signavit. Celsinus signavit. Nuptialicus signavit.*

11. *Explicit testamentum porcelli sub die XVI kal(endas) Lucerninas Clibanato et Piperato consulibus feliciter.*

Traducción:

1. Comienza el testamento del cerdito:

2. El cerdito Marco Gruñón Corocotta hizo testamento. Ya que no podía escribirlo de mi propia mano, lo dicté para que lo escribieran.

3. El cocinero Chef dijo: “Ven acá, socavador de la casa, levantasuelos, gorrino esquivo, pues hoy te quito la vida”.

4. El cerdito Corocotta dijo: “Si he hecho algo, si he cometido alguna falta, si he roto con mis patas algún plato, por favor, señor cocinero, te pido seguir viviendo, accede a mi ruego”.

5. El cocinero Chef dijo: “Ve, muchacho, y tráeme de la cocina un cuchillo, para sacrificar a este cerdito”.

6. El cerdito es apresado por los siervos y llevado al sacrificio el día dieciséis de las kalendas Lucerninas⁵, cuando abundan los repollos, siendo cónsules Horneado y Pimentado. Y cuando vio que iba a morir, pidió una hora de plazo y rogó al cocinero que le permitiera hacer testamento. Llamó a su presencia a sus parientes, para dejarles algo de sus piensos. El cual dice:

7. “A mi padre, Verrino Lardino, doy, lego le sean dados 30 moyos de bellota, y a mi madre, la Vieja Cerda, doy, lego le sean dados 40 moyos de trigo de Laconia; a mi hermana Quirina, a cuya boda no pude asistir, doy, lego le sean dados 30 moyos de cebada. Y de mis vísceras daré, donaré a los zapateros las cerdas, a los pendencieros la jeta, a los sordos las orejas, a los picapleitos y charlatanes la lengua, a los salchicheros las tripas, a los chacineros los perniles, a las mujeres los lomos, a los muchachos la vejiga, a las muchachas la cola, a los afeminados los músculos, a los corredores y cazadores los talones, a los ladrones las uñas. Y al innombrable cocinero le dejo en manda el mortero y el majadero que había traído conmigo; de Theveste hasta Tergeste átese el cuello de una cuerda.”

8. “Y quiero que se me haga un monumento, grabado en letras de oro: «Marco Gruñón Corocotta, el cerdito, vivió 999 años y medio. Pero si hubiese vivido medio más, habría cumplido mil años»”

9. “A los que más me aman o a los procuradores de mi vida, os ruego que os hagáis algo bueno con mi cuerpo, que lo condimentéis bien con buenos condimentos de nuez moscada, pimienta y miel, para que mi nombre sea recordado por siempre. Dueños y primos hermanos míos, que habéis asistido a mi testamento, mandad que sea firmado.”

⁵ Esto es, el 17 de diciembre.

10. Mantecón firmó. Albondiguilla firmó. Cominato firmó. Longaniza firmó. Corteza de Tocino firmó. Celsino firmó. Asado Nupcial firmó.

11. Termina felizmente el testamento del cerdito, bajo el día decimosexto de las kalendas Lucerninas siendo cónsules Horneado y Pimentado.

Se trata de una parodia, una pequeña muestra de literatura burlesca, de autor anónimo, pero sin duda de no escasa cultura, escrita hacia el año 350 d. C. El hecho de que San Jerónimo la mencionara, señalando que los muchachos la cantaban de memoria en las escuelas en medio de grandes risas,⁶ ha facilitado la estimación de la fecha de su composición.

La parodia consiste en la disposición de última voluntad de un cerdo, quien, ante la inminencia de ser sacrificado por un cocinero, dona sus bienes a sus parientes y las partes de su cuerpo a diferentes destinatarios o herederos, siguiendo la estructura formal de un testamento.⁷ Dentro del tono paródico general, contiene varios elementos humorísticos, con juegos de palabras formales y conceptuales,⁸ que refuerzan el carácter jocosos y que permiten comprender parte de lo dicho por San Jerónimo.

Uno de los juegos de palabras es el que crea la homonimia en *suis* entre el ablativo plural del posesivo *suus*, y el genitivo de *sus*, *suis* ‘cerdo’: “*ut de cibariis suis aliquid dimitteret eis*” (‘para dejarles algo de sus piensos / de los piensos del cerdo’).

Esa homonimia, que en el texto apenas resulta conflictiva, recuerda la del acertijo de la inscripción de Pompeya “*Mulier ferebat filium similem sui... nec meus est nec mi similat, sed uellem esset meus...*” (CIL IV 1877), cuya solución

⁶ “Testamentum autem Grunnii Corocottae porcelli decantant in scholiis puerorum agmina cachinnantium” (‘En cambio, *El testamento del cerdito Grunio Corocota* lo cantan de corrido, entre carcajadas, hileras de niños en las escuelas’) (Hier., *Comm. In Isaiam XII*, p. 4). En otra parte San Jerónimo señala que, más allá de los ámbitos escolares, el testamento del cerdo era del gusto de los contextos jocosos y de las poblaciones situadas en los márgenes del Imperio: “quasi non cirrorum turba Milesiarum in scholis figmenta decantet et testamentum suis Bessorum cachinno membra concutiat atque inter scurrarum epulas nugae eiusmodi frequententur” (‘Como si la turba de cabezas crespas no cantara de corrido en las escuelas las invenciones de las milesias y el testamento del cerdo no sacudiera en carcajadas los miembros de los besos y no se celebraran frivolidades de tal calaña en los banquetes de los bufones’) (Hier., *Apol. adv. Ruf. I 17*, p. 2).

⁷ La estructura formal es la de un testamento civil (en las fórmulas utilizadas, en el número de testigos, en las firmas, etc.), pero la sustancia es la de un codicilo (*codicillus*), que contiene las disposiciones particulares concernientes a la *cura corporis*, es decir, al destino del cuerpo. Cf. Poccetti (2003: p. 260).

⁸ Vid., por ejemplo, Ciardonei de Pelliza (1993), quien señala, entre otros fenómenos, la anáfora de *qua*, con homofonía de gutural, que parece mostrar el tartamudeo del cerdo desconcertado; la reiteración y el asíndeton del ruego mediante las formas “*rogo... peto, concede roganti*”, con figura etimológica; otras homofonías, como la de guturales, nasales y dentales en “*de cocina cultrum, ut hunc porcellum faciam cruentum*”; y nuevas figuras etimológicas y homofonías: “*bene condiat... bonis condimentis*” y “*ut nomen meum in sempiternum nominetur*”. Resulta interesante, asimismo, el uso de *condire* ‘condimentar’, por su paronimia con *condere* ‘enterrar’, en “*bene condiat de bonis condimentis*”.

es bien distinta de la traducción obvia que se haría de la primera parte ('una mujer llevaba un hijo semejante de sí'), pues el comentario siguiente de la mujer descarta que el hijo fuera suyo y que se le pareciera ('ni es mío ni se me asemeja, pero quisiera que fuese mío...').

La aclaración reside en que lo que la mujer llevaba, en realidad, era un cochinito, hijo y semejante de su madre la cerda (*sus, suis*).⁹

El caso es que por varios motivos, de orden lingüístico, filológico¹⁰ e histórico-literario, pero también jurídico-etno-antropológico,¹¹ el *Testamentum Porcelli* se sitúa entre los textos más problemáticos y, consiguientemente, más interesantes de la latinidad tardía.¹² Ha sido y es objeto de numerosas interpretaciones de muy diverso tipo, que aquí, como es lógico, no vamos a poder ver en su totalidad y, menos aún, con la suficiente profundidad. Nos centraremos, eso sí, en algunas de carácter lingüístico, y aportaremos nuevas soluciones a cuestiones no bien resueltas, que, cuando menos, permitirán ofrecer una perspectiva diferente.

3.1 Características lingüísticas del *Testamentum Porcelli*

En lo que se refiere a la lengua del texto, que es, sin duda, el apartado principal en su consideración como "fuente latinovulgar", venimos a coincidir con Poccetti (2004: 236), quien lo ve como una especie de pastiche entre variedades diversas del latín, las cuales encuentran justificaciones plausibles dentro del diasistema de la lengua.

En efecto, así tenemos que leer el *Testamentum Porcelli*: no como una manifestación plena de la lengua hablada latina, porque en ningún caso podría

⁹ Cf. García-Hernández (2007: 17-18; pp.138-139), quien, además, nos recuerda que San Jerónimo también aplica la expresión *similis sui* al lector atraído por las fábulas milesias e incapaz de degustar los diálogos de Platón, y esto lo hace justo antes de mencionar por vez primera el *Testamentum Porcelli*, al que, por la fácil diversión, compara con las primeras: "Nullus tam imperitus scriptor est, qui lectorem non inueniat *similem sui*" ('Ningún escritor es tan inexperto que no sea capaz de encontrar un lector semejante de sí / semejante a un cerdo') (Hier., *Comm. In Isaiam XII*, p. 1).

¹⁰ El documento presenta variaciones significativas entre los códices que lo han transmitido. Resulta muy interesante el planteamiento apuntado por Poccetti (2004: pp. 246 ss.) de que las divergencias son debidas no tanto a errores mecánicos de los copistas o a corruptelas de la tradición manuscrita como a verdaderas y propias variantes que tienen plausibilidad lingüística y que encuentran específicas razones de ser en el plano fonético, en el morfológico, en el sintáctico o en el léxico. Algunas de esas variantes son *Corocotta / Corococta; cocina / coquina / culina; vascella / vascula / vasella; clamavit / inclamavit / vocavit; glans, glandis / glandis, glandinis; semis* (indecl.) / *semissem* (ac.); *annos* (ac.) / *annis* (abl.); *meo testamento / in medio testamento; isiciariis / esiciariis; in aeternum / in sempiternum; attuleram / abstuleram; bubularis / bubularis*...

¹¹ Para estos dos últimos aspectos, cf. D'Ors (1955) y Bronzini (1984), así como Poccetti (2004: pp. 236ss.).

¹² De acuerdo con Poccetti (2003: p. 254), el texto se revela como el producto de una elaboración muy refinada, que no puede ser el resultado de una improvisación goliárdica.

serlo, sino como una muestra del diasistema del latín que incluye rasgos propios del habla y del registro coloquial y popular, los cuales, con frecuencia, pueden coincidir con los de la variedad escrita y culta, atinentes a la norma clásica, y que, además, conviven con otros más propiamente específicos de esta.

Una de las claves para comprender el estilo del *Testamentum* y sus elecciones lingüísticas está en una afirmación al inicio del texto mismo, del propio *porcellus* en primera persona –frente a la tercera del contexto narrativo–: “*quoniam manu mea scribere non potui, scribendum dictavi*” (‘ya que no podía escribirlo de mi propia mano, lo dicté para que lo escribieran’). Más allá de la advertencia al lector del *porcellus* de su incapacidad para escribir, nos indica que se trata de una producción oral que ha sido fijada por escrito y que anuncia, por tanto, una composición donde se mezclan las características de la oralidad y de la escritura, los niveles formales y oficiales de esta con los informales y familiares de aquella, los aspectos de la lengua sometidos al control y a la vigilancia con los aspectos de la lengua menos cuidados y más libres.¹³ En ella se encuentran rasgos de la lengua literaria, de la lengua jurídica y elementos de la lengua cotidiana y familiar.

Otro punto de interés puede ser el que asimismo destaca Hinojo (2003), quien analiza en especial las intervenciones en estilo directo del cocinero y establece una analogía a partir de ellas con el *Satiricón* de Petronio. De acuerdo con este latinista, el autor del *Testamentum* pone en boca del cocinero un lenguaje tosco, grosero y cargado de vulgarismos para ridiculizarlo y, de esa manera, caracterizarlo también a partir de su lenguaje. Hinojo (2003: 161) recuerda que el cocinero tiene una larga tradición de desprestigio en la literatura antigua, pertenece a las clases inferiores y de él se espera una expresión vulgar e incorrecta; el propio cerdo, además, se ocupa de denostarlo y lo califica de innombrable y abominable. Ciertamente en las palabras del cocinero se concentran varios elementos coloquiales y vulgares, aunque no van a ser los únicos de esta pequeña obra.

3.1.1 El uso del diminutivo

Pasemos, pues, a analizar algunos de esos elementos, u otros relevantes que merezcan asimismo algún comentario. Quizás pueda extrañar que, ya desde el inicio y en el mismo título de la composición, el cerdo reciba la denominación de *porcellus*, esto es, un diminutivo (‘cerdito’) –de *porcus*–, cuando, sin embargo, por lo que en ella se afirma, tiene 999 años y medio, es más viejo que Matusalén, y, propiamente, estamos ante un cebón, un cerdo de la matanza, adulto y gordo, que, además, como algo exclusivo de adultos, establece su testamento. Está claro que *porcellus* no designa ahí una cría del animal, aunque mantiene su

¹³ Cf. Poccetti (2003: pp. 256-257).

valor de diminutivo, porque es un diminutivo afectivo, de destinatario, típico, por ejemplo, de los cuentos infantiles.¹⁴ Sabemos por San Jerónimo, como hemos dicho ya, que el *Testamentum Porcelli* se recitaba en las escuelas, y ahí reside la explicación. Este valor, predominantemente afectivo, ha tenido su continuación en italiano en la forma *porcello*, de manera que para indicar la cría del cerdo se necesita otro sufijo diminutivo: *porcellino*.¹⁵

Conviene tener en cuenta que *porcus* indicaba el ‘cerdo joven’ en el latín clásico, y el término genérico, que era *sus, suis* ‘cerdo’, designaba de una forma más específica también el ‘cerdo adulto’. Ya desde el s. I a. C. *porcus* tiende a sustituir a *sus, suis* en el valor genérico, por lo que *porcus* pasa a ser el término genérico y, como tal, indica también el animal adulto. Para el ‘(cerdo) joven’ se crea entonces el diminutivo *porcellus*.

El sufijo diminutivo tónico *-ellus*, que prosperará en las lenguas románicas (> esp. *-illo*), se halla también en la forma *vascella* (> esp. *vajilla*, fr. *vaisselle*), aunque comparte espacio con el sufijo átono clásico *-ulus* (*lumbulus, ungulas*). Vemos también el diminutivo *-culus* en *auriculas*, forma de la que proceden las voces románicas (esp. *oreja*, port. *orelha*, fr. *oreille*, it. *orecchio*), y que a su vez se denunciaba en la *Appendix Probi*: “83. auris, non oricla”.

3.1.2 La onomástica

Seguimos adelante y enseguida comprobamos que uno de los aspectos más interesantes del *Testamentum Porcelli*, también en lo referente al “vulgarismo”, es el de la onomástica, con nombres imaginarios que, no obstante, reproducen el sistema nominal latino.

El cerdo se llama *Marcus Grunnius Corocotta*. El *praenomen Marcus* no es relevante, salvo por su mera presencia, que inicia los *tria nomina*. El *nomen gentilicium Grunnius*, por su parte, es un nombre parlante, un nombre imitativo del gruñir (lat. *grunnire*, que ha dado lugar a los verbos romances: esp. *gruñir*, port. *grunbir*, fr. *grogner*), y este sería ya un fenómeno popular característico. El lat. *grunnire* es una variante de *grundire* (existe también el fr. *gronder*), con asimilación de *-nd-* a *-nn-*, característica del oscumbro y que dejó su huella en iberorromance (lat. *Gerunda* > cat. *Girona* –con simplificación–)¹⁶ y en otras lenguas románicas (lat. *Burgundia* > fr. *Bourgogne*). En la *Appendix Probi* se trata de corregir esta asimilación: “214. grundio non grunnio”.

Quizás lo más interesante aquí sea el *cognomen Corocotta*, puesto que sobre él, sobre su motivación y etimología, se han vertido no pocas elucubraciones, y

¹⁴ Cf. García-Hernández (2013).

¹⁵ Cf. Poccetti (2003: p. 253).

¹⁶ Es un ejemplo típico de la hipótesis de la influencia de los dialectos itálicos centromeridionales en la formación del latín de Hispania. Cf., por ejemplo, Menéndez Pidal (1960).

ninguna segura. A partir de una posible lectura “Corococta” se ha considerado un compuesto del gr. χοῖρος ‘cerdito’, que, en tal caso, habría perdido su aspiración al pasar al latín (**coero*), y tendría el valor de ‘cochinillo asado’. *Corocotta*, sin embargo, fue también el nombre de un famoso bandido hispano durante el mandato de Augusto. Dion Casio cuenta que el tal Corocotta se entregó voluntariamente a los romanos para conseguir la recompensa ofrecida sobre su cabeza, y el emperador, impresionado por su osadía, lo perdonó y, seguidamente, lo enriqueció.¹⁷ Los apelativos que el cocinero dedica al cerdo en el *Testamentum* (*eversor domi, solivertiator, fugitivus...*) han favorecido en alguna medida esa posible identificación con el bandido hispano, aunque ciertamente resulta difícil encontrar alguna analogía más.¹⁸ La semejanza con el nombre del mimo *Gaius Iulius Caracuttus*, documentado en una inscripción, ha llevado a pensar incluso en un cruce entre ese nombre y el del bandido ibérico para crear el del cerdo.¹⁹

Varios escritores antiguos, como Estrabón, Plinio el Viejo y Eliano, también identifican *corocotta* como nombre de una especie de hiena o bestia legendaria, cruce entre lobo y perro.²⁰ Esta es precisamente la referencia para el texto que ofrece Díaz y Díaz (1962: 54).

Sin embargo, el nombre, que entraría a formar parte de la amplia serie de *cognomina* terminados en *-a* (*Cotta, Sagitta, Agrippa, Messala*, etc.), no remite, en nuestra opinión, ni al gr. χοῖρος ‘cerdito’, ni al bandido hispano, ni al nombre del mimo, ni al de la hiena, sino que tiene una explicación mucho más sencilla. *Corocotta* sería una denominación de color, en concreto del color del azafrán, en relación con el lat. *crocum* ‘azafrán’. Esta palabra latina, que es el étimo del cat. *groc* ‘amarillo’, presenta diversos derivados, como, por ejemplo, los adjetivos *croceus* ‘de azafrán, de color azafrán, azafranado, amarillo dorado’, o *crocatus* ‘de azafrán, de color de azafrán’. Pero más allá está, como préstamo del griego κροκωτός (derivado, a su vez, de κρόκος ‘azafrán’), la voz *crocota*, que designaba una túnica azafranada usada por las mujeres y los sacerdotes de Cibeles.²¹ Hay que tener presente que el sufijo griego *-ωτός* se adaptó con la forma *-ōta* en latín²² y se reforzó con la geminación de la dental, de acuerdo

¹⁷ Dion. Cass. LVI, 43.3.

¹⁸ Como se ha señalado, el episodio del bandido ibérico agraciado difiere sustancialmente de la suerte del cerdo. Cf. Poccetti (2004: p. 245).

¹⁹ Cf. Herrmann (1956: p. 385) y Poccetti (2003: p. 258).

²⁰ Cf. Aubert (2005: p. 114). Cf., además, Ernout-Meillet, s.v. *corocottas*.

²¹ Cf. Kircher-Durand (2002: p. 385).

²² En latín el sufijo *-ōtus* y su femenino *-ōta* se encuentran casi exclusivamente en préstamos griegos en *-ωτός* y *-ωτή*, como *crocota* (vestis), *chiridota* (tunica), *cerotum* (unguentum). También se adaptó en *-ōta*, masculino, el griego *-ώτης*, como en *idiota* y *patriota*. En época imperial el sufijo *-ωτός* se adaptó en *-ātus*: *crocātus, gypsātus, ficātum* (< gr. σικωτόν). Cf. Leumann (1977: p. 334).

con el refuerzo expresivo que tienen los sufijos diminutivos en *-attus*, *-ittus*, *-ottus*.²³

Se hace evidente que desde un lat. *crocot(t)a* se llega muy fácilmente a una forma *Corocotta* mediante el fenómeno característicamente popular de la anaptixis. La adición o desarrollo de un apoyo vocálico, generalmente entre consonante o grupo de consonantes y líquida o nasal, no es un fenómeno infrecuente en latín vulgar y tardío, ni tampoco en la lengua medieval: esp. *corónica*, *Ingalaterra*, it. *cancarena*, etc. Sin ir más lejos, y en claro sustento de nuestra hipótesis, la anaptixis a partir de uno de los adjetivos mencionados, *crocea*, ha dado lugar a la voz portuguesa *coroça* ‘capa de paja contra la lluvia’.²⁴

Por otro lado, cabría incluso la posibilidad de vincular este fenómeno con una tendencia propia del romance castellano –y en menor grado también de otros romances hispánicos, como el portugués–, que quizás sea de origen sustratístico: la propensión a la desaparición del grupo *cr-* inicial, ya que la lengua castellana se muestra bastante reacia al mismo, hasta el punto de que son numerosas las anaptixis o, más bien, las metátesis que se han manifestado con ese resultado: esp. *costra* (port. *crosta* < lat. *crusta*), esp. *cocodrilo* (port. *crocodilo* < lat. *crocodilus*, y este del gr. κροκόδειλος), esp. *corbata* (it. *cravatta*, fr. *cravate*, port. *gravata*), esp. *quebrar* (port. *quebrar* < lat. *crepāre*), esp. *quemar* (port. *queimar* < lar. *cremare*), esp. *corchete* (port. *colchete*, fr. *crochet*), esp. vulg. *cocreta* (*croqueta* < fr. *croquette*), etc.

Sea como fuere, ese *Corocotta* como cognomen tendría, por tanto, una motivación fundamentada en el color –similar al color amarillento del azafrán–, algo que no es en absoluto extraño en las denominaciones del cerdo,²⁵ ni de otros animales,²⁶ ni –¿por qué no pensarlo?– en la denominación o apodo de un bandido hispano, que seguramente pudo ser llamado así por el color amarillento, anaranjado o rojizo de su piel o de su pelo. En este último caso es asimismo probable que llevara un hábito, una indumentaria habitual, de color azafranado, sin que tuviera que ser la de los sacerdotes de Cibeles.²⁷

²³ Cf. García-Hernández (2012) y Brüch (1926).

²⁴ Cf. Meyer-Lübke (1972: s.v. *croceus*) y Machado (2003: s.v. *coroça*). Existe también la variante sin anaptixis, *croça*.

²⁵ Cf. García-Hernández (2013).

²⁶ A este respecto, *corocotta* como nombre común de un tipo de hiena, préstamo del griego κροκότ(τ)ας, no debe de provenir de una lengua africana, según dicen Ernout y Meillet, s.v. *corocottas*, sino que ha de ser una variante del adjetivo griego κροκωτός aplicada al animal en razón del color de su pelo.

²⁷ Además, no conviene olvidar que el color de azafrán era tan importante en el mundo clásico que ya Plauto habla en la comedia *Aulularia* (521) de los tintoreros de [color de] azafrán (*infectores corcotarii* –con metátesis–) como profesionales bien conocidos que pasan a cobrar su factura.

Una cuestión vinculada a la del nombre, y, como hemos visto, a menudo también condicionada por ella, es con quién se ha identificado el “cerdito”, si es que, realmente, representa la imagen o la función de alguien. Pues bien, se ha pensado en un soldado romano –por tratarse de un testamento redactado en vista de una muerte anunciada–, en un soldado romano convertido en ladrón, en un bandido,²⁸ e incluso en Jesucristo, siendo en tal caso el autor del *Testamentum Porcelli* un adversario del cristianismo, posiblemente judío, y el *Testamentum* mismo, un panfleto judío anticristiano...²⁹ Lo más probable, por el mismo nombre del cerdo, que aquí hemos aclarado, es que no haya necesidad de identificarlo con nadie.

Del resto de nombres, se puede señalar que *Magirus* es un préstamo directo del griego (procede del gr. μάγειρος ‘cocinero’) y constituye una tautología bilingüe con *cocus*, el cual, por cierto, presenta la reducción característica de la labiovelar (*qu > c*). No está de más recordar que en *coquus* ya se había reducido por disimilación la primera labiovelar, pues esta era *quo* (> *co*): *quoquus* (> *coquus*). Cicerón, por ejemplo, juega con la homonimia del vocativo de la forma arcaica *quoquus*, que sería *quoque*, ya que en latín coincidía con el adverbio que significa ‘también’.³⁰ De *cocina* tenemos esp. *cocina*, port. *cozinha*, fr. *cuisine*, it. *cucina*.

Los nombres de los familiares del cerdo llevan un sufijo *-inus*, bien conocido en los nombres personales, sobre bases alusivas a la naturaleza porcina de los mismos: *Verrino*, de *uerres* ‘verraco, cerdo padre, semental’; *Lardino*, de *laridus* ‘tocino’ (> port. *lardo*, con síncope que ya manifiesta el *cognomen*); *Scrofa*, junto al adjetivo *Veturina* ‘vieja’, es la cerda paridera. Respecto de esta palabra, el italiano la ha mantenido tal cual (*scrofa*), mientras en francés ha dado lugar a *écrou* (ant. fr. *escroue*) ‘tuerca’, que responde a una metáfora sexual,³¹ del mismo

²⁸ Cf. Poccetti (2003: pp. 256ss.) y Aubert (2005: pp. 121-122).

²⁹ Cf. Aubert (2005: pp. 123ss.). De esa manera, el texto sería una representación burlesca del testamento de Cristo y de la última cena narrada por los Evangelios. Así como Jesucristo ofrece su cuerpo como alimento eterno, el cerdo prevé la distribución de su cuerpo para el alimento humano en esta vida. De acuerdo con Poccetti (2004: p. 246), esta interpretación cuenta con algunos inconvenientes: en primer lugar, la mención del texto por San Jerónimo, pues resulta difícil pensar que se le hubiera escapado el sentido oculto de una feroz ironía como esa contra el núcleo de la fe cristiana; en segundo lugar, el tabú de la carne de cerdo en la cultura hebraica, poco compatible con el uso de su comestibilidad como objetivo satírico; y, también, las características formales del texto, que parecen incidir en la valorización de los múltiples recursos de la lengua y del estilo más que en una posible intención polémica. La primera objeción de Poccetti, no obstante, puede perder peso si se tiene en cuenta lo dicho en la nota 9.

³⁰ Así, por ejemplo, al pedirle el voto un candidato, hijo de un cocinero, Cicerón le respondía en estos términos: “*Ego quoque [/ coque] tibi fauebo*” (‘yo también [/ cocinero] te apoyaré’). Cf. García-Hernández (2007: pp. 185-186).

³¹ Cf. Rohlf (1979: p. 48).

tipo que la que muestra el portugués *porca*, con idéntico valor.³² *Quirina*, por su parte, puede vincularse a la palabra griega χοῖρος, de la que se deriva χοιρίνη, equivalente a *porcina* ‘carne de cerdo’, o aludir al verbo *quiritare* ‘gritar’, como *Grunnius* alude a *grunnire*,³³ en una nueva onomatopeya del chillido del cerdo.³⁴

Los nombres de los cónsules destacan por su sufijo *-atus* y por sus bases culinarias: *Clibanato* ‘Horneado’ y *Piperato* ‘Pimentado’. En esto último coinciden con los testigos: *Lardio* ‘Mantecón’ –que repite la idea de *Lardino*–, *Ofellicus* ‘Albondiguilla’, *Cyminatus* ‘Cominato’, *Lucanicus* ‘Longaniza’,³⁵ *Tergillus* ‘Corteza de Tocino’, *Celsinus* ‘Celsino’, *Nuptialicus* ‘Asado Nupcial’.

3.1.3 La forma *vertiator*

Al margen ya de la onomástica, uno de los elementos del texto que, sin duda, más interés ha despertado es el nombre de agente *vertiator*, integrante del compuesto *solivertiator*, que ya hemos mencionado. Poccetti (2003: 270–271; 2004: 250ss.) ve en ese *vertiator* el derivado de un verbo **vertiare*, no atestiguado, que se presentaría como alomorfo de *vertere*, esto es, una formación en *-iāre*, según un tipo sufijal que encuentra una extraordinaria productividad en el latín tardío con la creación de numerosos alomorfos (*amplare* / *ampliare*; *levare* / *leviare*) y en las lenguas romances con la aparición de parejas que se distribuyen en planos semánticamente distintos (*captare* > esp., port. *catar*, *captar*, fr. (*a*)*cheter* / **captiare* > esp. *cazar*, port. *caçar*, fr. *chasser*, it. *cacciare*; *tractare* > esp., port. *tratar* / **tractiare* > esp. *trazar*, port. *traçar*, fr. *tracer*, ital. *tracciare*). Dado que los antecedentes latinos en *-iāre* no son numerosos, ese *vertiator* constituiría un precioso testimonio de la existencia de un **vertiare*, no atestiguado de otra manera.

Sin embargo, ese *vertiator* podría ser una grafía hipercorrecta de *versiator* o *versator*, derivado del lat. *versare*, el frecuentativo de *vertere* ‘hacer girar’, y no, por tanto, de este último.

Conectando con la explicación de Poccetti, habría que distinguir las siguientes fases en este complejo proceso de morfología sufijal:

³² Es muy probable que la palabra española *tuerca* sea consecuencia, de igual manera, del mismo tipo de metáfora, y remita a *puerca*, con cambio de la consonante inicial por influencia de *tornillo* o de *torcer*. El diminutivo *porquezuela* ‘tuerca’ así parece indicarlo.

³³ Cf. Poccetti (2003: p. 265).

³⁴ Fernández López (1983: p. 351) aportaba, además, toda una serie de vocablos en gallego (*criño*, *crin*, *quin*, *quirino*, *quiro*, *quino*) denominativos del cerdo y usados como interjección o llamada, que podrían proceder de *quirinus*, y ser un testimonio de que el juego de palabras existía en la lengua hablada o de que tomaría arraigo a partir de este texto.

³⁵ A partir de un *lucanica*, derivado del femenino *lucanica*, en referencia a un tipo de embutido hecho en Lucania, se ha creado en español *longaniza*, por cruce con *longus*; en portugués tenemos *lingüiça*, que, aunque de etimología discutida (cf. Machado, s.v., quien postula una forma **longalicia*, cuando se documenta en 1443 como *lingüainça*), podría suponer un nuevo cruce con *lingua*.

1) Aparece en la lengua coloquial, en latín vulgar, un sufijo *-iare* que se aplica, ante todo, a bases adjetivales, como *amplus* (→ *ampliare*), *altus* (→ **altiare* > esp. *alzar*, port. *alçar*). Quizá conviene añadir, por una parte, que la base de derivación ha debido de ser en realidad el comparativo *amplior*, *-ius*,³⁶ pues ‘ampliar’ no es otra cosa que ‘hacer más amplio’ (‘más amplio’ + acción verbal indicada por el sufijo *-iare*); y por otra, que ciertos verbos derivados de sustantivos en *-ius* / *-ium* (*pretium* → **pretiare* > esp. *preciar*, port. *prezar*, fr. *priser* ‘tasar, estimar’; *flagitium* → *flagitiare*³⁷) han favorecido esta creación.

2) Esta sufijación elemental en *-iare* se extiende a continuación a los verbos intensivo-frecuentativos en *-tare* / *-sare* formados sobre el participio perfecto de verbos más elementales: *capere*, *captus* → *captare* → **captiare*; *vertere*, *versus* → *versare* → **versiare*.

3) La asibilación de *ty*, que parece haber sido anterior a la de *ky* (*tersius* = *tertius*; también *tercius* = *tertius*),³⁸ produce la confusión de los dos sufijos anteriores: *-tiare* = *-siare*.

Pues bien, si de *captare*, intensivo-frecuentativo de *capere*, se forma una variante **captiare*, y de *tractare*, intensivo-frecuentativo de *trahere*, se forma igualmente una variante **tractiare*, de igual manera podemos suponer que de *versare*, intensivo-frecuentativo de *vertere*, ha surgido la innovación **versiare*. Y si esto es así, si sobre *versare* se ha formado el derivado **versiare*, y encontramos la forma *vertiare* (o *vertiator*), esta ha de ser, dada la asibilación de *ty*, una hipercorrección de la anterior (*versiator*), seguramente favorecida, por cierto, por el propio verbo principal *vertere*. Lo cierto es que el adjetivo *solivertiator* con la idea de ‘revolvedor, hozador del suelo’ parece más cercano a la noción reiterativa.

El hecho de que se atestigüe la lectura *versiator* en otro manuscrito –a lo que, por otro lado, no se le ha otorgado demasiada importancia³⁹– no viene

³⁶ Cf. Väänänen (1995: p. 165 –§ 191–).

³⁷ Existe un intensivo-frecuentativo *flagitare* ‘reclamar a voces’, y, de la misma raíz, un sustantivo *flagitium*, con el valor de ‘escándalo, acción escandalosa’. Sobre *flagitium* se forma en época tardía el denominativo *flagitiare* ‘mancillar’, que se confunde con el antiguo *flagitare*, como atestigua una *differentia* de Isidoro de Sevilla: “Inter *flagitare* et *flagitiare*. *Flagitare* idem est quod acriter interpellare; *flagitiare* uero impurare est: 255 (230). [Entre *flagitare* (pedir cuentas) y *flagitiare* (mancillar). *Flagitare* es lo mismo que interpelar con aspereza. *Flagitiare*, en cambio, es quitar la pureza (difamar)]. Sin duda esta confusión se ha producido por la asibilación del grupo *ty*. *Flagitiare*, pronunciado [flagisare], parecía proporcionar una variante de *flagitare*, y por eso se confunden. De ahí la necesidad de distinguirlos. Cf. García-Hernández (2006: p. 325).

³⁸ Cf. Väänänen (1995: p. 109 –§ 99–).

³⁹ Cf. Poccetti (2004: p. 251), quien da prevalencia al orden de los componentes en *solivertiator*. Conviene considerar que la lectura *versiator soli* no solo corrige la hipercorrección comentada, sino que sustituye el orden antiguo de los elementos del compuesto por el nuevo orden de la

sino a corroborar nuestra explicación. *Versiator* no sería una simple variante de *vertiator*, sino, a la inversa, habría que considerar *vertiator* como la variante – con ultracorrección– de *versiator*.

3.1.4 Otros rasgos “vulgares”

Podemos ver todavía otros rasgos “vulgares” reseñables, que no dejan de pertenecer al diasistema del latín. Así, se sitúa en los niveles más informales de la lengua latina la difusión del verbo *facere* en sustitución de cualquier otro verbo, lo que prelude la proliferación del uso de ‘hacer’ en las lenguas románicas. Las cinco ocurrencias de *facere* en el texto se reparten entre diversas construcciones sintácticas que indican algunos desarrollos correspondientes de la sintaxis románica: por ejemplo, *testamentum facere* en lugar de *testari*, o *cum* y abl. + *bene facere*, como posible cruce entre *bene facere* + dat. y *bene agere* + *cum* y abl.⁴⁰ La neutralización entre *facere* y *agere* se observa, por ejemplo, en el supletivismo del paradigma *hacer-acción* (port. *fazer-ação*).

El aumento en el empleo de las preposiciones o su uso irregular con respecto al latín más formal también se aprecia en el texto. Y ello junto a usos sin preposición conformes a la norma clásica, como en “*si qua vascella pedibus meis confregi*”. Frente a ese ablativo instrumental (*pedibus*) sin preposición, vemos otros dos con la preposición *de*: “*liget sibi collum de restē*” y “*condiatīs de bonis condimentis*”. En el primero de ellos podría justificarse la preposición *de* si se entiende que la cuerda (*restis*) está ya sujeta y cuelga; pero, en todo caso, parece un uso extensivo más de la preposición triunfante. Hallamos otros dos empleos con *de*, donde el latín clásico diría mejor *ex*: “*ut de cibariis suis aliquid dimitteret eis*”, y “*Et de meis visceribus dabo donabo sutoribus saetas...*”. Con una estructura de sílaba abierta, *de* tiene todas las ventajas para desbancar a *ex* y *ab*. La *-x* de *ex* está expuesta a muchos accidentes fonéticos y a la *-b* de *ab* le ocurre lo mismo; las preposiciones pierden, de esa manera, identidad.

Curiosamente en el texto aparecen dos empleos del verbo *intersum*, *interesse* ‘estar entre, asistir’: uno con dativo, como corresponde al uso consagrado por la prosa literaria (“*qui testamento meo interfuistis*”), y otro con preposición, representativo de las tendencias tipológicas de las lenguas romances, que desarrollarán el empleo de las preposiciones (“*in cuius votum interesse non potui*”).⁴¹

Por cierto, ahí vemos un uso del genitivo *cuius* como claro precedente del pronombre relativo con función de adjetivo posesivo en que se ha convertido en romance (esp. *cuyo*, port. *cujo*). La desinencia de genitivo coincide

lengua vulgar, orden que muestra, además, el *eversor domi* inmediatamente precedente.

⁴⁰ Cf. Poccetti (2004: pp. 249ss.).

⁴¹ Cf., una vez más, Poccetti (2003: p. 271).

homonímicamente con la de un nominativo, y como, por otra parte, la función sintáctica del genitivo, en cuanto que es determinante del nombre, es equivalente a la del adjetivo, el genitivo *cuius* se toma por tal y, desde la época clásica (ya Virgilio, en una Égloga), aparece como adjetivo. Es un uso que va a conservar el romance occidental.

En fin, podríamos seguir señalando otras formas del texto correspondientes o próximas a la lengua coloquial dentro del diasistema general de la lengua latina, que luego tendrán su repercusión en las lenguas románicas, pero todas ellas han sido ya bien tratadas en otros trabajos citados en nota y en la bibliografía. Hasta aquí, por tanto, llega este análisis y comentario del *Testamentum Porcelli* como fuente latinovulgar, donde, por un lado, hemos querido mostrar cómo esta singular parodia breve se ha de considerar, en efecto, como tal, una fuente del latín vulgar, además de reflejar otros registros y niveles sociolingüísticos del latín; y por otro, hemos querido responder con nuevas y fundamentadas alternativas a algunos de los varios interrogantes que el *Testamentum* plantea y sigue planteando. Ciertamente la motivación del cognomen *Corocotta* en el color azafrañado y la hipercorrección en ese curioso *solivertiator*, que convierte al no atestiguado **vertiare* en **versiare*, suponen, hasta donde nosotros sabemos, una notable novedad al respecto.

BIBLIOGRAFÍA

- Aubert, Jean-Jacques (2005), 'Du lard ou du cochon?' *The Testamentum Porcelli as a Jewish anti-Christian Pamphlet*, *A Tall Order. Writing the Social History of the Ancient World* 216, pp. 107-141.
- Bronzini, Giovanni Battista (1984), *Ritualità carnevalesca medievale del «Testamentum Porcelli»*. In: *Sodalitas. Scritti in onore di A. Guarino*, Nápoles, vol. VIII, pp. 3697-3713.
- Brüch, Josef (1926), *Das Suffix -attus, -ittus, -ottus*, *Revue de Linguistique Romane* 2, pp. 98-112.
- Ciardonei de Pelliza, Elena (1993), 'Testamentum Porcelli', *una nota de humor*, *Revista de Estudios Clásicos* 23, pp. 41-50.
- Díaz y Díaz, Manuel C. (1962), *Antología del latín vulgar*, Madrid: Gredos.
- D'Ors, Álvaro (1955), *El «Testamentum Porcelli» y su interés para la historia jurídica*, *RIDA Ser. III* 2, pp. 219-236.
- Ernout, Alfred / Antoine Meillet (2001), *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*, Paris, Klincksieck, 4ª ed.
- Fernández López, María Concepción (1983), *El Testamentum Porcelli y el latín hispánico occidental, Unidad y pluralidad en el mundo antiguo*, In: *Actas del VI Congreso Español de Estudios Clásicos (Sevilla, 6-11 de abril de 1981)*, Madrid, Gredos, pp. 349-353.
- García Sánchez, Jairo Javier (2007a), *El concepto de latín vulgar y los agentes de vulgarización del latín*. In: *Liceus, E-Excellence: Recursos en Humanidades en español* <http://www.liceus.com/bonos/compra1.asp?idproducto=1039>
- (2007b), *Las fuentes del latín vulgar*. In: *Liceus, E-Excellence: Recursos en Humanidades en español* <http://www.liceus.com/bonos/compra1.asp?idproducto=1110>.
- García-Hernández, Benjamín (2006), *Homonimia y latín vulgar en el libro I de las Differentiae de Isidoro*. In: Arias Abellán, Carmen (ed.), *Latin vulgaire - latin tardif VII*, Sevilla, Universidad de Sevilla, pp. 309-328.
- (2007), *De iure uerrino, El derecho, el aderezo culinario y el augurio de los nombres*, Madrid, Dykinson.
- (2012), *Gausapatus (gabato, jabato) y la creación del sufijo *-attus (lebrato, levrat, lepratto)*. In: Biville, Frédérique (ed.), *Latin vulgaire - Latin tardif 9*, Lyon, Maison de l'Orient et de la Méditerranée, pp. 673-682.
- (2013), *Innovaciones latinas y románicas en el campo léxico de sūs (cerdo)*.

- In: Casanova Herrero, Emili y Cesáreo Calvo Rigual (eds.), *Actas del XXVI Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románicas*, pp. 529-536.
- Herrmann, Léon (1956), *Le testament du cochon*. In: *Studi in onore di U. E. Paoli*, Florencia, pp. 385-391.
- Hinojo Andrés, Gregorio (2003), *El estatuto lingüístico del Testamentum Porcelli*. In: Nieto Ibáñez, Jesús-M^a (coord.), *Lógos Hellenikós. Homenaje al Profesor Gaspar Morocho Gayo*, León, Universidad de León, vol. I, pp. 159-167.
- Kircher-Durand, Chantal (ed.) (2002), *Grammaire fondamentale du latin, Tome IX, Création lexicale: la formation des noms par dérivation suffixale*, Lovaina / París, Peeters.
- Leumann, Manu (1977), *Lateinische Laut- und Formenlehre*, Múnich, Beck.
- Machado, José Pedro (2003), *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 8^a ed.
- Menéndez Pidal, Ramón (1960), *Colonización suritálica de España según testimonios toponímicos e inscripcionales*. In: Alvar, Manuel (dir.), *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I, pp. LIX-LXVIII.
- Meyer-Lübke, Wilhelm (1972), *Romanisches etymologisches Wörterbuch*, Heidelberg: Carl Winter, Universitätsverlag, 5^a ed.
- Pocetti, Paolo (2003), *Le Testamentum Porcelli, entre philologie et pastiche macaronique*, *Revue des Études Latines* 81, pp. 252-276.
- (2004), *La variazione di registro come ragione di produzione e di circolazione di un testo: Il Testamentum Porcelli*. In: López Eire, Antonio / Agustín Ramos Guerreira (eds.), *Registros lingüísticos en las lenguas clásicas*, Salamanca, Universidad de Salamanca, pp. 235-268.
- Rohlf, Gerhard (1979), *Estudios sobre el léxico románico*, Madrid, Gredos.
- Väänänen, Veikko (1995), *Introducción al latín vulgar*, Madrid, Gredos, 3^a ed.

O LATIM NOS TEXTOS MONÁSTICOS FRUTUOSIANOS. OBSERVAÇÕES SOBRE A MUDANÇA NA LÍNGUA DA HISPÂNIA VISIGÓTICA DO SÉC. VII

PAULA BARATA DIAS

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

O destino do Latim após o fim da estrutura civilizacional de que foi a língua materna – o império romano do Ocidente em 476 – é, porventura, um dos domínios da história das línguas e da linguística histórica que mais envolve e intriga os estudiosos. A complexidade da questão decorre da presença numerosa de fatores a ter em conta quando se estuda o dinamismo linguístico, ou, aplicando ao caso que nos atém, quando se consideram os fenómenos de transformação dentro de um sistema comunicacional, a ponto de estes gerarem uma nova língua, um novo padrão que se impõe no uso comunicativo, relegando o sistema anterior para o esquecimento, ou para a ineficácia enquanto veículo de comunicação funcional. A história no seu conjunto, mas também a política, a economia e sociedade, a cultura e a vida espiritual, constituíram a pressão para o dinamismo do sistema linguístico de que se parte – o Latim – e, mais do que isso, foram responsáveis, por via dos acontecimentos particulares, pelas características dos sistemas comunicativos de chegada – as línguas românicas¹.

As etapas entre estes dois pontos são inúmeras. Entre o momento em que se comunica em Latim, em que este é um sistema linguístico vivo capaz de acomodar os fenómenos de dinamismo inerentes a qualquer língua, e o momento em que esta capacidade de incorporação se rompe, em que finalmente a comunicação passa a ser suportada por sistemas linguísticos autónomos entre si e distintos do primeiro, na sua fonologia, sintaxe e semântica – o advento das línguas românicas – ocorreram fenómenos que, concretizados na oralidade, e no exercício do ato comunicativo individual, escapam à observação do investigador.

Quando exatamente é produzida uma inovação, e esta passa a ser integrada no modo de falar de uma comunidade? Quando é que esta novidade se estabiliza na língua falada, num dado tempo e região? Finalmente, quando é que o conjunto das inovações, em relação ao ponto de partida – o Latim – adquire um carácter sistemático e coeso, a ponto de estarmos diante de um

¹ O desaparecimento das condições para uma literacia generalizada; a decadência das escolas municipais; as migrações e despovoamentos de determinados territórios; o aparecimento de novas ordens políticas que limitam a comunicação entre comunidades anteriormente relacionadas, constituíram o contexto histórico para a rutura da unidade comunicacional no interior da Romania. R. McKitterick 1990; V. Väänänen 1983: 480-506. P. Gaeng 1971: 3-12.

outro sistema de comunicação? Têm sido objeto de árduo estudo, que amiúde produzem – felizmente para os estudantes! – o que podemos chamar de sínteses rigorosas, que congregam estudos parcelares – válidos para cada domínio da linguística, para um dado momento histórico, para uma determinada região. Com frequência estes estudos cingem-se a um pormenor linguístico, trazendo a lume as manifestações, ou a manifestação de uma inovação, percebida por vezes como “o elo perdido” entre a matriz latina e as línguas românicas².

Como se deduz do que foi enunciado, quem se interessa pela variação diacrónica do Latim – desde o Latim clássico, passando pelo Latim tardio até ao Latim medieval, não deve ignorar princípios norteadores dos estudos linguísticos teóricos: que as línguas suportam, primariamente, a comunicação oral entre os falantes de uma comunidade, e é neste plano que se produzem os ajustamentos no sistema de uma língua, de modo a que esta mantenha a sua eficácia comunicativa. Este processo é em larga medida inconsciente, espontâneo, balizado no pressuposto teórico que define uma língua como um sistema de obrigações³.

Neste sentido, a aproximação aos fenómenos de inovação no paradigma latino estão sempre condicionados pela natureza das fontes documentais transmissoras dos enunciados latinos. No nosso entender, estas fontes, porque são escritas, possibilitam um acesso inevitavelmente parcial e deficitário face à extensão do fenómeno na oralidade.

A escrita tende a ser conservadora e a aderir melhor a um conceito pré-existente de norma, o que funciona, para quem escreve, como um mecanismo de autocorreção, ou de aproximação a um ideal prévio. O processo da escrita possibilita também a ponderação, a reflexão, ou seja, permite que o ato comunicativo seja pensado e mediato, o que lhe retira a espontaneidade característica da oralidade.

Acresce ainda que o registo escrito introduz um código extralinguístico – a ortografia – entre os agentes da comunicação, como método para suprir a copresença dos agentes comunicativos (e.g. o registo epistolar), ou como opção deliberada para um exercício comunicativo que não se esgota enquanto tal (e.g. a literatura). Os fenómenos ortográficos são preciosos para perceber as inovações fonéticas que, uma vez sistematizadas, apontam para as inovações fonológicas, mas deve ter-se em conta que o corpus literário em Latim apresenta como suporte manuscritos que registam as escolhas ortográficas de quem copia e não de quem criou o texto, ou o reproduziu numa cronologia

² E. Löffstedt 1980; R. Whright 1982; M. Banniard 1992. Banniard fundamenta-se nos testemunhos dos predicadores quanto à capacidade de compreensão do seu destinatário para assinalar a importância da oralidade como motor de alteração linguística. M. van Uyfange : 579-613. M. Richter 1983: 439-448.

³ J. Herman 1992: 29-43.

e numa região aproximadas da sua produção. De onde se pode concluir que há limites para a utilização das escolhas ortográficas contidas nos suportes documentais, em geral muito tardios em relação à época da criação do texto como fonte para a aferição de um estado de língua.

Não menos importante enquanto factos condicionantes para a utilização imediata dos textos escritos enquanto fontes fidedignas para, a partir deles, avaliar uma etapa da língua latina no seu caminho em direção a um romance, decorre da natureza diafásica do discurso produzido. Os textos escritos em que os estudiosos das línguas clássicas trabalham tendem, em regra, a ser os mais valorizados segundo critérios de conteúdo, estéticos e formais. Assim, os textos considerados literários, com impacto e influência na cultura e na sociedade antigas e tardias, são os mais lidos, mais copiados e mais estudados.

Portanto, a criação de um texto a partir da prévia assunção de um nível cultural médio ou elevado do destinatário; ou a adesão voluntária de um autor a um critério de escola ou de norma, que interpreta como selo de garantia, de autoridade, e de boa receção do seu texto, convocam, inevitavelmente, mais fatores de distanciamento entre o falado e o escrito, tornando este último depósito para uma modalidade de língua mais artificial. Não nos anima qualquer prejuízo em relação ao uso de textos literários. Mas a sua produção convoca uma série de códigos: desde os linguísticos, agregados a uma noção de norma e de escola, que reproduz não só o saber linguístico passivo do autor como também o seu próprio conceito de língua literária – selecionando formas de acordo com o valor que lhes atribui; até aos especificamente literários, que se fundamentam na adequação a um género, a um estilo, a um ideal estético, retórico e estilístico recebido e imitado, dirigido a uma elite de comunicantes. Os agentes desta comunicação partilham, portanto, uma língua especial conhecida só de alguns, sem deixarem, contudo de serem ativos noutros registos linguísticos. Neste domínio, quanto mais literário for considerado um texto, menos interesse terá para a sua utilização como fonte material dos fenómenos de inovação linguística – embora possa ser valioso para estudar a língua literária, ou mesmo o idiolecto do autor.

Da mesma forma, tornam-se mais interessantes os textos em que a pressão da norma literária afrouxa – ou porque se presume um destinatário integrado num estrato sociocultural menos exigente, ou porque a tipologia e a finalidade do texto em questão não requerem o manejo da língua literária. Neste tipo de textos, que se podem definir genericamente como paraliterários, verifica-se uma gradação interna de acordo com a sua distância face à adesão a uma norma estética, retórico-estilística definida. Historiografia, epistolografia, tratados técnicos, textos científicos, relatos de viagens, itinerários, apologética, homilias, textos exegéticos, discursos jurídicos, leis, documentos administrativos, são tipologias abundantes

praticadas pela imensa variedade discursiva própria da literatura latina tardia que apresentam um enorme interesse do ponto de vista do estudo da história, civilização e mentalidade do mundo latino tardio. Embora se sujeitem a uma codificação literária intrínseca a cada género, raramente se integram num programa de graduação de literatura latina, por de algum modo pender sobre eles o juízo de “textos menores”, de que se ressalta a informação quanto ao conteúdo, e menos o estudo formal⁴.

São no entanto textos relevantes para a deteção dos fenómenos de inovação, na medida em que há mais liberdade da parte de quem escreve, por o género ser ele próprio novo, ou por a clareza na transmissão do conteúdo se sobrepor às exigências da forma. Ou seja, é nos textos que requerem, explicitamente, uma menor adesão a uma norma culta, que podem emergir formas inovadoras face ao conceito vigente de norma.

Assim, se considerarmos que a mutação linguística – variantes morfológicas, novas construções sintáticas, inovações lexicais e alterações semânticas – afeta primeiramente o registo oral de uma comunidade, que entre si sanciona tacitamente essa inovação, atribuindo-lhe um valor comunicativo, temos de ponderar que ocasionalmente, e em proporções diversas, estes factos linguísticos consagrados no uso oral transpõem a barreira para o registo escrito por via de um agente, simultaneamente falante, redator ou autor, que conhece as duas circunstâncias comunicativas e que, episodicamente deixa que os elementos adequados a cada ocasião se desloquem, ou se tornem transversais entre os dois registos.

Estamos convencidos, contudo, de que esta transferência deliberada de

⁴ V. Väänänen 1981, 1995: 44-55; P. Bourgain et all. 2005: 7-51. Os dois autores destacam a relevância dos textos latinos de menor grau de literariedade, como os exemplos citados, acrescentando os glossários e as *tabellae* epigráficas. Väänänen é um autor incontornável para estudar as variedades do Latim. Termos como “Baixo Latim” para designar o Latim Tardio caíram em desuso. O que será o Alto Latim, por comparação? As línguas transformam-se, e as inovações são um sintoma da adaptabilidade e da eficácia comunicativa de uma língua. Neste domínio, parece-nos que ele incorre num erro conceptual, que é o de associar Latim Tardio a Latim Vulgar (já de si uma designação com que não nos identificamos) e de apresentar os mesmos documentos como fontes para um e para o outro, cruzando o critério cronológico e diastrático. P. Bourgain (p. 18) apresenta as mesmas fontes para o estudo do Latim Tardio (influenciado pelo esquema de Väänänen) mas, em seguida aponta de modo objetivo as etapas da evolução e as forças intervenientes na transformação do Latim. Citamos M. Banniard 1993: 7: «...c'est une question ancienne que de déterminer quels rapports ont entretenus le latin parlé tardif (improprement dit vulgaire) et le latin écrit, ainsi que le rapport existant entre le latin écrit et le latin écrit littéraire. A partir du moment où l'on constate que la voix du latin parlé a choisi définitivement une autre voie que celle du latin écrit, autrement dit où, par une double divergence, la langue écrite traditionnelle ne donne plus qu'une image très infidèle de la langue parlée spontanée, et où, parallèlement, cette dernière ne laisse plus guère reconnaître les caractères vitaux de la langue écrite traditionnelle, il convient de se demander quelle est la chronologie des phénomènes au terme desquels un tel clivage a été installé».

inovações linguísticas, conscientemente transgressora, seria muito esporádica, na medida em que o utilizador da escrita ativaría, *a posteriori*, os mecanismos de correção, tão próprios do discurso escrito. Assim, as emergências de fenómenos de língua caracterizados como inovações, ou novas tendências do Latim escrito, quando têm lugar, indiciam que estes fenómenos adquiriram um nível tal de generalização e de aceitação na oralidade prévia, que tornaria impercetível, ou mesmo desadequada a sua classificação enquanto novidade entre os que comunicavam oralmente em Latim. Seria neste plano – o oral – que se desenrolariam primeiro os episódios de perturbação do modelo linguístico recebido, seria a este nível também que ocorreriam as acomodações das novidades, a ponto de elas integrarem, sem sobressaltos, os usos dos falantes. As formas ditas inovadoras no registo escrito correspondem, portanto, a formas que já se encontram estabilizadas dentro de um uso oral da língua nas comunidades.

Por conseguinte, a identificação das etapas de mutação do Latim enquanto língua única até às variedades do romance, e em particular o esforço para as fazer assentar numa cronologia cerrada, com base na informação das fontes escritas, quaisquer que elas sejam, deve considerar que estas ocorrências representam apenas uma parte do dinamismo linguístico oral e que, antes da sua utilização na escrita, já fizeram um trajeto de estabilização e de consagração na oralidade.

Terminadas estas considerações teóricas, passamos para o nosso caso de estudo: seleccionámos alguns textos do séc. VII da Hispânia visigótica, e pretendemos explorar o seu valor informativo para identificar fenómenos de inovação linguística próprios do latim tardio, e que podem elucidar alguns dos passos percorridos pelo Latim em direção às línguas romances.

Os textos em questão pertencem ao que chamamos de *corpus* monástico frutuosiano. Faremos uma breve apresentação. Frutuoso, nascido provavelmente nos primeiros anos do séc. VII de uma família da alta nobreza visigótica, originária da Septimânia, no sul França, mas com propriedades e residência no Bierzo (Noroeste hispânico) é o melhor representante hispânico dos movimentos monásticos pré-benedictinos.

Inspirados pela matriz monástica oriental, estes movimentos desenvolveram características próprias no Ocidente latino entre os inícios do séc. V e o séc. VIII, ou seja, entre aqueles séculos marcados pela cisão, política, linguística, cultural e religiosa com o Oriente, de onde haviam partido. A sua marca mais evidente é, sem dúvida, a da abundância de produções: nestes quatro séculos, no antigo mundo romano nasceram comunidades monásticas unidas pela obediência a um fundador líder. Estas fundações monásticas asseguravam a sua estabilidade institucional e temporal com uma Regra, texto disciplinar, emanada

da sabedoria do fundador. O corpus monástico inclui cerca de trinta Regras, entre as quais está a de maior sucesso e implantação no Ocidente, a Regra de S. Bento, composta no séc. VI para os monges de Cassisiaco. O termo “pré-benedictino”, aplicado a textos mesmo posteriores à composição da Regra de S. Bento, como são os textos de S. Frutuoso, significa que todos eles são anteriores ao momento da reforma monástica carolíngia dos inícios do séc. IX, liderada pelo esforço político do sucessor de Carlos Magno, seu filho Luís o Pio, mas estudada e preparada por Bento de Aniano⁵.

Coube a este “segundo Bento” reunir, comparar, estudar o património das Regras monásticas em Latim, daqui resultando a escolha da Regra beneditina como a mais adequada para uniformizar a disciplina das fundações monásticas do Império. Esta decisão política teve como resultado último, ainda hoje visível, o facto de o monacato cenobítico europeu encontrar inspiração na Regra de S. Bento.

Gravitam em torno da figura do asceta, monge, abade do mosteiro de Dume e, e a partir de 656 (X Concílio de Toledo) Bispo de Braga, um conjunto de seis opúsculos, em que três teriam sido compostas por Frutuoso e as restantes três seriam obra da segunda geração do movimento monástico frutuosiano. Apresentemo-las segundo a ordem cronológica em que pensamos terem sido compostas:

I Regra de Cassiano (RCas) – Com data provável de 635, é um resumo dos quatro primeiros livros das *Instituições Cenobíticas* de João Cassiano, tendo como resultado um texto normativo em que os aspectos essenciais de organização de uma comunidade monástica estão contemplados (ofício, hierarquia, refeições, admissão à comunidade, penitencial).

Regra de S. Frutuoso (RF) – Composta entre 640 e 645, é a obra fundadora do monaquismo de S. Frutuoso, incorporando nela a experiência comunitária suscitada pela leitura das Regras anteriores e da antologia RCas.

Versão longa da Regra de Santo Isidoro (RI2) – A Regra de Santo Isidoro teria sido composta pelo Bispo de Sevilha antes do IV Concílio de Toledo de 633. S. Frutuoso teria introduzido seis interpolações no texto primário isidoriano, adaptando-o à sua própria visão do monaquismo. Esta intervenção teria ocorrido antes da sua eleição episcopal em 556.

Regra Monástica Comum (RMC) – É um texto heterogéneo, que terá sido composto em mais do que um momento e por mais do que uma mão. A sua forma regular, ou seja, adaptada às características formais de uma Regra monástica teria sido atingida após a morte do fundador, o que terá ocorrido entre 665–666. Apresenta, em termos ideológicos, soluções novas para resolver

⁵ Remete-se para P. B. Dias 2008: 29-56, para um conspecto sobre o género das regras monásticas latinas.

determinados impasses nas comunidades monásticas frutuosianas, tais como a entrada de famílias nos mosteiros e o destino a dar ao património dos que pretendiam tornar-se monges. Nos casos denunciados, o texto é coerente com a desestruturação da civilização visigótica nos finais do séc. VII, e com o agravamento das condições sociais e materiais.

Pacto de S. Frutuoso (PF) – O mais breve dos textos, encontra-se, na tradição manuscrita, na sequência da RMC. Constitui, como o nome indica, um formulário de compromisso, um contrato que assegura direitos e deveres mútuos entre os monges e o abade, a ser pronunciado e assinado pelos monges. Não está previsto na disciplina traçada na RF, mas a RMC já inclui este procedimento, o que nos leva a pensar que se trata de uma composição dentro do espírito frutuosiano, mas provavelmente sem a intervenção direta do fundador.

Regra Consensória dos Monges – Não constitui formalmente uma Regra, apresentando similitudes, nas situações denunciadas, com a RMC, e na função e no estilo com o PF. Mas é um texto ideologicamente próximo da RF, ou seja, conservador em relação à RMC. Este elemento serve-nos de indício para colocar a produção deste texto numa comunidade frutuosiana minoritária, que resolveu os problemas trazidos pelas novas circunstâncias de modo isolado. A tradição manuscrita pode também indicar-nos que se trata de um texto produzido na Hispânia Meridional, ao contrário dos anteriores.

Este conjunto de textos proporciona um excelente campo de trabalho para estudarmos o nascimento, expansão, crise e soluções de um movimento monástico antigo. É, pensamos, mesmo caso único, só comparável ao que se pode inferir a partir das relações genéticas entre a Regra do Mestre e a Regra de S. Bento.

Mas, de facto, o movimento frutuosiano apresenta a particularidade de se ter constituído enquanto projeto para além de uma fundação ou de um agrupamento monástico, e de exibir uma estrutura próxima da congregacional, em que um conjunto de mosteiros se revê numa disciplina comum, superando o desaparecimento físico do líder fundador, e a contingência de ele só poder estar numa das fundações.

Em que medida este é um corpus adequado para tecermos considerações sobre o estado de língua no último século de domínio visigótico na Hispânia? Esta é uma nação nascida com o ocaso do Império romano do Ocidente, que incluía, entre a sua população, uma maioria hispanorromana para quem o Latim era língua materna, e uma minoria de origem gótica, descendentes de bárbaros que viviam em contacto de fronteira com os romanos desde o séc. II. Ocuparam a Dácia no séc. III, foi-lhes permitido assentarem em território trácio, e, por fim, nos finais do séc. IV deslocam-se para Ocidente, assentando, como *foederati* no sul da Gália desde 409.

Temos portanto um povo de peso demográfico modesto, quando comparado ao da população hispanorromana, próximo ou integrado no território latinófono. A religião, a epigrafia, a onomástica, a arqueologia, mostram que os Visigodos se fundiram culturalmente na latinidade dominante. Neste domínio, os textos produzidos por autores de origem goda revelam que esta integração, do ponto de vista dos hábitos de cultura, foram plenos, sobretudo entre as elites aristocráticas e eclesiásticas.

A tipologia de textos em causa também deve ser uma condicionante. De facto, estamos no domínio do que anteriormente apresentámos como textos paraliterários. Formalmente, o que nos aparece são Regras monásticas, textos cuja função é de servir como disciplina interna de um mosteiro ou de uma comunidade monástica. Trata-se de textos com grandes semelhanças com a linguagem jurídica, enquanto língua especial, dotada de um certo artificialismo e presa a uma série de convencionalidades idiomáticas: formulações preceptivas (conjuntivos, perífrases de ordem); reforço da autoridade (o *nos* majestático); privilégio das frases curtas e da parataxe, referentes objetivos e concretos, ausência de adjetivos. Se não tivermos em atenção a especificidade dos textos, poder-se-ia inferir, ingenuamente, que o autor exhibe uma sintaxe primária e pobreza vocabular, o que poderia justificar a afirmação que, no séc. VII, o Latim escrito acusa, na Hispânia Visigótica, já o esforço, para quem escreve, de lidar com um idioma que domina com dificuldade.

Ainda dentro do argumento tipológico, uma Regra monástica não se restringe apenas ao transportar do espírito jurídico para o interior de um mosteiro. Lidamos com uma envolvimento espiritual, da religiosidade cristã, pelo que segmentos mais preceptivos alternam com partes de valor exortativo, ou mesmo explicativo em relação às medidas tomadas. Em suma, uma Regra também tem um alcance pedagógico e formativo. Sobrepõem-se a estes aspetos a consciência da continuidade com uma tradição espiritual cuja receção é principalmente literária (pela leitura dos textos sagrados e patrísticos), catequética ou litúrgica (pela frequência e prática das assembleias, da liturgia, das orações).

Deste modo, o património literário e a tradição cultural dos cristãos inspiram, como argumento de credibilização e de autoridade, os textos que têm também por base uma mundividência espiritual cristã. Neles está presente uma intertextualidade explícita com a tradição literária cristã, seja pela inclusão de passagens da Bíblia seja pela adopção de excertos de autores consagrados da Patrística que se tinham à mão. A análise dos textos pode, inclusivamente, permitir-nos presumir a biblioteca essencial que, por memorização ou por acesso a fontes escritas, teria sido utilizada

pelo compositor ou compositores destes textos⁶. A esta presença explícita do património literário juntaremos o manejo implícito do vocabulário e de formas de dizer que enformaram o Latim dos Cristãos enquanto língua específica de uma comunidade sociologicamente definida, cujo emprego não tem que ver com um exercício de escola ou de estilo, mas decorre da especificidade dos referentes, aludindo a realidades e conceitos que não existiam na norma latina, e da constituição interna de um uso, uma maneira de dizer característica de um grupo que se relaciona entre si.

Perante estes argumentos que servirão para moderar as expectativas quanto à presença de inovações do padrão linguístico do Latim no séc. VII, somos no entanto sensíveis a dois outros que, de algum modo, permitem contrabalançar os dados:

Em primeiro lugar, a funcionalidade ou a presumível utilização destes textos. Eles não foram escritos para um circuito fechado, de leitura individual e silenciosa, mas para serem conhecidos, ou seja, para ser ditos, ouvidos e entendidos por uma comunidade alargada de monges, que deve interiorizar a disciplina contida no texto, e também, em determinados momentos da semana monástica, ler excertos das Regras. Além disso, os textos faziam parte do ensino que os anciãos administravam aos noviços. É um condicionamento que as Regras partilham com o género homilético.⁷ Quanto mais alargada for a comunidade de destino, quanto mais transversal forem os seus membros do ponto de vista sociocultural, maior o esforço de o autor e de quem lê em voz alta em se fazer entender, condicionando o texto *ad dicendum* ao objetivo pretendido: levar à compreensão, à memorização e à ação do destinatário. O autor tenderá, por isso, a fazer uso dos recursos disponíveis para o sucesso da comunicação, aqueles que serão partilhados pela maioria da comunidade⁸.

⁶ P. B. Dias 2012: 25-38.

⁷ Cf. RF 19 426 *ter per hebdomadam collecta facienda est et regulae patrum legendae...*

⁸ Um exemplo desta *preocupação metalinguística em ir ao encontro da língua do destinatário, desfazendo um sentido menos conhecido ou mais técnico de um termo cujo entendimento escaparia a alguém menos familiarizado com as fontes monásticas gregas traduzidas em Latim*: (RMC 19, 700) *Lectum tamen sternere mandamus coreo aut psiato quo Latine storea nuncupatur* “mandamos que se deite num leito de pele, ou de junco, que em Latim se chama esteira...” *Psiato* do grego *psiathos* (S. Jerónimo *VPacomii* 4, 88; Cassiano, *Coll* 1,23, 4). Encontramos uma presença considerável de transliterações do vocabulário grego da espiritualidade monástica quando os textos congêneres latinos faziam já uso de traduções para o vocabulário latino (ex: *paximatium* “pequeno pão”, RMC 9, 317 *si sola quotidiana fuissent paximatia*; RMC 14, 482 *medium accipiat paximatium*; *acedia* 4, 155, 13, 448 *acediae spiritus inflatus*; (cf. termo latino *tristitia, desperatio, pigritia* na tradição latina); *Zelotypos* por *zelosus (zelotypia)* RMC 18, 583 *zelotypos est Christus*. Neste domínio, vamos ignorar todo o vocabulário que designa instituições, hierarquias e funções plenamente consagrados no Latim dos cristãos (do tipo *ecclesia, coenobium, monachus, episcopus, presbyter, hebdomadarius, baptyismus*) aspetos em que a transliteração do grego domina, na medida em que esta foi a primeira língua da Igreja, mesmo no Ocidente.

Em segundo lugar, façamos uso dos argumentos teóricos que apresentámos no início deste artigo. Se porventura, em textos produzidos por um membro das elites como foi Frutuoso, alguém que frequentou uma tradição escolar numa escola episcopal, na posse do conhecimento gramatical normativo e conhecedor da tradição literária anterior em que se inspirou⁹ encontrarmos um elemento que é dissonante em relação a estas expectativas, ou que denuncia um abrandamento do critério de aceitabilidade para o uso escrito e literário, esse mesmo elemento deve ser valorizado enquanto uma emergência, ou uma manifestação de que formas consagradas e estabilizadas no registo oral estavam em processo de migração para a língua escrita e para o discurso literário, sem que, sobre este movimento, o autor ou compositor do texto conseguisse já exercer a sua censura.

Pensamos que esta integração inconsciente de formas inovadoras num texto refletido de um autor culto deve ser valorizada, não tanto por atestar um fenómeno em curso, mas sim por indicar a estabilização do mesmo entre a maioria dos falantes, integrado e acolhido na norma comunicativa. Neste domínio, portanto, o registo escrito, porque mais conservador, fornecerá uma imagem, em diferido, da língua oral, plano muito mais dinâmico, mas que forma obrigatoriamente a sua própria seleção de formas vivas e ativas para a comunicação, expulsando umas e acolhendo outras, e gerando a sua própria estrutura de equilíbrio.

Passemos então à parte prática deste trabalho, que se destina a apontar e comentar alguns aspetos da língua dos textos frutuosianos, e, em particular, assinalar aqueles que parecem denunciar uma evolução em direção às escolhas presentes nas línguas românicas¹⁰. Por uma questão de brevidade, iremos concentrar-nos no mais extenso dos textos, a RMC, com remissões muito pontuais para a RF.

⁹ P. B. Dias 2008: 147-164.

¹⁰ Não vamos debruçar-nos sobre as questões ortográficas e fonéticas. Não trazemos aqui exemplos retirados da tradição manuscrita dos textos, e sim aquilo que resultou do trabalho de reconstituição crítica sobre eles. As marcas de perturbação fonética e fonológica em textos do séc. VII visigótico não estão disponíveis nos manuscritos existentes, cópias de cópias, em que os mais antigos datam do séc. IX e procedem do Império carolíngio, do séc. X-XII, da Hispânia da Reconquista ou do Norte de Inglaterra do séc. XIV. A análise das variantes nestes suportes documentais revela elementos muito interessantes quanto à consciência linguística do copista, sobretudo para a questão fonética e fonológica, e também morfológica (ex: a ausência de distinção fonológica entre b/v; perda de sensibilidade à aspiração (*hebdomada*, *hebdomadarius*, *ebdoma* e *ebdomadarius*, monotongação do ditongo [ae] para [e] (*penitentia* por *paenitentia*, *luxurie* por *luxuriae*); perda da distinção morfológica entre o nominativo e acusativo, com a ausência de <m> final nos acusativos da 1.^a e 2.^a declinação (já não se pronunciava o ditongo [ae], nem o <m> mas deixarem de ser escritos...); *amicicia* por *amicitia*, *gracia* por *gratia* (palatalização de [t]; vogal [i] protética antes de palavras começadas por [s] (*isposa*, *ispiritus*), mas não é relevante para o estudo do estado da língua à época e no local de composição do mesmo.

Em primeiro lugar, é evidente uma preocupação estética. Apresenta um estilo cuidado próprio de um texto que se destina a ser ouvido. O primeiro exemplo apresenta expõe, significativamente, as qualidades que deve ter a fala do monge. O segundo exemplo enumera as virtudes de que o abade deve ser portador:

RF 7 219 *cum loquitur, lenta et silens uox sit, iuramento et mendacio carens, nec fraudem studens, neque multiloquium diligens, murmurationem omnino et contradictionem et rancorem nesciens, uituperare et iudicare alium pertimescens*

RF 19, 417 *qui in abstinentia praecellat, in doctrina refulgeat, exquisitas epulas et mensae lautioris consuetudinem contemnat, uini nimis perceptionem respuat, cunctisque in commune fratribus ut pater proprius piissimusque prouideat. Quem nec ira subita inmoderate deiiciat, nec superbia extollat, nec moeror ac pusillanimitas frangat, nec libido corrumpat*

Numa sumaríssima análise retórica e estilística, evidencia-se a rima interna, apoiada sobretudo nas formas verbais a encerrar oração (*carens; studens; diligens...; praecellat; refulgeat; respuat; prouideat...*). Saliente-se também o paralelismo e a disposição rítmica das orações em gradação crescente.

O exemplo seguinte exhibe todas as características apontadas nos textos anteriores (rima interna; jogos rítmicos apoiados na extensão silábica da oração), a que se acrescenta um exercício de intertextualidade com o livro do Êxodo, os Evangelhos, e a exegese jeronimiana, de onde procede esta comparação entre a travessia do deserto, a crucifixão de Cristo e o desafio de ser monge¹¹:

RMC 5, 72 *Grande malum, de Aegypto exire, mare transuadasse, tympanum cum Moyse et Maria pharaone submerso tenuisse, manna manducasse, et terram repromissionis non intrasse. Malum peius, de Aegypto istius saeculi exire, mare baptismi cum paenitentiae amaritudine cotidie pergere, tympanum pulsare, id est carnem cum Christo crucifigere, et manna quod est caelestis gratia manducare, et caelestis regionis terrae non intrare.*

Chamamos a atenção, neste excerto, para os perfeitos por generalização da haplogogia, indevida em verbos das primeiras três conjugações (*transuadasse* por *transuadauisse*; *manducasse* por *manducauisse*; *intrasse* por *intrauisse*). Juntemos ainda os adjetivos que valorizam os diferentes planos metafóricos, que aqui se sobrepõem (*grande malum* [...] *Malum peius* [...]) e os explicativos da mensagem bíblica aplicada ao presente (*id est carnem cum Christum crucifigere, et manna, quod est caelestis gratia manducare...*)¹².

¹¹ Ex. 12-15.

¹² Salientemos, neste exemplo, o termo próprio do Latim corrente *manducare*, presente no fr.

Do ponto de vista da morfologia, não se encontram fenómenos de convergência de casos, ou do desaparecimento da funcionalidade das declinações que farão as delícias dos estudiosos de textos em protorromance. O Latim visigótico escrito não apresenta este tipo de perturbações, o que nos permite inferir apenas que a norma escrita culta dominava e fazia uso do esquema flexional da morfologia latina.

Mas tornam-se muito apelativos a escolha de formações vocabulares que indiciam uma certa tipificação da produção lexical, segundo sufixos dominantes. É o caso dos substantivos abstratos formados com os sufixos *-ntia*: ex. *substantia, neglegentia, praesentia, licentia* e em *-ntum* ex: *machinamentum, detrimentum, emolumentum*. O uso do sufixo de agente em *-tor*, ex: *dispensator, insecutor, adiutor, persecutor, peccator, gubernator, habitator, calumniator, causator*. No último caso aqui referido (*causator*, derivado de *causa*) surge-nos como a primeira ocorrência conhecida deste termo latino, não registado em nenhum dicionário, *thesaurus* ou glossário por nós consultado, mas que se presumia ter existido em Latim, dado o pt. e o cast. “causador”¹³. Aponte-se também o emprego de diminutivos sem valor significativo concreto, e sim com valor expressivo *muscipulum* (“ratoeira”, ou seja “armadilha”), *ergastulum* “prisão”, *offendiculum* “obstáculo, pedra de tropeço”, *nauculum* “barco”, *sorbitiunculum*, “bebida”, *facultaticulum*, “património”, *paruulus, infantulus, tenerulus* “jovem, criança” (os termos simples *paruus* e *infans* ou *tener* já significam “criança”).

Na morfologia verbal, verifica-se a preferência pelos verbos compostos, com ganhos de expressividade, talvez, mas sem que esta opção redunde num ganho significativo face ao emprego da forma simples: *Noscere* surge uma vez, mas *cognoscere* “conhecer” ocorre vinte e duas vezes. Também *recognoscere, comprehendere, adimplere, praeparare, reuindicare, deplorare, relinquere, derelinquere, construere, destruere, interrogare* (forma clássica) impõem-se sobre os verbos simples que estão nas suas formações *prehendere, implere, parare, uindicare, linquere, plorare* (em vez do clássico *flere!*). Como se sabe, as formas compostas apropriaram-se do sentido dos verbos simples, que se ajustaram a uma outra semântica, numa transferência de sentido (o caso de *noscere, parare e uindicare*) parece-nos evidente no caso do pt.: dizemos “conhecer”, “preparar”

manger e no it. *mangiare* em confronto com o verbo *comedere*, presente nas línguas da Hispânia. Nestes textos, as duas ocorrências, próprias de um Latim vulgar, suplantam o menos coloquial *edo, esse*, que não ocorre. Pensamos constituir este um bom exemplo de termos percebidos no Latim clássico como de uso excepcional, expressivo ou afetivo (o comediógrafo Plauto usa o termo *manducare!*), mas próprios do registo coloquial que, no Latim do séc. VII, estão perfeitamente integrados na norma culta. Não há uma equilibrada repartição entre *manducare* (uma ocorrência) e *comedere* (quatro ocorrências), pelo que estamos ainda distantes da seleção vocabular isolada que impôs no Oeste a forma *comedere*, e no centro do império a forma *manducare*.

¹³ *Causator* RMC 3, 119 *quod si persecutor in sua perseueraverit contumacia (...) statim causator cum eo contendere dimittat.*

e "reivindicar" para preencher os sentidos dos verbos simples latinos. "Parar" e "vingar" já não significam o mesmo que os seus correspondentes simples latinos, ainda que sejam os seus derivados lexicais. Mesmo assim, os verbos simples *noscere, rogare, e struere* nunca aparecem.

Apontemos alguns exemplos relativos ao léxico. Para exprimir ação volitiva, *desiderare e quaerere*¹⁴ sobressaem, embora o clássico e com variação temática de grau *uelle* apareça com abundância, ainda que em contexto de citação literária (ex. RMC 5, 189 *Qui uult ergo artam et angustam uiam inuenire (...)*. O clássico *loqui* domina as ocorrências, mas surge a forma, por duas vezes, *fabulare*, bem como o termo *fabula* com um enquadramento que permite fazê-lo equivaler a "historietas" e "fala" ex: RMC 8, 252 *habent consuetudinem (...)* *uanis fabulis euagari*; 8, 256 *Solita consuetudine in fabulis et risu frena laxantur* 8, 258 *in coenobio introducantur ut die noctuque non fabulis euagentur*; 13, 449 et alii, (...) *otio et somno uacare cupiunt, et curiosis fabulis sollicitantur*¹⁵

O termo *causa* (quatro ocorrências), da mesma família de *causare* (três ocorrências)¹⁶ e de *causator*, presente no pt. "coisa"; fr. "chose"; it. "chosa" parece-nos, aqui, ainda registar o sentido específico e técnico de "causa", isto é de "argumento jurídico", à exceção de um caso, em que estamos dentro de um uso que se cristalizará nas línguas românicas. Além disso, o termo *res* encontra-se ainda generalizado¹⁷.

Estão plenamente constituídos os advérbios de modo com o ablativo do adjetivo a concordar com o substantivo *mente* (ex: *hilari mente, tota mente, plena mente, intenta mente*), o que nos permite supor a estabilização desta expressão de modo, a caminho da sua cristalização em advérbio.

O termo *uilla*, «quinta; casa de campo» emprega-se para designar o lugar de habitação dos leigos que as tomavam como mosteiros, o que não está longe

¹⁴ Para *quaerere* a semântica pende para "reclamar"; "procurar" ex. RMC 3, 115 *qui et res monasterii iudicet et quaerat*; RMC 5, 159 *quod si aliter fecerint, sciant se uiam quam quaerebant perdidisse*; Mas em RMC 5, 189, o sentido de *quaerere* pende para "o sentido volitivo" *Qui uult ergo artam et angustam uiam inuenire (...)* *et nihil quod propria uoluntas corporis quaesierit*. O sentido clássico de "procurar" e "querer" não estão muito longe. Veja-se a expressão popular, em pt. "O que procuras?" com o sentido de "O que queres?"

¹⁵ O silêncio é o comportamento padrão do monge. Ele deve guardar-se de "falar". O comportamento que se reprova nestes excertos não é necessariamente o "vaguear por histórias vãs" mas o de falar sem o devido consentimento e enquadramento.

¹⁶ Observemos, quanto ao vb. *causare*, o como perto estamos do sentido do fr. "causer"; "discutir, argumentar", que não tem nada que ver com a semântica que os romances hispânicos reservaram para o vb. da mesma origem "causar", que é "provocar, gerar": RMC 3, 108 *ut omnem causandi usum radicitus a suo corde depellat*; 3, 121 *Abbas uero absque usu ullo causandi (...)* *et nullam cum saecularibus causandi licentiam habeat*.

¹⁷ RMC 3, 113 *si certe aliquis insecutor monasterii accesserit et per uim tollere uoluerit, uno de laicis causam iniungat*; RMC 11, 389 *Excommunicandi tamen causam sic abba sic praepositus habeat*; RMC 13, 452 *et alii, alia defendentes et suas causas magnificantes...*; mas 11, 386 *si quispiam captiuorum aliquid alimenti petierit abbatem, aut pro quacumque causa...*

do sentido clássico do termo (*uilla*= *domus rustica*). A arqueologia veio mostrar, por exemplo, em S. Cucufate, que esse foi o destino de algumas *villas* romanas no período tardio: funcionaram como centros de comunidades eclesiásticas e polos de atração da população rural, o que resultou na abundância de topónimos em Português, iniciados pelo termo “Vila”. O emprego do termo diminutivo *uillula* faz-se indiferenciadamente em relação ao grau normal, o que mais uma vez nos alerta para a perda do valor significativo dos diminutivos¹⁸.

O vb. *percunctari* ocorre no Latim arcaico, no Latim de Plauto, de Varrão, de César. A forma desapareceu do fr. e do it., mas conservou-se nas origens do pt. e das restantes línguas hispânicas. Encontramo-lo na RMC por duas vezes, com o sentido específico de “perguntar”, e não do “enumerar” do Latim clássico, sempre a acompanhar a interrogativa indireta, num caso com a conj. *si* utilizada como conjunção interrogativa¹⁹.

O vocabulário das relações familiares, também por se tratar de um domínio da língua sujeito a grande uso, e por isso tendente à conservação, apresenta-nos escolhas que constituem, um dos indícios mais sólidos da constituição de um léxico latino específico deste séc. VII hispânico: *germanus* e *germana* usam-se em vez de *soror* e *frater*. Embora ocorrendo, são reservados para designar a fraternidade espiritual, como se verifica no pt., mas não no fr., por exemplo²⁰. Em Latim, *cognatus* é o parente de sangue. Mas, se observarmos as ocorrências do termo, parece-nos lógico que signifique, neste contexto “cunhado”, pelo menos no primeiro caso, em que se segue a “irmãos” e mais à frente aparece *consanguineus*. Esta designação para o cônjuge dos irmãos não se impôs no fr. nem no it., mas teve continuidade nas línguas da Hispânia.

Do ponto de vista da sintaxe, podem isolar-se também algumas ocorrências, a par com o emprego das formas alternativas de sintaxe mais conservadora, o que pode, de facto, originar-se dentro do que classificámos como emergências inovadoras na escrita de formas consagradas na oralidade, ou de abrandamento do critério de correção do autor. O genitivo partitivo é substituído pela preposição *de* + ablativo²¹. A perifrástica de obrigação *debeo*+*infinitivo* (vinte

¹⁸ *Villa* RMC 1, 9 *solent enim nonnulli, ob metum gebennae, in suis sibi domibus monasteria compone (...)* et in suis sibi, *ut diximus, uillis* et nomine martyrum ecclesias nuncupare ; Mas RMC *uillula* 2, 61 *ut presbyteri saeculares absque episcopo qui per regulam uiuit aut concilio sanctorum patrum per uillulas monasterium consecrare*; RMC 6, 199 *Neque facultates aut uillulas quas semel reliquerunt ulterius possidere praesumant.*

¹⁹ *Percunctare* RMC 4, 133 *percunctentur* *utrum recte abrenuntiauerint an non; si omnia fecerunt quae in Euangelio uoce ueritatis audierunt*; RMC 13, 431 *sollicite ab abbate percunctentur ne fortasse aliquis aduersus aliquem odio liuoris stimuletur.*

²⁰ RMC 13, 455 *Alius de genealogia et de sua gente fatetur esse princeps; alius de parentibus, alius de germanis, alius de cognatis, alius de fratribus et consanguineis et idoneis...;* RMC 17, 597 *non matrem, non germanam, non uxorem, non filiam, non propinquam...;* Pactum 765 *cum parentibus, germanis, filiis, cognatis uel propinquis...*

²¹ RMC 13, 455 *Alius de genealogia et de sua gente fatetur esse princeps*; RMC 1, 20 *et nihil de*

e sete ocorrências) ganha terreno sobre a construção da perifrástica passiva com o adjetivo verbal em *-ndus*, que na RMC não ocorre, à exceção do seu emprego enquanto citação hierárquica²².

Considera-se também em dinamismo o sistema dos verbos copulativos, tão particular no caso do pt. Assim, esse ocorre com as valências clássicas de “ser, estar, ficar”. Mas num caso parece-nos que é o verbo *sedere* “sentar-se”, que preenche o sentido clássico de “ser, ficar”, uma vez que não nos ocorre que um monge em castigo “se sente” sem nenhum consolo dos irmãos, mas sim “que fique,” sem nenhum consolo e companhia dos irmãos²³.

O verbo *tenere*, que significa “prender, erguer, segurar” apresenta-se com este sentido, em particular em contexto de citação. Mas em dois casos nos parece que este verbo invadiu já o campo semântico do *habere*, isto é, que significa não “segurar”, mas sim “ter”²⁴. Conjugado com este elemento anterior, é interessante observarmos que o verbo *habere* se desloca para um uso essencialmente idiomático e perifrástico, em formas que se multiplicam “ter licença de”; “ter de...”; “haver de”⁴. *habere=ter (integrado em perífrase verbal)*, face a um ocaso do seu uso como predicado absoluto²⁵.

Deixámos ficar de parte o estudo das ocorrências pronominais, as construções preposicionais, as mutações nas orações completivas e conjuncionais, com a em regência pontual de um convergente *quod*, antepassado românico do “que”, nas suas múltiplas funcionalidades. Também deixámos de lado a relevante influência do Latim dos Cristãos não só na semântica e na estilística,

propria substantia pauperibus erogant; RMC 3, 113 uno de laicis causam iniungat...

²² RMC 3, 102 *Qualis debeat eligi abbas in monasterio; 5, 157 in tantum debent monachi praecepta oboedire.*

²³ O monge não encontra muitas ocasiões para se sentar, para além do alimentar-se, de algumas sequências litúrgicas e da reunião semanal. RMC 14, 483 *absque ullo sedeat solatio uel conloquio fratrum (...)* *indutus tegmine raso aut cilicio seminudus aut discalceatus opus monasterii exerceat excommunicatus “que fique sem nenhum consolo ou palavra dos irmãos...”* Mas em RMC 17, 587, 588, temos o contexto em que, de facto, os monges se podiam sentar, não no meio das irmãs, como proíbe a regra: *in unam conlationem ad audiendum uerbum salutis (...)* *iuxta uiros sorores sedere non audeant, sed uterque sexus diuisis choris sedeant...* “Que as irmãs não ousem sentar-se ao pé dos irmãos, mas que os dois sexos se sentem em coros separados”.

²⁴ RMC 5, 173 *Grande malum de Aegypto exire, mare transuadasse, tympanum cum Moyses et Maria pharaone submerso tenuisse...* (“ter erguido o tambor...”); mas RMC 6, 214 *Eligatur cellararius (...)* *ita ut semper cellarium teneat propter ipsos paruulos, senes, infirmos uel hospites.* “Seja eleito um dispenseiro que tenha sempre provisão para as crianças, os velhos, os doentes e os hóspedes”; RMC 8, 272, 276 *Et Christum semper in ore habentes (...)* *Et dilectionem Dei et proximi tota mente et fortitudine tenentes;* RMC 15, 532 *Sed si accesserit ut unus sit aeger diuisos terminos teneant...*

²⁵ RMC 3, 123 *habere licentiam cum saecularibus causandi licentiam habeat;* RMC 6, 205 *Illos tamen paruulos quos adhuc in crepundia uidemus tenerulos, propter misericordiam concessam habeant licentiam;* RMC 15, 530 *ipsi monachi cum sororibus quas habent tuendas numquam uno conclauis uel conuiuio edendi licentiam habeant;* RMC 16 568 *Nullam licentiam euagandi habeant sorores;* RMC 17 580 *has duas uices, intrandi et exeundi, licentiam salutandi habere mandamus.*

como também na sintaxe, por influência das traduções latinas da Bíblia grega. E, de facto, não analisámos todo o corpus frutuosiense, no que resultaria um documento demasiado extenso.

Em jeito de conclusão, é aceitável identificarmo-nos com a maioria dos estudiosos do Latim Tardio na Hispânia quando apontam para os traços conservadores do mesmo, e para a presença de fatores de conservação do sistema da língua, como seja a manutenção de uma vida urbana e de escolas episcopais no mundo visigótico. Contudo, o texto escrito analisado testemunha inovações que constituem sinais claros de dinamismo na oralidade, bem como direções para as características das línguas românicas a desenvolverem-se na Hispânia.

BIBLIOGRAFIA

- Banniard, M. (1992) *Viva Voce: communication écrite et communication orale du IV^e au IX^e siècle en Occident Latin*, Paris.
- (1993) “La voix et l’écriture: émergences médiévales”, *Mediévales*, 25, pp. 5-16.
- Bourgain, P. *et all.* (2005) *Le latin médiéval*, Brepols.
- Dias, Paula Barata (2008) *Textos Monásticos de ambiente Frutuosiano* (séc. VII), Coimbra, 2 vols.
- (2008) “Uma nova leitura da vida e da acção de S. Frutuoso à luz das fontes históricas e literárias” *Humanitas* 59 pp. 147-164.
- (2012) “O que liam os monges de S. Frutuoso? A biblioteca essencial do monaquismo na época visigótica”, M. A. Marques, C. Amaral (coords.) *Monasticon, História e Memória, VII Encontro Cultural*, S. Cristóvão de Lafões, pp. 25-38.
- Gaeng, P. (1971) «The Latin Language at the End of the Empire: a phonological and Morpho-syntactic sketch», *Modern Language Studies*, pp. 3-12.
- Herman, J. (1992) “Spoken and written Latin in the Last Centuries of the Roman Empire. A contribution to the Linguistic Theory of the Western Provinces” *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*. R. Whright (ed.), London.
- Löfstedt, E. (1959) *Late Latin*, Oslo. Ed. Consultada trad. it. (1980) *Il latino tardo. Aspetti e problemi, con una nota e appendice bibliografico di Giovanni Orlandi*, Brescia.
- McKitterick, R. (1990) *The Uses of Literacy in Early Medieval Europe*, Cambridge.
- Richter, M. (1983) « A quelle date a-t-on cessé de parler latin? A propos d’une question mal posée », *Annales ESC* 38, pp. 439-448.
- Uyfanghe, M. van “Histoire du latin, protohistoire des langues romanes et histoire de la communication”, *Francia*, 11, pp. 579-613.
- Väänänen, V. (1981, ed. rev. e aum.) *Introduction au Latin Vulgaire* (trad. esp., 1995 *Introducción al Latín Vulgar*, Biblioteca Universitaria Gredos, p. 44 “Latín Tardío (Bajo Latín)”; pp. 45-55 “Fuentes del Latín Vulgar”)
- (1983) «Le Problème de la diversification en latin », *ANRW*, t. 2, 29, 1, pp. 480-506.
- Whright, R. (1982) *Late Latin and Early Romance in Spain and Carolingian France*, Liverpool, 1982.

ROMANÍSTICA SEM LATIM?

Luís M. G. CERQUEIRA
Universidade de Lisboa

Sou latinista de ofício e não tenho a veleidade de ensinar os linguistas românicos a fazerem o seu trabalho nem a intenção de reacender velhas querelas de antigos e modernos, afirmando a importância de um saber em relação a outro, ou de voltar ao «signo do Latim» e a uma medievalidade em que a gramática era a gramática latina ou a uma perspectiva retrógrada como a que levou a que Verney tivesse de quebrar lanças contra os que propugnavam o ensino do Latim como precedência e requisito para o estudo sistemático do Português.

Penso que este tipo de assertividade, tal como a relevância das relações de poder, endémicas na universidade, tem prejudicado mais do que beneficiado a eficácia e a seriedade do trabalho académico. Não digo, pois, que o Latim seja indispensável: de facto nem a própria linguística é indispensável, pois todos nós falávamos e vivíamos antes de estudar linguística.

A minha proposta consiste tão só em apresentar factos que resultam da minha prática de professor de língua latina e que, humilde e honestamente, penso serem de alguma utilidade para um romanista. Trata-se pois, de uma abordagem fundamentalmente prática e as ilações ficarão a vosso cargo.

Também não pretendo discutir do ponto vista administrativo a ausência actual do Latim na formação dos romanistas na universidade portuguesa, fruto de vários circunstancialismos, nomeadamente a impossibilidade de meter o Rossio na Betesga, com a reforma de Bolonha.

Claro que é possível formar um licenciado em estudos românicos sem Latim. Um romanista propriamente dito, já não é certo, são os mestres da linguística românica que o dizem¹, não eu.

Devo dizer que não tenho dúvida de que o mundo não vai acabar já e que acredito que haverá sempre pessoas curiosas que procurem melhorar e aprofundar os seus conhecimentos: nas aulas de Latim da Faculdade de Letras de Lisboa surgem muitos romanistas que fazem a cadeira como opção.

Pretendo apenas, de um ponto de vista prático, reflectir convosco sobre esta utilidade do Latim para a compreensão aprofundada de alguns aspectos da

¹ Heinrich Lausberg, *Romanische Sprachwissenschaft*, trad. port. *Linguística Românica*, 2ªed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981, p. 6, enuncia os seguintes pressupostos para o estudo da linguística românica: «boa formação linguística escolar no campo das línguas (conhecimento do Grego, Latim, Francês moderno, Inglês, Alemão), uma faculdade de pensar orientada para a Matemática, conhecimento das línguas românicas, conhecimento do meio ambiente das línguas românicas (ambiente linguístico e cultural)».

Linguística Românica. Por outras palavras, analisar alguns factos que podem ser úteis para uma percepção da língua e para uma maior consciência das *afinidades genéticas* entre as línguas românicas.

Pretendo dar exemplos de como o conhecimento histórico da língua permite uma consciência linguística de um nível mais profundo, revelando a lógica subjacente à variedade e, por outro lado, demonstrar como o conhecimento de uma diacronia longa permite discernir mecanismos de variação e mudança linguística, recuando até épocas tão remotas quanto possível, numa análise que se centra na gramática histórica do Latim, mas que inclui os dialectos itálicos e o indo-europeu, o diassistema derradeiro, tema musical que unifica todas as variações das línguas europeias actuais.

1. Sincronia e diacronia

Como é sabido, Saussure afirmou que os métodos sincrónico e diacrónico devem manter-se separados, numa oposição irreduzível, e que o método sincrónico se ocupa do estudo das relações entre unidades linguísticas, contemporâneas entre si, enquanto o diacrónico examina o percurso histórico de elementos particulares do sistema, tomados isoladamente. O falante não tem consciência da sucessão dos factos linguísticos. O locutor vive num determinado estado linguístico e, por isso, o linguísta suíço privilegia o método sincrónico.²

Saussure, preocupado em estabelecer firmemente a sincronia e em distinguir o ponto de vista sincrónico do diacrónico, não se apercebe de que a diferença entre ambos é apenas de perspectiva e não procura reconciliá-los. Pelo contrário, transforma a diferença de perspectiva numa insustentável antinomia real, sem se dar conta que o facto diacrónico é na realidade a produção de um facto sincrónico e que a mudança e a reorganização do sistema não são dois fenómenos diversos, mas o mesmo fenómeno.

Esta questão da validade de descrições sincrónicas ou diacrónicas foi desde logo questionada pelos frutos do método comparativo e geográfico, demonstrando-se assim que método diacrónico e sincrónico são membros equivalentes de uma correlação, que se determinam reciprocamente e realizam uma dupla integração. Podem separar-se, naturalmente, é possível considerar-se um fenómeno linguístico do ponto de vista puramente sincrónico. O método não está errado, mas simplesmente incompleto.

A escola de Praga afirma que a linguagem é um sistema de meios de expressão, funcionando com um objectivo que não é necessariamente

² “L’opposition entre les deux points de vue — synchronique et diachronique — est absolue et ne souffre pas de compromis.” Ferdinand de Saussure, *Cours de Linguistique Générale* (édition critique préparée par Tullio de Mauro), Payot, Paris, 1982 (mesma paginação que a edição original), pp. 119ss.

comunicativo. Assim, não é possível compreender um facto linguístico sem desenvolver ao mesmo tempo uma compreensão do sistema. Se uma análise sistémica do material é a única maneira possível de conhecer a natureza do objecto, é necessário ultrapassar a fronteira traçada pela escola de Genebra. A diacronia não exclui o estudo da função e do sistema e, por outro lado, sem a sincronia a perspectiva diacrónica fica incompleta, não tem entidade sem si mesma, diria Saussure. Esta funcionalidade da diacronia lança luz sobre a linguística comparativa, permitindo reconhecer leis estruturais dos sistemas linguísticos, diacrónica e sincronicamente.

A desconstrução da antinomia saussureana foi levada a cabo sobretudo pela importante obra de Eugene Coseriu, *Sincronia, diacronia e historia*.³ Demonstra-se no fundo que a língua, abstracção, sistema estático, é apenas uma construção mental, motivada pela necessidade da investigação e que não há nenhuma contradição entre sistema e historicidade, mas que, pelo contrário, a historicidade da língua implica a sua sistemacidade.

A estrutura sincrónica, a variabilidade diacrónica e a organização social sincrónica em vizinhança ou em conglomerado formam em conjunto um sistema axial tridimensional. À estrutura sincrónica cabe a função linguística da comunicação dentro de uma comunidade, enquanto a diacronia e a geografia enquadram esta função no espaço e no tempo.⁴

2. O ponto de vista particular do latinista

Deixando agora os aspectos teóricos, passo à apresentação de alguns factos linguísticos que permitem uma compreensão aprofundada do sistema das línguas românicas, revelando unidade e lógica que de outro modo nos escapariam. Aproximamo-nos, assim, do estruturalismo diacrónico da Escola de Praga.

Estes exemplos são sobretudo exemplos da morfologia histórica do verbo latino.

Para um professor de Latim há necessariamente uma dimensão histórica a condicionar a linguística da fala. Um latinista tem de ler com os seus alunos textos distantes no tempo, devido à amplitude do arco cronológico em que o Latim foi língua materna. Ou seja, a questão da diacronia é inevitável para um latinista.

Quando traduzimos com os nossos alunos, esta realidade está sempre presente, em termos de competência de fala: *luxuries* significa esbanjamento em Salústio, mas nos padres da Igreja é certamente luxúria. O sentido

³ Eugene Coseriu, *Sincronia, diacronia e história*. El problema del cambio lingüístico, Montevideo, 1958.

⁴ Lausberg, *op. cit.*, p.14.

etimológico guia-nos e unifica esta variedade: *luxuries* remonta a uma raiz **luc*, que tem a ideia de torsão. Daí a luxação. A palavra é aplicada a uma vegetação que, de tão viçosa, cresce de través, torcida. Uma vegetação luxuriante. Da ideia de viço da vegetação resulta a evolução no sentido de excesso. O viço passa a vício.

Neste caso a perspectiva histórica explica o uso da fala, unificando num sistema organizado elementos aparentemente diversos, em que é possível descortinar uma lógica que à superfície nos escapa, revelando uma regularidade que sincronicamente dificilmente será percebida.

Por outro lado, permite ao falante um desempenho mais competente. Um licenciado em linguística, diante de uma determinada paisagem, pode hesitar na utilização do adjetivo «luxuriante», pois se trata de um vocábulo cujo sentido exacto não lhe é claro, o mesmo não acontecerá certamente com o nosso romanista esclarecido.

O latinista, por seu turno, necessita de ter noção do valor inicial da palavra, pois autores mais ciosos da sua erudição podem lembrar-se de o utilizar no seu sentido etimológico, o que ocorre mesmo em épocas bastante tardias. Um autor mais erudito usa por vezes um termo no sentido etimológico e há que ter consciência desse valor. *Felix culpa*, do precónio pascal da liturgia cristã, é «ditosa culpa» ou «culpa fecunda, produtiva»? Ao deparar com a expressão *Arabia Felix* num mapa, precisamos de saber que não se trata de uma região onde todos os árabes são felizes, mas que é a zona fértil da Arábia, por oposição à *Arabia deserta*. A raiz **bher*, cujo primeiro sentido é «gerar», explica os sentidos do verbo latino *fero*: gerar, levar, trazer, carregar, suportar, dizer (gerar palavras) e ajuda-nos a perceber o verbo inglês *to bear (a child)*: de facto, gerar uma criança, estar grávida, é também carregá-la de um lado para o outro. É a rotação das consoantes no germânico, ou lei de Grimm, que nos permite reencontrar a neoplatónica unidade perdida: *fero* é *to bear*, *frater* é *Bruder* e *brother*, *pater* é *Vater* e *father*.

3. O verbo latino e o verbo português

Esta apresentação resulta da minha experiência no ensino da morfologia histórica do verbo latino, que permite aos estudantes aceder a uma lógica do sistema de que anteriormente não tinham consciência. Essa consciência aprofundada é certamente pertinente para quem estuda o verbo português, que segue muito de perto o verbo latino.

Começaremos pelo verbo *ser*, limitando-nos às formas com continuidade em Português. Eu *sou*, tu *és*.

Ao compulsar o texto sobre os verbos isolados ou anómalos de José Maria Piel, encontramos a seguinte explicação para o presente do indicativo:

«Na conjugação do verbo ser, concorrem nada menos de três temas diferentes. A 1ª sg. ind. soava antigamente *som*, são, reflexos normais de *sum*, cf. *entom*, *entam*, *então*, *intunc*. A forma moderna, sou, criou-se, ao que parece, por analogia com estou, vou e dou, a não ser que se prefira explicá-la como procedendo de outra variante arcaica, soo, em que o *o* final se pode interpretar como análogo com a desinência regular da 1ª pessoa de outros verbos, fenómeno que efectivamente se produziu no italiano *sono*. No tempo de Fernão de Oliveira, as quatro variantes apontadas rivalizavam umas com as outras (1536). A terceira pessoa *est*, é representada por *é*, quando seria de esperar *es*, como em espanhol. D. Carolina de Michaelis julga tratar-se de um paralelismo de *hás*, *há*, com que se procurou salvar a distinção formal entre a 2ª e 3ª pessoas, interpretação engenhosa a que nada há a opor [a não ser que é uma relação que se encontra em todos os verbos da língua Williams § 198]. O leonês tem correspondentemente *yes* e *ye*. O espanhol saiu deste dilema conservando *es* para a 3ª pessoa e recorrendo a *eres* para a 2ª (tratar-se-á com efeito do futuro *eris*, como opina M. Pidal?) *Somos* e *são* (*ant. som*, *sam*) condizem com *sumus* e *sunt*, ao passo que *sois* não tem evidentemente nada a ver com *estis*, mas deriva de uma invulgar inovação anológica, **sutis*. É sabido que o infinito ser, ant. seer, não assente em esse nem em essere, mas em sedere, verbo que explica não só as formas derivadas do infinito, serei, seria, mas também do imperativo. Sê, o gerúndio sendo e o conjuntivo seja.»⁵

A análise habitual na linguística românica preocupa-se, pois, apenas com a forma *sois*.

Ora se eu viesse de outro planeta, ou de uma família linguística diferente, para ser mais próximo e procurasse não só fixar a forma – e então a resposta é «porque sim» – mas perceber a lógica subjacente à ideia de flexão, esta descrição, que tem já um elemento diacrónico, não nos resolve o problema principal. Porquê *sou* e *és*, *é* e *somos*?

O problema não é a formação anológica de *sois*, o que é necessário entender é a alternância *sum/ es*.

A raiz indo-europeia surge nas línguas históricas com um vocalismo alternante entre o grau zero e o grau *e/o*. Verificamos esta alternância em *uolo*, *uelle*; *tego*, *toga*; *gnatura* (grau zero), *genus*.

Ora é esta alternância que explica as formas aparentemente tão irregulares do verbo ser, permitindo perceber o sentido da irregularidade aparente. É de facto a mesma raiz, apesar de ser um radical diferente. *Sum*, *es*, *est*, *sumus*, *estis*, *sunt* apresentam o grau zero, *s* e o grau *e*, *es*.

Este facto tem, naturalmente, consequência multiplicativas: com a forma resultante por assimilação temos *possum*, *potes*, *potest*, em Português

⁵ Joseph-Maria Piel, *A flexão verbal do português* (1944) (Estudo de morfologia histórica) in *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1989, pp. 225-226.

parcialmente regularizada sobre o modelo dos verbos de segunda conjugação (lat. vulg. *potere* poder, presente *possum, potes, potet, potemus, poteis, potent*).⁶ A informação mais relevante para a compreensão do verbo português encontra-se, por conseguinte, na formação do verbo latino.

O perfeito *fui*, também com continuidade em Português, resulta da oposição aspectual indo-europeia entre *infectum* e *perfectum*, tão fundamental que são utilizadas raízes diferentes em cada um destes aspectos. A marca de tempo em indo-europeu era exterior ao verbo e a noção de aspecto, indicação sobre a acção internamente considerada, era basilar. Este lado conservador é naturalmente mais visível nos chamados verbos fortes, preservados da analogia pelo uso frequente. Outro tanto acontece com *fero/tuli*.

O imperfeito do indicativo *eram*, com continuidade no port., explica-se pelo rotacismo, *es-a-m*. O rotacismo é um fenómeno fonético que consiste na mudança do *-s-* intervocálico para *-r-* e é relevante para a compreensão do sistema do verbo latino e português. Temos assim o radical de grau *e*, com rotacismo, *es > er*, o morfema de pretérito, *-a-*, e a desinência, *-m*. Por isso dizemos *era*.

O mesmo acontece no mais-que-perfeito, *fuera* < *fu-es-a-m*, com um morfema secundário de perfeito *-is-* com metafonia e rotacismo.

O imperfeito do conjuntivo latino formava-se através do morfema *se*, tal como o mais que perfeito do conjuntivo. *Es-se-m, fu-is- se-m*. Contudo o rotacismo disfarça esta relação nos verbos regulares: *laudarem* < *laudasem*, imperfeito do conjuntivo que se mantém em sardo e em castelhano. A forma do mais-que-perfeito, *lauda-u-is-s-em*, que em Português deu origem ao pretérito imperfeito do conjuntivo, é constituída por um tema *lauda*, um morfema principal de perfeito *u*, um morfema secundário de perfeito *is*, um morfema de conjuntivo *se* e uma desinência *m*. O imperfeito do conjuntivo latino dá, isso sim, origem ao infinitivo pessoal do Português: *louvar eu, louvares tu, louvar ele, louvarmos nós*, etc.

Outro fenómeno fonético crucial para a compreensão do sistema verbal latino é a apofonia. Consiste no fechamento de vogal breve quando passa a sílaba medial, e explica-se pelo acento intensivo que existia em Latim na primeira sílaba e que protegia a sílaba inicial, mas que, quando a sílaba se torna medial, deixa de exercer essa acção. Havia também um acento propriamente dito *ad cantum*, curiosamente com apofonia também, cantado um intervalo musical de quinta acima das átonas.

Assim, *premo* dá origem a uma grande quantidade de verbos compostos, todos eles com continuidade no Português: *deprimo, exprimo, imprimo, reprimio, comprimo, suprimo*. Percebe-se como se reconstitui uma unidade

⁶ Edwin Williams, *From Latin to Portuguese: historical phonology and morphology of the portuguese language*, University of Pennsylvania, Philadelphia, 1938, § 192.

de que se perdera a coerência pela simples tomada de consciência de um fenómeno fonético.

Ao nível da fala, temos uma vaga percepção de que *fácil* é aparentado com *difícil*, mas o linguista tem a ambição de perceber o que acontece e o que acontece é a apofonia: *fácilis* / *difficilis*.

Na sequência do que se disse sobre o estruturalismo diacrónico de Jakobson, o Latim permite a percepção de algo a que poderíamos chamar de super-estruturas, no sentido de categorias verbais que permanecem, para além da continuidade das formas que historicamente as exprimem.

Um exemplo é a categoria verbal voz: em indo-europeu, não existia uma oposição activa / passiva, mas uma oposição activa/ média. Claro que a designação é posterior à criação da passiva a partir dos morfemas da voz média. A voz média, que se mantém em Grego, exprime a implicação afectiva do sujeito na acção. Em Latim, manteve-se de forma residual nos chamados verbos depoentes assim chamados porque «depõem» as formas activas, verbos como *nascor* e *morior*, que designam processos em que o sujeito está profundamente implicado. Porém, a consciência desta função foi-se perdendo e começam a surgir duplicados activos dos verbos depoentes que gradualmente desaparecem e não chegam às línguas românicas.

Contudo, a categoria permanece nas línguas românicas. *Queixar-se* não é transitivo e a conjugação pronominal reflexa não é de facto reflexa, nem recíproca. Ninguém queixa alguém. O processo é semelhante em Francês: *se plaindre*. Entrevemos, assim, uma categoria que no fundo é um verbo depoente, porque se conjuga apenas na voz média, ainda que com outros morfemas. A nova nomenclatura gramatical do Português dá conta desta particularidade, chamando-lhe «conjugação inerente».

Outro exemplo: existiam em indo-europeu três modos: real, potencial e irreal. Ou, se quiserem, indicativo, conjuntivo e optativo. A presença da superestrutura tripartida é muito clara na sintaxe latina da oração condicional, contudo a expressão do modo optativo é, em Latim, basicamente assegurada pelo imperfeito do conjuntivo. Em Português, o condicional, que não existe em Latim, vem proporcionar uma nova forma para uma categoria modal antiga, uma super-estrutura.

Uma categoria verbal produtiva em Português com continuidade de morfemas é o aspecto incoativo, tendo nós uma vasta panóplia de verbos que remontam ao sufixo – *sc* – usado na formação de incoativos em Latim (adormecer, anoitecer, etc). O sufixo em Latim só era possível no sistema do *infectum* e assim temos *suesco/ sueui*, *adulesco/ adoleui*. O adolescente é, pois, aquele que começa a ser e se torna cada vez mais adulto.

A larga cronologia do Latim pode ainda ser útil para compreender a mudança linguística, característica ineludível de qualquer língua. Por detrás

da mudança está a variação linguística, fenómeno inerente aos sistemas e que lhes confere um carácter heterogéneo, embora funcionalmente organizado e em equilíbrio, fruto de equilíbrios renovados. A atenção aos traços variáveis da língua implica a comparação diacrónica e é também ela esclarecida nos seus processos e causas pela consideração de uma cronologia longa e documentada, como é o caso de uma língua que funcionou como língua materna durante mais de mil anos, com registo escrito.

Um exemplo é o que se passa com o desaparecimento do sistema do *infectum* passivo em *-r*. A ambiguidade básica do participio, assim chamado porque participa simultaneamente do sistema verbal e do nominal, como adjectivo, deu origem a uma ambiguidade criadora de instabilidade no sistema latino: *templum apertum est*, o templo está aberto ou o templo foi aberto, em que o participio tanto pode ser entendido como adjectivo como como forma verbal, criou uma ambiguidade resolvida pela criação de um perfeito passivo em *amatus fui*, o que fez com que o sistema se reorganizasse em *amatus sum/ amatus fui*, desaparecendo as formas passivas em *-r*, do sistema do presente, do tipo *amor*. Neste caso não foram factores externos que causaram a mudança no sistema, que os saussureanos queriam imutável, mas uma imperfeição do próprio sistema que conduziu à alteração. É certo que a escolha do verbo *ser* é intencional, mas muito do que foi dito se aplica ao verbo regular. Veja-se o quadro das continuidades:

Latim	Português
Temas em <i>a</i>	temas em <i>a</i> (laudare>louvar)
Temas em <i>e</i>	temas em <i>e</i> ou <i>i</i> (ardere >arder, abolere> abolir)
Temas em <i>i</i> e <i>ĩ</i>	mantiveram-se sem grandes alterações (audire> ouvir, fugere> fugir)
Temas em consoante	temas em <i>e</i> ou aos temas em <i>i</i> (dicere> dizer, flectere >flectir)

Desaparece, pois o tema em consoante. Em Português temos os temas em *a*, *e*, *i*. (*pôr* é apenas um antigo tema em *e*, antigo *poer*.)

Voz Activa

Latim	Português
Presente ind. (<i>amo</i>)	idem
Presente conj. (<i>amem</i>)	idem

Pret. imperfeito ind. (<i>amabam</i>)	idem
Pret. imperfeito conj. (<i>amarem</i>)	≠ infinitivo pessoal
Futuro ind. (<i>amabo</i>)	sem continuidade
Pretérito perf. ind. (<i>amaui</i>)	idem
Pret.perf. conj. (<i>amauerim</i>)	≠ confundiu-se com o futuro perf. para formar o futuro do conjuntivo
Pret. mais-que-perf ind. (<i>amaueram</i>)	idem
Pret. mais-que-perf. conj. (<i>amauissem</i>)	≠ pret. imperf. conj.
Futuro perf.	≠ futuro do conjuntivo

Voz passiva¹

Latim	Português
Todos os tempos do infectum	sem continuidade
Tempos do perfectum	passaram aos tempos correspondentes do infectum

Formas nominais

Latim	Português
Infinitivo presente activo (<i>amare</i>)	idem
Infinitivo presente passivo (<i>amari</i>)	sem continuidade
Infinitivo perfeito activo (<i>amauisse</i>)	sem continuidade
Infinitivo perfeito passivo (<i>amatum esse</i>)	Infinitivo presente passivo
Infinitivo futuro activo (<i>amaturum esse</i>)	sem continuidade
Infinitivo futuro passivo (<i>amatum iri</i>)	sem continuidade

Os participios passaram ao Português sistematicamente no caso do participio passado (*amatum*) e residualmente no caso do participio futuro, substantivado (o nascituro) e do participio presente. A maior parte das formas que desapareceram foi substituída por formações perifrásticas construídas com o participio passado e os verbos ter e haver. Ex. *amare habeo* > *amar hei* > *amarei*.

4. Conclusão

As conclusões ficam ao alvedrio de cada um de vós. Penso, sinceramente, que um romanista não necessita de um conhecimento funcional do Latim de tal ordem que lhe permita ler facilmente os textos latinos, competência que só se desenvolve ao longo de muitos anos, mas pelo que fica exemplificado haverá certamente vantagem num contacto linguístico que lhe permita a compreensão do sistema.

O grande diassistema não é a língua românica, nem mesmo o Latim, mas certamente o indo-europeu. Mas recuar uma casa relativamente ao estudo habitual das línguas românicas, que apenas se ocupa da evolução do Latim ao Português, pode ajudar a perceber. De facto, a estrutura básica do sistema é anterior a esta fase. Para compreendermos alguma coisa, no sentido etimológico de apreender um sistema, uma lógica, um sentido, temos de querer saber de tudo, mesmo Latim. O sentido está lá, se quisermos procurá-lo.

BIBLIOGRAFIA

- Coseriu, Eugene (1958), *Sincronia, diacronia e historia. El problema del cambio lingüístico*, Montevideo.
- Lausberg, Heinrich (1981), *Romanische Sprachwissenschaft*, trad. port. *Linguística Românica*, 2ªed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Piel, Joseph-Maria (1944), *A flexão verbal do português* (Estudo de morfologia histórica). In: *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa* (1989), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Saussure, Ferdinand de (1982), *Cours de Linguistique Générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris, Payot.
- Williams, Edwin (1938), *From Latin to Portuguese: historical phonology and morphology of the portuguese language*. Philadelphia, University of Pennsylvania.

CONSIDÉRER L'ENSEMBLE DES LANGUES ROMANES A-T-IL UN SENS AUJOURD'HUI ?¹

JEAN-MARIE KLINKENBERG
Académie royale de Belgique - Université de Liège

Le romaniste a volontiers le regard tourné vers le passé. Dans ma communication, je tenterai de ramener ce regard vers le présent, et même de l'orienter vers l'avenir.

1. Introduction

1.1 Deux anecdotes

Qu'il me soit permis de commencer par deux anecdotes.

La première est celle de l'expérience qui fut la mienne lorsque j'entamai, il y a assez longtemps déjà, des études qui devaient m'amener à porter le titre de licencié en philologie romane. Dans la partie francophone du pays d'où je viens, c'étaient en effet ces études-là que devait entreprendre celui ou celle qui se destinait à être professeur de langue maternelle. «Philologie» donc, conformément à une tradition originaire d'Allemagne, où s'étaient formés les pères fondateurs. En première année, en bons philologues, nous recevions des cours de phonétique et de morphologie historiques du français. Puis, en seconde année, nous abordions l'étude de deux langues sœurs de la nôtre : l'italien et l'espagnol. Ce cours unique présentait une originalité qui fait, aujourd'hui, s'écarquiller les yeux de biens des spécialistes en didactique des langues étrangères lorsque je leur en parle. Nous étudions en effet ces langues de front : l'article en espagnol et en italien, le pronom personnel en espagnol et en italien, le passé simple en espagnol et en italien... Pour justifier cette méthode, le professeur s'appuyait sur nos acquis en phonétique et en morphologie diachroniques. Nos connaissances de ces phénomènes historiques lui permettait d'expliquer dans une large mesure non seulement les apparentes irrégularités à l'intérieur d'une même langue — le «ue» de «puedo» et «puede» qui correspond au «o» de «poder» et de «podemos» parce que le premier est l'aboutissement de la diphtongaison du second —, mais aussi et surtout les concordances systématiques que nous étions invités à relever entre les deux langues étudiées, même lorsque celles-ci semblaient peu évidentes au premier abord. Connaître l'accentuation du mot «azúcar» permettait d'accentuer correctement «zucchero» en italien, même si l'accent n'était pas écrit sur ce dernier mot.

¹ Le présent texte fait usage des rectifications de l'orthographe française de 1990, conseillées par toutes les instances francophones compétentes, dont l'Académie française.

De cette méthode originale et à laquelle je reviendrai, je bénéficie encore aujourd'hui, grâce au sentiment des équivalences qu'elle a créé en moi. Si je ne possède pas un mot dans une langue romane que j'ai apprise, et que je le possède dans une autre, je ne crains désormais pas de l'inventer. Et — miracle — ce qui est invention a fréquemment les allures de la vérité.

La deuxième anecdote est la suivante. Durant pas mal d'années, j'ai été chargé d'assurer un cours de «Introduction aux études de linguistique romane», qui devait par suite porter l'intitulé de «Introduction à l'histoire des langues romanes». Cet enseignement était primitivement destiné aux étudiants débutants en philologie romane (ou en «Langues et littérature romane», comme on dit aujourd'hui, le mot de philologie étant tombé en désuétude). Le cours fut par la suite offert également aux étudiants en «Langues et littérature modernes», une formation nouvelle qui fut créée pour répondre aux besoins immédiats du marché en langues, en permettant aux étudiants d'opter pour des combinaisons comme italien-anglais, espagnol-néerlandais ou arabe-allemand. Un jour, lors de la dernière leçon du cours, une étudiante de cette filière, qui s'est par la suite révélée comme excellente, s'est approchée de moi. Elle me confia avoir été conquise par l'esprit de la linguistique, qui lui faisait voir la langue sous un regard bien différent de celle que jette sur cet objet la grammaire utilitaire, et s'être beaucoup amusée à observer avec moi la vie des langues. Mais, me demanda-t-elle, quelle pouvait bien être, en dehors de cet amusement, l'intérêt de cet examen synoptique des langues romanes pour des gens comme elle, commençant ces études à la fin du XXe siècle ? Cet examen avait un sens à ses yeux tant qu'il y avait une unité des langues romanes. Or, si l'on excluait le fait que nombre de langues romanes avaient été par la suite irriguées par le latin, cette unité avait disparu au haut Moyen-âge. Cette étudiante ne pouvait évidemment savoir que Marius Sala avait écrit en 1996, à peu près au moment de notre dialogue, un petit essai intitulé *L'unité des langues romanes*, où il énumérait, comme elle, les deux facteurs fondamentaux de l'unité latine : la composante latine héritée et la composante latine savante. Mais Sala ne lui aurait, pas plus que moi, donné une réponse satisfaisante à ses yeux, car il n'ajoutait qu'un seul autre facteur d'unité aux deux premiers : les influences réciproques entre langues romanes.

Sans doute ému par ce qui pouvait apparaître comme une mise en question de mon enseignement lui-même (bien qu'énoncée sans agressivité), je manquai sans doute d'esprit d'à-propos. Car la seule réponse que je pus alors faire à mon étudiante fut de lui raconter la première anecdote, qui, ma foi, la satisfit d'ailleurs.

1.2 Une perspective sociale

Mais la question avait été posée, et sans doute méritait-elle d'autres réponses que celles que Sala apportait, même complétées par la mienne.

Ce sont ces réponses nouvelles que je voudrais explorer avec vous dans cette dernière conférence, et de manière un peu plus approfondie que je ne l'ai fait avec mon étudiante.

La question est donc la suivante : quel peut bien, dans ce XXI^e siècle maintenant bien engagé, être l'intérêt pour chacune de nos langues de se positionner par rapport aux autres langues qui ont partagé avec elle l'aventure de leur enfance (une aventure bien lointaine, puisqu'aujourd'hui, la vraie aventure de nos langues, c'est celle du contact qu'elles vivent toutes avec la seule langue hypercentrale) ? En d'autres termes, la question est : considérer l'ensemble des langues romanes a-t-il un sens aujourd'hui ? En termes plus anthropomorphiques, elle se formule de la manière suivante : quelle solidarité unit les langues romanes aujourd'hui ?²

Comme la chose m'a été demandée, j'adopterai ici une perspective sociolinguistique. Celle qui innerve mon petit manuel d'introduction aux langues romanes.³ La demande de nos collègues de Coimbra était d'autant plus stimulante pour moi que je ne suis pas seulement un académique, mais que je suis aussi, en Belgique francophone, président du Conseil de la politique linguistique. Or, la ligne de force de mes conceptions en gestion linguistique est que les langues sont faites pour ceux qui les parlent, et non le contraire.⁴ Une perspective qui devrait nous préserver de tout esprit essentialiste dans le débat qui nous occupe.

En effet, insister sur la latinité de nos langues peut aussi renvoyer au désir de les arrimer à un système de références idéologiques, au nom du grandiose passé romain. En une démarche essentialiste, les usagers des langues romanes se voient ainsi parfois intégrés à une collectivité mythique (quand on ne fantasme pas sur une bien suspecte « race latine ») ; mythique dans la mesure où les groupes que constituent ces locuteurs ont des origines, des cultures et surtout des statuts sociolinguistiques tels qu'il est bien malaisé de percevoir leur unité.

C'est de ces hésitations que témoigne le destin de l'Union latine⁵. Le préambule de la Convention de Madrid de 1954, qui instituait cette organisation internationale, se réfère ainsi aux «valeurs spirituelles» d'une «civilisation humaniste et chrétienne» et entend promouvoir une «culture latine» qui est à la fois bien mystérieuse et prometteuse d'interculturations. Mystérieuses, puisqu'il ne s'agit pas de celle de la Rome antique (excepté peut-être en ce qui concerne une certaine tradition juridique et toutes les

² Titre de la table ronde tenue le 4 février 2010 lors du salon Expolangues de Paris, où l'hôte d'honneur était le catalan (cfr AAVV, 2010).

³ J.-M. Klinkenberg 1994.

⁴ Cf. J.-M. Klinkenberg 2000.

⁵ Qu'on ne confonda pas avec son homonyme, qui, en 1865, fut la première forme d'union monétaire entre des pays européens.

strates mnésiques qui survivent chez certains descendants de ceux qui furent en contact avec l'empire, traces que Vasco Gil Mantas a bien décrites au début de ce colloque). D'autant plus mystérieuse et sans doute même mystifiante, car en se fondant sur l'association linguistique, l'Union met en contact — et de plus en plus intensément — des entités variées quant à leurs situations linguistiques et culturelles, leurs niveaux économiques et leurs organisations politiques.

De plus en plus intensément, car l'Union a bien évolué.

Regroupant initialement une douzaine d'États, l'Union ne s'est réellement dotée de moyens qu'en 1983, sous forme d'une organisation intergouvernementale impulsée par la France, qui en est le plus gros contributeur avec l'Italie. Elle compte aujourd'hui 36 membres (la plupart en Amérique latine, qui est donc son centre de gravité), dont neuf en Europe et six en Afrique, ainsi que quatre observateurs permanents (dont le Saint-Siège). La répartition des langues est inégale : la plupart des pays de langue portugaise en font partie, mais la Belgique, la Suisse et le Canada en sont absents, de même que les pays francophones d'Afrique (Sénégal mis à part) et de l'Océan Indien. Ces disparités en réduisent évidemment quelque peu le poids politique et économique.

Si elle s'est d'abord surtout vouée à la promotion des cultures des pays membres, notamment dans les domaines des beaux-arts et de la littérature, l'Union latine a par la suite redéployé ses activités en direction de la promotion et de l'enseignement des langues romanes d'une part (avec sa Direction de la Promotion et de l'Enseignement des Langues, DPEL), de la terminologie et des industries de la langue d'autre part (avec sa Direction terminologie et industries de la langue, DTIL).

Ce sont ces deux orientations qui vont structurer la suite de mon exposé.

2. Solidarités didactiques

Sur le premier versant, l'Union est active dans l'élaboration de programmes didactiques, disais-je. Et cette première mission me ramènera à ma première anecdote.

2.1 Programmes d'acquisition

Le premier rôle que les romanistes peuvent aujourd'hui jouer sur le front de la didactique est en effet la production de méthodologies d'acquisition linguistique.

Il s'agit, on l'aura compris, de tirer parti des correspondances typologiques entre langues romanes, corollaire de leur origine commune, pour mettre au point des méthodes d'acquisition interlinguistique.

Ce type de méthode présente plusieurs caractéristiques intéressantes.

Elle permet de maintenir distinctes les perspectives historiques et typologiques : les proximités typologiques sont en effet dans une large mesure une conséquence de leur communauté historique; mais cette dernière ne débouche pas fatalement sur la production de proximités typologiques. Elle permet aussi de surmonter la distinction entre diachronie et synchronie : repérer la régularité d'apparition de la diphtongue «ue» dans la conjugaison espagnole est observer un fait de synchronie, même si nous savons qu'elle est la résultante d'une évolution phonétique.

Cette méthode est généralisable et transposable : elle rend l'acquisition de langues d'une même famille de moins en moins couteuse au fur et à mesure qu'on les multiplie. Car, créant le sentiment aigu des équivalences, elle démultiplie les compétences. Économique, elle est donc aussi du coup de nature à dédramatiser le rapport aux langues étrangères durant l'apprentissage (surtout si l'on songe que, depuis un demi-siècle, les modèles d'acquisition, centrés sur la communication, se sont modifiés, et ont suscité des rapports nouveaux à l'erreur).

Enfin, transposable, elle l'est à d'autres langues que les langues romanes : les étudiants en langues slaves, ceux qui étudient les langues germaniques, et parmi ceux-ci, ceux qui étudient les langues nordiques, peuvent évidemment aussi en tirer un parti. Et ce sont même ces derniers qui ont montré la voie : les petits Scandinaves se voient offrir, depuis près d'un siècle et dans le cadre de leur cours de langue maternelle, une initiation aux autres langues du même groupe...

2.2 Programmes d'intercompréhension

En matière d'acquisition d'idiomes étrangers, une conception globalisante des langues joue de vilains tours, comme elle en joue sur l'idée de la maîtrise de la langue maternelle⁶ : nous vivons en effet volontiers dans l'idée qu'apprendre une langue, c'est nécessairement tendre à en avoir une maîtrise intégrale, à l'émission comme à la réception, à l'oral comme à l'écrit. Idéal dangereux car, comme celui d'une compétence totale en langue maternelle, il place les objectifs hors d'atteinte. Or les besoins communicationnels sont tels qu'on peut souvent se satisfaire d'un bilinguisme partiel, tantôt écrit tantôt oral, tantôt actif tantôt passif. Si l'on accepte cette idée d'une variabilité des objectifs, on pourra mettre sur pied des méthodes d'acquisition ciblée des langues, rapides et peu couteuses, et parmi celles-ci de véritables kits de survie linguistique visant à fournir des compétences exclusivement réceptives. De telles compétences permettent, par exemple, la communication interlinguistique dans des réunions internationales grâce au bilinguisme symétrique : dans ce bilinguisme symétrique, chaque

⁶ Cf. J.-M. Klinkenberg 2000.

partenaire de la communication continue à parler sa propre langue, mais écoute ce que l'autre dit dans la sienne. Beaucoup de discussions, dans des groupes de travail internationaux, privés comme publics, commencent par des efforts de bilinguisme généralisé ou par des échanges dans une langue fédératrice unique — l'anglais —, mais se terminent par une pratique générale du bilinguisme symétrique. Une telle pratique est également courante dans les ministères fédéraux du pays d'où je viens. Et sa faisabilité comme sa rentabilité sont illustrées par les réunions scientifiques qui, comme celle-ci, rassemblent des personnes parlant chacun leur langue romane.

Ce type de pratique encourage un apprentissage sur le terrain que l'on pourra appeler «passif» mais que je préfère nommer «intuitif». L'apprenti philologue que j'étais s'est jadis surpris à pouvoir lire sans difficulté des livres entiers en catalan, avec pour seules bases cet ancien français qu'il fréquentait depuis le début de ses études et le castillan qu'il venait d'acquérir comme on l'a vu. Cette appropriation intuitive ne permet évidemment ni la compréhension parfaite à l'audition, et moins encore le maniement actif, et elle ne met pas à l'abri des faux amis. Elle peut toutefois être très satisfaisante pour atteindre certains objectifs, comme ceux qui étaient alors les miens avec le catalan, et je m'imagine que mon cas peut aisément être transposé.

Mais on peut évidemment aller au-delà de ces expériences sauvages, et systématiser ce qui n'est qu'intuition, par la mise au point de méthodes centrées sur la seule intercompréhension.

Cette pratique a aussi, à côté de son évidente utilité technique, une signification éthique. Dans le bilinguisme symétrique en effet, chaque interlocuteur conserve sa langue, et donne à sa manifestation momentanée le niveau de nuance qui lui semble souhaitable, tandis qu'il reconnaît l'Autre dans son originalité irréductible.

La proximité typologique des langues romanes les recommandent pour de telles formations s'assignant des objectifs modestes mais réalistes. Elles ont ainsi très tôt suscité des réflexions programmatiques⁷ et inspiré plusieurs programmes.⁸ L'Union latine a bien compris l'importance de ce gisement. Elle a dès lors contribué à l'élaboration de tels programmes, souvent élaborés en partenariat avec la Délégation générale à la langue française et aux langues de France, avec le Mercosur educativo⁹ et avec l'Agence universitaire de la Francophonie. Songeons au manuel EuRom 4¹⁰, qui propose des leçons mobilisant l'espagnol, le français, l'italien et le portugais (la refonte EuRom

⁷ E.g. L. Dabène 1996; C. Blanche-Benveniste 1997a

⁸ C. Blanche-Benveniste & A. Valli 1997b

⁹ Cf. V. Bertolotti, G. García, L. Pugliese 2002

¹⁰ C. Blanche-Benveniste & A. Valli 1997b

5 accueillant en outre le catalan). L'Union encourage également la mise au point de pédagogies interlinguistiques de formation de formateurs, dont on peut regretter que des freins limitent leur généralisation. Bien que la réflexion sur l'intercompréhension se développe spectaculairement de nos jours,¹¹ il reste évidemment — et ce n'est pas une mince affaire — à faire admettre aux responsables de l'éducation dans nos pays la rentabilité de telles méthodes.

2.3 Programmes d'éveil aux langues

La romanistique peut aussi servir un troisième type de programme didactique.

Dans les années 1980 en effet, est né un nouveau paradigme pédagogique allant dans le même sens que l'intercompréhension. Ce sont les programmes d'éveil aux langues (*language awareness*), lancés en Grande-Bretagne¹² puis repris ici et là, et notamment dans des pays de langues romanes.¹³

Ces programmes ne visent pas la maîtrise instrumentale des langues, même passive, mais ont pour but de développer la capacité à procéder à des comparaisons, de façon à développer l'esprit d'analyse, et une conscience des mécanismes de sa propre langue. L'éveil aux langues complète ainsi les programmes d'acquisition des langues proprement dite, sans se substituer à eux. Il représente «un complément et un cadre qui permet leur mise en relation intégrative».¹⁴

Visant à aiguïser la compréhension des mécanismes, les programmes d'éveil aux langues agissent aussi et surtout sur les représentations et attitudes envers les langues, et ont donc aussi une fonction éthique : ils suscitent une ouverture à l'Autre.

L'avènement de ce nouveau paradigme est en effet lié — du moins en partie — à la prise en considération d'une nouvelle donne sociale : le plurilinguisme accentué des sociétés. Les déplacements de population, les mouvements migratoires et la mondialisation ont en effet produit des forces centrifuges, que masque en partie l'unification du marché linguistique, auquel je vais revenir. Et les programmes d'éveil aux langues reposent sur le pari que cette «diversité langagière et culturelle n'est pas un obstacle aux apprentissages mais, au contraire, et pour tous les élèves, un matériau à même de fonder une compréhension plus opératoire des objets étudiés».¹⁵

Et du coup, leurs objectifs ne peuvent pas ne pas être aussi sociaux et politiques, et non simplement didactiques. Gérer la circulation entre les

¹¹ Cf. e.g. P. Doyé 2005 ; F. Capucho 2007.

¹² Cf. E. Hawkins 1987.

¹³ E.g. C. Blondin, C. Mattar 2003.

¹⁴ J.- F. de Pietro 2008 : 112.

¹⁵ *Ibidem* : 112.

différentes langues visibles et audibles dans un espace donné, en un mouvement d'authentique partenariat, valoriser les compétences que nombre de citoyens ont obtenues dans des variétés langagières moins légitimes, comme les langues de l'immigration, et du coup, cesser de dévaloriser ces langues, et conséquemment ceux qui les pratiquent, susciter des sentiments d'accueil, voilà des objectifs politiques nouveaux que peut aussi servir l'éveil aux langues.

Or il n'y a aucun doute que, pour des raisons géopolitiques et sociales, les langues romanes sont appelées à jouer un rôle important dans ces programmes, et cela pour deux raisons.

D'une part, les parentés typologiques dont j'ai parlé ont déjà fait l'objet de multiples exploitations dans les méthodes d'acquisition langagière déjà évoquées, de sorte que ces exploitations peuvent être adéquatement transposées aux programmes d'éveil. C'est ce que montrent d'ailleurs nombre de méthodes déjà mises au point. Je pense par exemple au projet québécois ELODIL (Éveil au langage et ouverture à la diversité linguistique) et au programme suisse Éole (Éveil au langage, Ouverture aux langues), élaboré à l'intention des niveaux préscolaire et primaire.¹⁶

Mais d'autre part et surtout, la situation sociolinguistique des langues romanes dans l'espace nord-européen et en Amérique du nord doit amener à les privilégier. Avec l'arabe et le turc et quelques autres, elles constituent le gros des langues de l'immigration dans ces zones géographiques. La romanistique a donc ici une responsabilité citoyenne qui n'est pas petite.

3. Exploitations techniques

Si le romaniste est historien de formation, il ne doit pas, disais-je en commençant, oublier l'avenir. Il ne doit pas oublier que les langues qui requièrent ses soins ne sont pas seulement des objets d'étude : ce sont les principaux instruments dont disposent les hommes et les femmes pour leur insertion dans le monde et pour leur promotion, personnelle autant que collective. Nous sommes donc aussi responsables de l'état des langues que nous étudions, parce que comme intellectuels nous avons des responsabilités vis-à-vis de ceux et celles qui les parlent.

Or une question se pose à leur propos. Passeront-elles le cap du XXI^e siècle ? Pour remplir les fonctions qu'on attend d'elle, une langue doit pouvoir intégrer des formes et des contenus nouveaux et s'inscrire dans le cadre de pratiques en mutation; par ailleurs, pour rester dynamique dans un contexte nouveau, une langue doit voir ses énoncés circuler adéquatement le long des canaux techniques mis au point par la civilisation dans laquelle elle entre. Et

¹⁶ Cf. Chr. Perregaux *et al.* 2003.

l'histoire nous apprend que ce qui va de soi pour les organismes vivants vaut aussi pour les langues : que l'adaptabilité est la condition de la survie.

Dans le passé, des langues sont mortes faute de s'être donné une écriture; d'autres, ensuite, ont disparu parce qu'elles n'ont pas été imprimées... Or, nous sommes à un tournant peut-être aussi important que celui qu'ont constitué l'écriture ou l'imprimerie. De sorte que d'autres langues mourront demain parce qu'elles n'auront pas été informatisées. Ou, si elles ne meurent pas, elles deviendront peu à peu, au sein d'un monde à deux vitesses, des langues secondaires, voire folkloriques, exclues qu'elles seront de secteurs d'activités importants pour la vie des collectivités : le développement technologique, l'économie, la recherche.

Un objectif capital des politiques linguistiques est de faire entrer les langues dans cette modernité technique et culturelle et de permettre ainsi aux populations qui les parlent de vivre le siècle qui vient : car seules les communautés qui auront réussi à insérer leur langue dans le circuit de l'information, et l'auront de la sorte rendue plus productive, pourront entrer dans l'ère nouvelle.

Pour cela, l'action doit résolument investir plusieurs terrains, dont deux doivent nous retenir. Ce sont d'une part les technologies de l'information elles-mêmes, et le corpus de la langue, dont les ressources doivent être adaptées à la nouvelle donne : il s'agit essentiellement de mener une activité de normalisation et de production terminologique. Si l'on estime — la formule est jolie, même si elle n'est pas vérifiable — que le savoir engrangé par l'humanité double actuellement tous les sept ans, on ne s'étonnera pas que le lexique particulier propre aux disciplines en pleine évolution croisse en conséquence. Rien que pour les sciences du vivant, il s'impose ainsi de créer plusieurs dizaines de milliers de mots nouveaux par an.

Pour la question de l'ingénierie linguistique, le cadre roman est de faible pertinence. Mais au moins pouvons-nous noter que le poids de nos langues sur l'internet peut être évalué à 30 %. «Cela montre qu'elles existent très fortement dans le monde des technologies de la communication».¹⁷ Il en va autrement pour la terminologie : ici, on aura intérêt à tenir compte des parentés typologiques — encore elles — dans le travail de production.

L'Union latine, qui s'est dotée en 1984 d'une Direction terminologie et industries de la langue (DTIL), s'est ainsi puissamment investie dans le pilotage des réseaux ibéro-américain (RITerm) et pan-latin de terminologie (Realiter), ainsi que dans la mise au point du serveur européen de terminologie (ETIS). Elle participe aux travaux des associations européennes (AET) et internationales (Infoterm) de terminologie, au Réseau international de

¹⁷ X. North in *AAVV*. 2010 : 7.

néologie et de terminologie (RINT) francophone, et à certaines commissions de terminologie du Mercosul. Elle a suscité la création de plusieurs associations ou commissions nationales de terminologie ainsi que du réseau pour les langues néolatines minoritaires (Linmiter), et est membre associé du Réseau international francophone d'aménagement linguistique (RIFAL).

Le dossier terminologie semble donc donner des raisons d'être optimiste. Mais une politique terminologique ne doit pas se limiter pas à produire des lexiques : elle doit aussi viser à la diffusion et à l'implantation de cette production. Définir une telle politique pourrait être une priorité de la coopération interlinguistique romane pour les prochaines années.

4. Des stratégies pour le XXIe siècle

On voit donc que les langues romanes ont intérêt à s'unir pour s'investir dans des projets à objectifs politiques, économiques et sociaux à long terme. On l'aura constaté, tous les projets dont il vient d'être question exigent ou rendent souhaitable une coopération interlinguistique et internationale. L'Union latine, dont les moyens sont limités, reste timide sur le plan de la définition de politiques linguistiques générales, mais elle a conclu des accords organiques avec l'OEI (Oficina de Educación Iberoamericana; 1978), l'Istituto Italo-Latinoamericano (1995), la CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; 2000), l'Organisation internationale de la Francophonie (OIF; accord signé en 1996 avec l'ACCT — Agence de coopération culturelle et technique — qui l'a précédé), l'Agence universitaire de la francophonie, la Commission européenne, l'Organización de Estados iberoamericanos¹⁸ ainsi qu'avec l'UNESCO (1985), qui héberge plusieurs de ses activités.

4.1 Trois espaces de coopération

Toutes ces alliances pointent la pertinence de trois types de cadre de coopération : des cadres multilatéraux romans, des cadres multilatéraux non-romans, mais aussi des cadres régionaux.

4.1.1 Cadres multilatéraux romans

L'existence de plusieurs institutions ayant au moins partiellement pour objet la gestion et la promotion de langues romanes est bien connue. L'Organisation internationale de la Francophonie (OIF) et la Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), centrées sur une seule langue; l'Organisation

¹⁸ Dont le nom complet est Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) et qui a également une raison sociale portugaise : Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura.

des États ibéro-américains (OEI), dont il vient d'être question, ou encore la Secretaría de Cooperación Iberoamericana (SECIB), qui mobilisent au moins deux langues... Des liens existent entre toutes ces instances, mais sans doute auraient-ils intérêt à se resserrer.

Or la voie semble bien s'ouvrir. Louis-Jean Calvet rappelle ainsi que cinq de ces organisations — l'OIF, l'OEI, la CPLP, la SECIB et l'Union latine (UL) — ont :

«décidé de créer deux comités d'experts internationaux chargés de les conseiller l'un en matière de politique linguistique et l'autre en matière de nouvelles technologies, l'ensemble de ces opérations étant baptisé 'Trois Espaces Linguistiques'. Après un certain nombre de réunions (à Madrid et Paris) les deux comités ont présenté leurs propositions lors d'un colloque réuni à Mexico (avril 2003) où furent lancés un certain nombre de projets communs portant en particulier sur le statut international des langues des trois ensembles et sur les pratiques linguistiques dans les organisation internationales, sur la formation des fonctionnaires internationaux (éveil aux problèmes de politiques linguistiques, intercompréhension entre les langues romanes), sur l'harmonisation des systèmes d'accréditation des compétences linguistiques (test, examens) et leurs référentiels».¹⁹

Ce dernier point de programme est capital : on sait l'importance qu'a pour la structuration de la diffusion de l'anglais un test comme le TOEFL. Le marché international des tests en langues romanes n'a évidemment ni le même poids, ni la même transparence (des réflexes jalousement protectionnistes existent...). Une grille commune verra-t-elle le jour demain ?

4.1.2 Cadres multilatéraux non-romans

S'exprimant au nom de l'Union latine, José-Luis Dicenta-Ballester pointe ainsi que

«Un dialogue interlinguistique et interculturel réunissant 37 États membres et trois États observateurs, et dont le champ approche un milliard de locuteurs, ne se suffit pas à lui-même. Des partenariats avec d'autres organisations, telles que l'Organisation arabe pour l'éducation, la culture et les sciences (ALECSO) ou l'Académie africaine des langues, qui restent à construire au plan institutionnel sur le terrain, permettront de tisser un maillage interlinguistique et interculturel plus serré».²⁰

Dans un certain nombre de dossiers, ce maillage est hautement souhaitable,

¹⁹ L.-J. Calvet 2008 : 79.

²⁰ J.-L. Dicenta-Ballester in *AAVV*. 2010 : 9.

et les pays de langue romane peuvent y jouer un rôle important.

On peut ainsi pointer la question de la présence des langues sur l'internet, dont il a déjà été question. Si des courriels écrits dans des langues portant des signes diacritiques — contrairement à celle dans laquelle l'informatique s'est développée — peuvent aujourd'hui s'échanger sans trop de difficultés, ce n'est ni par l'effet de la magie ni par celui de la générosité : le poids des langues clientes a joué un rôle important, comme aussi celui des États.

Un second dossier est celui de l'éducation. Dans le monde interconnecté et plurilingue où nous sommes, les questions d'éducation transcendent de toute évidence, les limites étatiques ou linguistiques.

Un troisième point sur lequel les collectivités d'idiome roman peuvent faire peser leur influence, c'est celui du respect des langues dans les organisations internationales,

«où les règlements linguistiques sont rarement respectés et où il faut se battre quotidiennement pour leur application. (...) Cela pourrait également avoir, par effet de cascade, des retombées sur la politique linguistique au sein des nombreuses instances internationales (on se souvient par exemple des problèmes rencontrés lors des Jeux olympiques d'Athènes de 2004), en particulier au sein des instances européennes. De ce point de vue, cette coopération internationale entre aires linguistiques pourrait n'être qu'un premier pas vers une réflexion plus large sur les rapports entre les langues du monde et la protection de la diversité».²¹

4.1.3 Cadres régionaux, bilatéraux ou multilatéraux

L'évaluation des politiques linguistiques montre que celles-ci sont d'autant plus efficace qu'elles se déploient à propos de thèmes soigneusement délimités et dans des zones restreintes ou au moins bien ciblées. Les questions d'éducation, par exemple, se posent de manière différente et spécifique dans les pays européens développés et dans le vaste champ de l'Afrique subsaharienne.

Il est aussi patent que le succès de ces politiques est davantage assuré lorsqu'elles sont adossées à un projet économique ou politique régional.

Ce qui le démontre est le cas du Mercosur, qui associe l'Argentine, le Brésil, le Paraguay et l'Uruguay. On observe que les échanges économiques qu'il a encouragés ont entraîné des retombées importantes sur le plan éducationnel et linguistique (Plan trienal del sector educación del Mercosur, en 1992, Comisión técnica lingüística del Mercosur educativo en 1997) et ont stimulé la croissance des besoins en compétences langagières, en multipliant les situations de bilinguisme espagnol-portugais (au point que certains n'hésitent pas à prophétiser la fusion de ces deux langues dans la région). Satisfaire

²¹ L.-J. Calvet 2008 : 80.

ces besoins entraîne ainsi de nouvelles pratiques pédagogiques. L'Instituto Cervantes a ainsi fait du Brésil un de ses terrains de redéploiement, et, de concert, Argentine et Brésil encouragent la mise au point de programmes d'éducation bilingue espagnol-portugais qui se révèlent efficaces.²²

Cet exemple montre toute l'importance des partenariats régionaux. Une coopération poussée entre espagnol, portugais et français pourrait ainsi jouer un rôle dans le processus d'intégration des Amériques ; une autre pourrait associer italien, espagnol et français dans l'espace méditerranéen (où l'Instituto Cervantes se montre très dynamique); une autre encore entre le portugais et le français d'Afrique permettrait d'affronter en partenariat les défis du développement.

4.2 Un objectif glottopolitique commun

On a pu s'apercevoir qu'une cause d'échec des actions de coopération — outre le manque de moyens — est le fait que les objectifs de ces opérations ne sont pas toujours explicités avec toute la clarté souhaitable.

On en revient ainsi à la question de départ : quelle solidarité aujourd'hui pour les langues romanes. Que pouvons-nous faire ensemble que nous faisons mieux que seul, ou que nous faisons mieux qu'avec d'autres ?

On voit bien que cet objectif commun ne peut être ni le seul commerce (que l'on ne fait pas seul) ni le développement, ni l'éducation, dossiers pour lesquels le cadre roman n'est pas nécessairement pertinent : que l'on songe, par exemple, à la place des langues de l'immigration en Europe, ou à celle des langues indigènes dans les systèmes éducationnels...

Le point nodal de la coopération pan-romane se révèle ainsi être la défense de la diversité culturelle.

Qu'on m'entende bien : il ne s'agit pas de tenir ici un discours désincarné, comme celui qui se laisse encore entendre dans la convention fondant l'union latine.

La défense du multilinguisme, en effet, ne doit pas être le monopole de belles âmes désintéressées. Babel n'est pas qu'une couteuse malédiction : elle peut aussi générer des profits, dont il n'y a pas à rougir.

C'est d'ailleurs dans cette voie — bien illustrée par le cas du Mercosur, étudié plus haut — que s'engage l'Europe institutionnelle. Considérons en effet les trois objectifs prioritaires définis dans la stratégie-cadre de 2005 : à côté de la promotion de l'apprentissage des langues et de l'accès facilité des citoyens aux informations relatives à l'Union dans leur propre langue, ils pointent la promotion d'une économie multilingue. Quant au rôle du nouveau commissaire européen à la diversité linguistique, il est clair : il sera, entre autres,

²² Cf. R. E. Hamel 2001, 2008, P. Chardenet, J. C. da Cunha 2008.

responsable du renforcement des connaissances linguistiques des travailleurs ainsi que dans les petites et moyennes entreprises. « Mon but », affirmait le nouveau commissaire lors de sa prise de charge, « est de prouver que la diversité culturelle et linguistique ne sont pas un fardeau mais une opportunité à saisir ». Et son premier argument pour cela est d'abord économique : « Le multilinguisme est bon pour les affaires. [...] et le multilinguisme peut donner à une industrie un avantage compétitif »²³. Autrement dit, sachons que la question de la diversité linguistique n'a pour l'instant de chance d'être posée en termes efficaces qu'à condition de la replacer dans son contexte économique. Et il y a donc un important travail à faire sur les esprits : montrer que la diversité est non seulement un bien culturel, mais aussi qu'elle est susceptible d'être dans une certaine mesure économiquement rentable.

Que la diversité puisse être un argument économique, c'est que montre l'aventure de la Convention sur la promotion de la diversité des expressions culturelles que l'UNESCO a adoptée en 2005. La question de la diversité s'était d'abord posée dans le cadre des négociations qui devaient aboutir à l'accord de libre-échange entre les États-Unis et le Canada : ce dernier entendit soustraire sa production audiovisuelle au principe du libre-échange. Plus tard, l'Europe eut une attitude comparable, au moment de la création de l'Organisation Mondiale du Commerce. C'est la récurrence du thème de l'exception culturelle qui déboucha sur le vote historique — serré, comme l'on sait — de l'UNESCO.

Les langues romanes ont indéniablement un rôle à jouer dans ce combat pour la diversité culturelle. Trois d'entre elles — le portugais, l'espagnol et le français — occupent en effet une position stratégique, en termes de nombre de locuteurs, de légitimité historique et de diffusion géographique. Cette position leur permet de jouer le rôle de challenger dans la lutte actuelle contre l'uniformisation culturelle : ne bénéficiant pas du statut hypercentral de l'anglais, elles ont un potentiel qui leur assure un rôle fédérateur non négligeable. À condition que certaines d'entre elles renoncent à adopter des attitudes impériales — je pense notamment à la tradition centralisatrice du français, ou à la prétention qu'a parfois l'Espagne de représenter tout le monde hispanique —, nos langues pourraient donc s'inscrire avec profit dans des coopérations interlinguistiques libératrices. En mobilisant à cet effet les institutions et les organisations sur lesquelles elles s'appuient déjà, elles bénéficieraient du dynamisme, souvent exceptionnel, de leurs voisines. Un dynamisme qui est à la fois interne (qu'on songe à la créativité de l'espagnol et du portugais dans l'espace latino-américain) et externe : l'expansion démolinguistique actuelle de ces deux langues dans l'espace américain, ou

²³ Un commissaire européen pour le multilinguisme. Consultable sur la page <http://www.insideeurope.org/issues/armenian-diaspora/un-commissaire-europeen-pour-le-multilinguisme>

celle du français en Afrique, par exemple, ont d'indéniables répercussions sur la demande d'apprentissage.

Plutôt que de fonder des politiques linguistiques sur une logique de concurrence, il serait aussi certainement pertinent de favoriser l'alliance des langues romanes à l'intérieur des pays potentiellement membres de l'Union européenne (où, sur 500 millions de citoyens, deux-cent-millions parlent une langue romane, représentant le groupe linguistique le plus richement représenté), autant qu'à l'extérieur de la zone.

Au moment de conclure, qu'il nous soit permis de rêver. Rêvons donc à des systèmes éducatifs proposant des apprentissages simultanés de langues néolatines. Imaginons un marché intégré des cours de langues romanes dans tous ces pays à travers une entente entre les Alliances françaises, les Institutos Cervantes, les Istituti Italiani di Cultura et les Institutos Camões et Machado de Assis, lesquels bénéficient d'ailleurs déjà d'un accord de coopération entre le Portugal et le Brésil (2006). Pensons également au développement du tourisme linguistique roman grâce aux méthodes d'intercompréhension, ou à l'efficacité des hommes d'affaires dans leurs négociations, décuplée grâce à ces mêmes méthodes...

L'approche globale des langues romanes loin d'être un luxe pour philologues chenus ou linguistes désœuvrés, permet donc de comprendre aujourd'hui comment la mondialisation peut coexister avec la diversité culturelle.

RÉFÉRENCES

- AAVV. (2010), *Quelles solidarités entre langues romanes ?*, numéro de *Rencontres*, Paris, Délégation générale à la langue française et aux langues de France.
- Bertolotti, V. / García, G. / Pugliese, L. (2002), *Relevamiento de la enseñanza de lenguas romances en el Cono Sur*, Montevideo, Unión Latina, Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación.
- Blanche-Benveniste, Claire / Valli, André (dirs) (1997a), *L'intercompréhension: le cas des langues romanes*, numéro spécial de *Le français dans le monde*.
- Blanche-Benveniste, Claire *et al.* (dir.) (1997b), *EuRom 4, méthode d'enseignement simultané des langues romanes*, Firenze, Nuova Italia Editrice.
- Blondin, Christiane / Mattar, Catherine (dirs) (2003), *S'ouvrir aux langues et aux cultures grâce à l'éveil aux langues*. Université de Liège, Service de Pédagogie expérimentale.
- Capucho, Filomena / Alves P. Martins / Adriana, Degache, Christian / Tost, Manuel (dirs) (2007), *Diálogos em intercompreensão*, Lisboa, Universidade Católica Editora
- Calvet, Louis-Jean (2008), La coopération internationale entre aires linguistiques, dans Maurais *et al.*
- Chardenet, Patrick / Cunha, José Carlos da (2008), *L'avenir du français en Amérique du Sud*, dans Maurais *et al.*
- Conti, Virginie / Grin, François (dirs) (2008), *S'entendre entre langues voisines : vers l'intercompréhension*, Genève, Georg.
- Dabène, Louise / Degache, Christian (dirs) (1996), Comprendre les langues voisines, numéro spécial de *Études de linguistique appliquée*, 104.
- De Pietro, Jean-François (2008), *L'enseignement du français «langue commune» dans les pays du Nord*, dans Maurais *et al.*
- Doyé, Peter (2005), *L'intercompréhension*, Strasbourg, Conseil de l'Europe.
- Hamel, Rainer Enrique (2001), *L'apparition de nouvelles politiques linguistiques dans les blocs régionaux : le cas du Mercosur en Amérique du Sud*, in Maurais, Jacques & Morris, Michael A. (dirs) *Géostratégies des langues*, numéro spécial de *Terminogramme*.
- Hawkins, Eric (1987), *Awareness of Language : an introduction*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Klinkenberg Jean-Marie (1994), *Des langues romanes. Introduction aux études*

de linguistique romane, Louvain-la-neuve, Duculot (coll. Champs linguistique, série manuels), préface de W. Bal.

——— (2001), *La langue et le citoyen. Pour une autre politique de la langue française*, Paris, Presses universitaires de France, coll. La politique éclatée.

Maurais, Jacques / Dumont, Pierre / Klinkenberg, Jean-Marie / Maurer, Bruno / Chardenet, Patrick (dirs), *L'avenir du français*, Paris, Agence universitaire de la Francophonie, Édition des archives contemporaines.

Perregaux, Chr. / De Goumoëns, Cl. / Jeannot, D. / De Pietro, J.-F. (dirs) (2003), *Éducation et ouverture aux langues à l'école*, Neuchâtel, Conférence intercantonale de l'instruction publique de la Suisse romande et du Tessin.

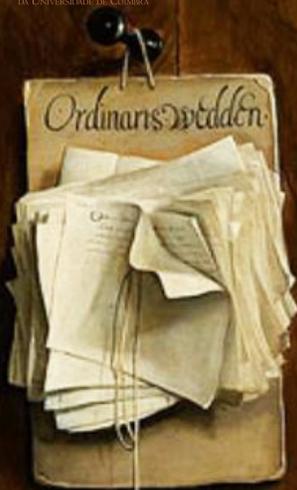
Sala, Marius (1996), *L'unité des langues romanes*, Paris, Union latine.



Obra Publicada
Com a coordenação científica

CECH

CENTRO DE ESTUDOS
CLASSICOS E HUMANISTICOS
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



U



C

IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA (UNIVERSITY PRESS)

I
U